



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 101

III Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 08 de março de 2023

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Lubélio Mendonça e Paulo Silveira, substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado Paulo Gomes*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos.

No âmbito do **PTAP** (Período de Tratamento de Assuntos Políticos), foram presentes vários votos assinalados abaixo:

- [Voto de Congratulação do Grupo Parlamentar do PS, pela comemoração dos 100 anos do Lusitânia Clube Recreio Velense,](#) apresentado pela Deputada Isabel Teixeira, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação do Grupo Parlamentar do PSD, pelo 25.º aniversário da Escola Profissional da Ribeira Grande](#), apresentado pela Deputada Vitória Pereira, com intervenção do Deputado José Pacheco (*CH*), O Voto em apreço foi aprovado por unanimidade.
- [Voto de Congratulação do Grupo Parlamentar do PS, pelo 25º aniversário da Escola Profissional da Ribeira Grande](#), apresentado pelo Deputado Carlos Silva, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.
- [Voto de Congratulação do Grupo Parlamentar do PSD a Miguel Nóbrega](#), apresentado pela Deputada Salomé Matos, intervindo o Deputado Tiago Branco (*PS*) e o Deputado Rui Martins (*CDS-PP*), sendo o mesmo aprovado por unanimidade.
- [Voto de congratulação do Grupo Parlamentar do PS, pelos 300 anos de elevação da Madalena a concelho](#), apresentado pelo Deputado Mário Tomé, com intervenções dos Deputados Marco Costa (*PSD*) e Pedro Pinto (*CDS-PP*), tendo sido aprovado por unanimidade.
- [Voto de congratulação do Grupo Parlamentar do PSD, pelo 25.º aniversário da Escola Profissional da Povoação](#), apresentado pela Deputada Délia Melo, com intervenção do Deputado Vílson Ponte Gomes (*PS*), sendo o mesmo aprovado por unanimidade.
- [Voto de congratulação do Grupo Parlamentar do PS, pelos 25.º anos do Grupo Folclórico de Porto Formoso](#), apresentado pela Deputada

Valdemira Gouveia, com intervenção do Deputado Joaquim Machado, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

- [Voto de Saudação do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, pelo Dia Internacional da Mulher](#), apresentado pela Deputada Vera Pires e intervenção das Deputadas Nídia Inácio (*PSD*) e Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*) e Deputado Vasco Cordeiro (*PS*), sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

- [Voto de Saudação do CHEGA, pelo Dia Internacional da Mulher](#), apresentado Deputado José Pacheco e intervenção do Deputado Carlos Furtado (*IND*) e Deputada Nídia Inácio (*PSD*), sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

- [Voto de Saudação do Grupo Parlamentar do CDS-PP, ao Comando Operacional dos Açores das Forças Armadas Portuguesas pela celebração do seu trigésimo aniversário enaltecido pela estreia mundial da obra musical “A Lenda de Brianda”](#), apresentado pelo Deputado Pedro Pinto e intervenção dos Deputados Francisco Coelho (*PS*), Deputado Luís Soares (*PSD*) e Deputado Paulo Estevão (*PPM*), sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

- [Voto de Pesar do Grupo Parlamentar do PSD, pelo falecimento de João Maurício Fernandes Salgueiro](#), apresentado pela Deputada Nídia Inácio e intervenção do Deputado Francisco Coelho (*PS*), tendo sido aprovado por unanimidade.

Terminado este período dedicado à apresentação de votos, e ainda no âmbito do PTAP, teve lugar uma [intervenção política por parte do Deputado Nuno Barata \(IL\)](#), tendo a mesma despoletado um debate em que intervieram as/os seguintes Sras./Srs. Deputadas/os:

Carlos Furtado (*IND*), José Pacheco (*CH*), Pedro Neves (*PAN*), Paulo Estevão (*PPM*), Vasco Cordeiro (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), António Lima (*BE*) e Rui Martins (*CDS-PP*), bem como o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

De seguida deu-se início à cerimônia de tomada de posse da Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto.

No Período da Ordem do dia, e dando cumprimento à agenda de trabalhos, teve lugar o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 74/XII – “Cria o SIFROTA – Sistema de Incentivo à Renovação das Frotas dos Operadores de Tráfego Local da Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pela Iniciativa Liberal, pelo Deputado Nuno Barata (*IL*), sobre esta matéria, intervieram os/as Deputados/as Carlos Furtado (*Ind.*), António Lima (*BE*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), José Ávila (*PS*), Vasco Cordeiro (*PS*), Pedro Neves (*PAN*), Rui Martins (*CDS-PP*), José Pacheco (*CH*), João Bruto da Costa (*PSD*), bem como a Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*). A presente iniciativa foi aprovada por maioria. No final do debate proferiram declarações de

voto os/as seguintes Deputados/as: Carlos Furtado (*Ind.*), José Ávila (*PS*), António Vasco Viveiros (*PSD*) e Paulo Estevão (*PPM*).

- Seguiu-se o debate e votação da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 44/XII – “Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2010/A, de 23 de fevereiro, que estabelece o sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis da Região Autónoma dos Açores – PROENERGIA”](#), apresentada pelo Governo Regional dos Açores, proferida pela Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

Intervieram no debate os/as seguintes Deputados/as: Joana Pombo Tavares (*PS*), Carlos Freitas (*PSD*), António Lima (*BE*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), José Pacheco (*CH*), António Lima (*BE*), Carlos Furtado (*Indep.*), Sandra Dias Faria (*PS*), bem como a Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, a Proposta de Decreto Legislativo Regional aprovada por unanimidade em votação final global.

No final do debate proferiram declarações de voto os/as seguintes Deputados/as: Joana Pombo Tavares (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Pedro Pinto (*CDS-PP*).

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados. Um cumprimento especial às Senhoras, hoje, o seu dia, o Dia Mundial da Mulher. Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a todos.

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Mário José Dinis Tomé

Marta Ávila Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**

Maria **Valdemira Gouveia** Andrade Carvalho

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Vilson Filipe da Costa **Ponte Gomes**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**

Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Délia Maria **Melo**

Elisa Lima de **Sousa**

Flávio da Silva **Soares**

Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Carlos Cota **Soares**

Marco José Freitas da **Costa**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (*CDS/PP*)

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (*BE*)

António Manuel Raposo **Lima**

Vera Lúcia Pinheiro **Pires**

Partido Popular Monárquico (*PPM*)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Chega (*CH*)

José Eduardo Cunha **Pacheco**

Iniciativa Liberal (*IL*)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Deputado Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário. Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum, declaro aberta a Sessão, pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, vamos dar início com a apresentação e votação de votos, porque a manhã está reservada ao período de tratamento dos assuntos políticos.

Vamos iniciar com os votos que deram entrada na Mesa, o primeiro Voto, é um Voto de Congratulação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pela comemoração dos 100 anos da Sociedade Lusitânia Club Recreio Velense, para a sua apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Teixeira.

Deputada Isabel Teixeira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Voto de congratulação pela comemoração dos 100 anos do

Lusitânia Clube Recreio Velense

A Sociedade Lusitânia Club Recreio Velenses foi fundada em 1923 e comemorou no passado dia 18 de fevereiro, cem anos. Funcionou desde sempre como um centro de recreio, de convívio social e artístico. Teve como fundadores os senhores José Inácio da Silveira, João Ferreira Rebello, Manuel Vieira, José Sabino Pereira, João Inácio Soares, José Pereira Brandão, Virgínio Blayer da Silveira, Joaquim Soares Teixeira, Manuel Vieira Rodrigues, Cristóvão Cristiano da Silveira, Carlos Pereira Cardoso, José Martins Avela e Francisco Xavier Bettencourt.

O centenário da Sociedade Lusitânia Club Recreio Velenses foi assinalado, em sessão solene, no passado dia 18 de fevereiro de 2023, abrilhantando-se os presentes com um concerto comemorativo, na sua sede.

Nos primeiros dias da sua existência, esta coletividade teve sede numa loja da casa de João Sabino Pereira, na Rua de São José, na vila das Velas. Posteriormente, a 30 de março de 1959, passa a ter sede própria, num prédio da mesma rua que havia sido comprado em 1957.

A 3 de Março de 1929 foi recriada, por iniciativa do Club Recreio Velense uma filarmónica que existiu em 1880, dirigida pelo maestro Manuel José da Silveira Bettencourt, a filarmónica Liberdade, e assim nasceu a “Lusitânia Club Recreio Velense – Filarmónica Liberdade”, com vinte e um elementos masculinos, sob a direção de Leandro Silva e com o instrumental que pertencia à família Teixeira Soares.

Esta sociedade tem como padroeira Nossa Senhora de Fátima, eleita a 27 de janeiro de 1952. Os seus estatutos iniciais foram aprovados em 12 de março de 1926 pelo Governador de Angra. Como a Filarmónica Liberdade não teria ainda estatutos, e para disciplinar a sua atividade, em 1952, foram elaborados novos estatutos, aprovados pela Assembleia Geral de 27 de janeiro de 1952 pelo Governador de Angra do Heroísmo. Já contou, até a atualidade, com mais de cinquenta presidentes.

Consta que o primeiro instrumento adquirido foi em 30 de abril de 1945 (compra de um cornetim), em 1952 (com a compra de instrumentos não identificados adquiridos em Évora), em 1954 (com a compra de um trombone) e em 1960 (com a aquisição de pratos). Mais tarde, em 1991, a filarmónica recebeu instrumental novo ofertado pelo Governo Regional dos Açores. Em relação ao fardamento este evoluiu de apenas um boné branco para uma farda azul e finalmente em 1999 para uma farda vermelha que subsiste até hoje.

A atividade desta instituição foi decorrendo ao longo dos anos, com a organização de várias iniciativas como marchas, bailinhos de Carnaval, e até um sexteto de sopros. Já viajaram por várias ilhas do arquipélago. A Filarmónica tem desenvolvido inúmeros projetos como “A volta à ilha”, com vista a apresentar-se nas 11 freguesias, tendo conseguido realizar concertos em 4 localidades (Norte, Rosais, Topo e Urzelina), como também o projeto “Sons das Ilhas” que consistiu na

apresentação em diferentes ilhas do arquipélago. Já contou com mais de dez regentes ao longo do seu percurso, sendo o seu atual Mestre Carlos Alberto Silveira Azevedo.

No passado dia 1 de novembro de 2022, a Lusitânia viu inauguradas as obras de ampliação e reabilitação do seu Edifício Sede. Um investimento superior a 300 mil euros, tendo as mesmas dotado o edifício com melhores condições para a prática da música.

Atualmente, a Lusitânia Club Recreio Velense conta com uma filarmónica de 30 elementos, essencialmente composta por jovens.

Falar em filarmónicas é falar das escolas de música mais relevantes da nossa região. Cerca de noventa por cento dos açorianos aprenderam a ler música nas filarmónicas. Gerações de crianças, jovens, mulheres e homens, que direta ou indiretamente, fazem chegar a sua atividade à vida social e religiosa da população.

Devemos apoiar e acarinhar estas instituições que se encontram pelas nove ilhas dos Açores, da responsabilidade de todos nós, de forma que se mantenham e superem os desafios do dia a dia, não esquecendo que são um dos mais importantes embaixadores da cultura açoriana.

Uma palavra de reconhecimento e apreço a todos os dirigentes, músicos, famílias e entidades, que de uma forma ou de outra, permitiram e permitem que a Lusitânia Club Recreio Velense continue a ser parte integrante da cultura da ilha de São Jorge e da Região Autónoma dos Açores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprove um voto de congratulação à Sociedade Lusitânia Club Recreio Velense pela comemoração dos seus 100 anos, desejando-lhe o maior sucesso e que a Vila da Velas continue a poder contar com a sua honrosa e imprescindível atividade sociocultural e recreativa, valorizando assim a nossa comunidade.

Deve ser dado conhecimento do mesmo à instituição através dos seus órgãos sociais, à Câmara Municipal, Assembleia Municipal e à Junta de Freguesia das Velas.

Horta, 8 março de 2023

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Está apresentado o voto, pergunto se há inscrições. Não havendo vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, pelo 25º aniversário da Escola Profissional da Ribeira Grande, para a sua apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Vitória Pereira.

Deputada Vitória Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Voto de congratulação pelo 25.º aniversário da Escola Profissional da Ribeira Grande

Foi a 5 de fevereiro de 1998, através da visão estratégica da Câmara Municipal da Ribeira Grande, então presidida pelo Dr. António Pedro Costa, que se constituiu a Escola Profissional da Ribeira Grande, uma instituição de ensino que tem vindo a revelar-se ao longo dos anos como um ativo fundamental na valorização dos jovens do concelho da Ribeira Grande, bem como na qualificação dos recursos humanos do tecido empresarial local.

Naquela data, pouco se conhecia sobre o ensino profissional e sobre aquilo que seria ou não o seu futuro. Os primórdios da Escola Profissional da Ribeira Grande remontam a 1996 e contam com o objetivo de constituir uma Escola de Pescas, estrutura inexistente na Região, e que obrigava os pescadores a deslocarem-se ao continente português para obterem formação profissional. O amadurecimento deste projeto permitiu que a 5 de fevereiro de 1998 inaugurasse a Escola Profissional da Ribeira Grande, instituição que ficou sediada na então freguesia de Rabo de Peixe.

Três anos mais tarde foi constituída a Fundação para o Desenvolvimento Sócio-Profissional e Cultural da Ribeira Grande, personalidade jurídica que ficou com a responsabilidade da Escola Profissional.

Devido à necessidade de extinguir a mencionada Fundação, no dia 10 de outubro de 2014, foi constituída A Ponte Norte - Cooperativa de Ensino e Desenvolvimento da Ribeira Grande, C.R.L. e da qual constam os atuais cooperantes, a Câmara Municipal da Ribeira Grande, a Santa Casa do Divino Espírito Santo da Maia, a Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, a Cooperativa da Costa Norte, a Associação Agrícola de São Miguel, a Associação Terra Verde, o Clube Naval de Rabo de Peixe, tendo esta entidade ficado com a gestão da Escola profissional da Ribeira Grande.

A realidade é que hoje a Escola Profissional da Ribeira Grande afirma-se como uma referência na formação de profissionais, não só no contexto concelhio, de ilha e/ou regional, como também a nível nacional e internacional, tal como é demonstrado nas diversas participações em concursos, provas e competições a este nível.

Os números demonstram esta dinâmica ao longo destes 25 anos: 122 cursos das tipologias técnico-profissional, REACTIVAR, Tecnológico e PROFIJ; 28 cursos de Aquisição Básica de Competências; 38 Unidades de Formação de Curta Duração; cerca de 1500 diplomados e mais de 500 formadores.

A Escola é hoje uma instituição virada para a sociedade, com uma componente prática forte, participante em várias atividades de nível concelhio, com a concretização de estágios profissionais em empresas,

instituições e entidades do concelho e da ilha de São Miguel e com a capacidade de acolher e dar respostas às necessidades do tecido empresarial local.

A Escola Profissional da Ribeira Grande, ao longo da sua existência, tem-se afirmado como um verdadeiro agente de transformação, um motor da economia local e um elevador social do concelho da Ribeira Grande

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelo 25º Aniversário da Escola Profissional da Ribeira Grande.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento aos órgãos sociais da Escola Profissional da Ribeira Grande, Presidente da Assembleia Municipal da Ribeira Grande, Presidente da Câmara da Ribeira Grande, Junta de Freguesia de Rabo de Peixe...

Deputado Berto Messias (PS): Eu acho que o Presidente da Junta de Freguesia de Rabo de Peixe já deve saber.

A Oradora: ... e Governo Regional dos Açores.

Horta, sala das sessões, 8 de março de 2023.

Os Deputados Regionais

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado José Pacheco, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Permita-me felicitar todas as Senhoras no Dia Internacional da Mulher, um bem-haja, que para mim é todos os dias, mas hoje celebramos formalmente.

Quanto à Escola Profissional da Ribeira Grande, nesta data da sua fundação formal, eu era formador nessa Escola, são momentos que eu guardo com muito, muito carinho, onde tudo era muito difícil, as instalações, os formandos, tudo era muito difícil, mas nós lá fazíamos, havia uma boa equipa nas pescas, uma equipa fantástica, ainda há pouco tempo encontrei uma pessoa destas, enfim, quer dizer, é sempre bom ver como uma instituição destas que começa com grande dificuldade com o amor e a dedicação de algumas pessoas, e não queria aqui dizer o nome de ninguém, porque vou-me esquecer certamente do nome de algum, mas mandar um grande abraço a todos, os meus parabéns por 25 anos depois nós podermos estar aqui a felicitar a Escola Profissional da Ribeira Grande. Bem-haja.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O Voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto também pelos 25 anos da Escola Profissional da Ribeira Grande, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra para a sua apresentação o Sr. Deputado Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Voto de Congratulação pelo 25 aniversário da Escola Profissional da Ribeira Grande

A Escola Profissional da Ribeira Grande celebrou 25 anos de existência no passado dia 5 de fevereiro, vinte e cinco anos ao serviço da educação, da formação e qualificação profissional dos Açorianos, e em especial dos Ribeiragrandenses.

Criada pelo executivo da Câmara Municipal da Ribeira Grande, em 1998, na Vila de Rabo de Peixe, a Escola Profissional surgiu para suprir uma lacuna e para disponibilizar aos jovens do concelho o aumento da oferta formativa em contexto profissional.

A sua atividade iniciou-se na Vila de Rabo de Peixe, com cursos profissionais de nível II, abrindo mais tarde polos na freguesia da Maia e no centro da Ribeira Grande.

Em 2008, uma nova visão do Município e do Governo Regional de então dotou a Escola Profissional da Ribeira Grande de novas instalações, as atuais em Rabo de Peixe, que permitiram alargar e

melhorar a oferta formativa e as condições de formação para todos os Açorianos que a procuram e a ela confiam o seu futuro.

Integrada inicialmente na Fundação para o Desenvolvimento Sócio-Profissional e Cultural de Ribeira Grande, que teve de ser extinta por imperativos legais, a Escola constitui hoje uma valência de “A Ponte Norte - Cooperativa de Ensino e Desenvolvimento da Ribeira Grande, CRL”.

A Cooperativa de Ensino e Desenvolvimento da Ribeira Grande tem por objeto principal o ensino, na vertente técnica ou profissional através da Escola Profissional, mas a título secundário também promove e apoia atividades no âmbito da cultura, turismo, tempos livres, desporto e outras iniciativas referentes ao desenvolvimento local do Concelho da Ribeira Grande.

Ao longo dos seus 25 anos, a Escola Profissional da Ribeira Grande, a única do concelho, já formou milhares de alunos, em mais de uma centena de cursos ministrados, de diferentes tipologias (Técnico profissional, Reactivar e Cursos de Qualificação) e de diferentes áreas, como pescas, marinheiro, construção civil, turismo, artes gráficas, agropecuária, carpintaria, design de moda, informática, evidenciando assim a importância que teve, que tem e, seguramente, continuará a ter para a empregabilidade dos jovens e para o desenvolvimento económico da Ribeira Grande e dos Açores.

Mais do que um voto de congratulação, este é também um justo reconhecimento pela dedicação e profissionalismo dos colaboradores, corpo docente e órgãos sociais que contribuíram, nos últimos anos, para o desenvolvimento de competências dos formandos.

Por ocasião do seu discurso sobre o Estado da União 2022, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, propôs que se designasse o ano 2023 como o Ano Europeu das Competências, com o objetivo de dar um novo impulso à aprendizagem ao longo da vida.

Numa altura em que o ensino profissional passa por grandes dificuldades na Região, importa incentivar o diálogo e a concertação com as escolas, de forma a implementar rapidamente políticas públicas e medidas que mobilizem os recursos humanos e financeiros disponíveis, para investir no nosso maior ativo, na valorização do Capital Humano.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária de março de 2023, emita um voto de congratulação pelos vinte e cinco anos da Escola Profissional da Ribeira Grande, ao serviço da formação profissional dos jovens e do desenvolvimento económico, social e cultural do concelho da Ribeira Grande.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento aos órgãos sociais que contribuíram para a criação da Escola Profissional, aos atuais órgãos sociais e colaboradores da Ponte Norte - Cooperativa de Ensino e Desenvolvimento da Ribeira Grande, CRL, à Câmara Municipal da Ribeira Grande, à Assembleia Municipal da Ribeira Grande e à Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego.

Horta, 08 de março de 2023.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há inscrições.

Vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O Voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é a Miguel Nóbrega, é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

Deputada Salomé Matos (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Voto de congratulação a Miguel Nóbrega

Miguel Martins Nóbrega nasceu na cidade da Horta, ilha do Faial, a 20 de agosto de 2007.

Por influência direta do pai, o antigo piloto de ralis local Paulo Nóbrega, Campeão Open e da Taça de Ralis Açores em 2012, cresceu

próximo da modalidade, sendo natural a sua iniciação pelo modo mais acessível, o Sim Racing, ou seja, os simuladores de ralis, que recriam as classificativas e as provas mais famosas do mundo.

Ainda muito pequeno, Miguel Nóbrega começou a “guiar” com um volante que o pai tinha para treinar, cabendo a este a restante função, pois o hoje campeão ainda nem chegava aos pedais.

Com as possibilidades que as novas tecnologias permitem, as capacidades de Miguel Nóbrega rapidamente transpuseram a realidade regional e até nacional.

Começando a competir em 2019, alcançando logo marcas e resultados de valia mundial, imiscuindo-se nos melhores rankings e estabelecendo recordes em vários ralis virtuais.

Os tempos da pandemia de Covid-19 deram, naturalmente, uma visibilidade maior ao Sim Racing, com várias entidades a realizarem competições um pouco por todo o Mundo. Os Açores não foram exceção e Miguel Nóbrega prosseguiu a sua carreira de sucessos.

Em 2022, a Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting criou o primeiro Campeonato de Portugal de Ralis E-Sports, composto por seis provas, que juntaram virtualmente várias dezenas de pilotos.

Miguel Nóbrega venceu três, sendo assim o primeiro Campeão de Portugal de Ralis naquela vertente.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da

Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de março de 2023, a aprovação de um Voto de Congratulação a Miguel Nóbrega, o primeiro Campeão de Portugal de Ralis E-Sports.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família, à equipa AZR Motorsport e à Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting.

Horta, sala das sessões, 8 de março de 2023.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Está apresentado o Voto. Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, naturalmente, que se associa a este Voto de Congratulação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, pelo título de Campeão de Portugal de Ralis E-Sports, alcançado pelo jovem faialense, Miguel Nóbrega.

De facto, o Miguel Nóbrega ao longo dos últimos tempos tem revelado o seu talento em simuladores de ralis, que, como o próprio Voto refere, recriam provas e classificativas de ralis de todo o mundo e, certamente, influenciado pelo seu pai, o Miguel Nóbrega, também antigo piloto de ralis na vertente local, o jovem Miguel também dá cada vez mais provas do seu talento nesta modalidade, como se comprova uma vez mais com o título alcançado e aqui referido no Voto de Congratulação.

Felicitemos por isso o Miguel Nóbrega por esta vitória e toda a sua família, que o tem apoiado neste caminho, desejando também um futuro com muitas mais vitórias e também certamente que passarão da realidade virtual para a realidade física. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Rui Martins, faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do CDS associa-se a este Voto de Congratulação pelo facto de Miguel Nóbrega ser Campeão Nacional de Ralis E-Sports, ou seja, hoje em dia, em que cada vez mais as tecnologias e esta realidade que vivemos, em que as novas tecnologias acabam por criar plataformas competitivas e que reúnem diversos jovens, ter um açoriano, neste caso, um faialense a ser campeão, a sagrar-se campeão nacional é algo que merece efetivamente a nossa congratulação e essa saudação.

Miguel Nóbrega, é um jovem faialense que obviamente se tem destacado nesta competição, mas não só, também em outras competições mais palpáveis, como a apneia e é um jovem ativo e por isso saudamos este envolvimento dos jovens em competições e que em muito enaltecem também o nome dos Açores, porque acabam por projetar a nossa Região nestas plataformas que têm cada vez mais público e que chegam cada vez mais longe, uma vez que permitem que

dos quatro cantos do mundo se possam reunir jovens, neste caso foram jovens dos quatro cantos do país e que Miguel Nóbrega acabou por se sagrar campeão e isso em muito nos agrada. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O Voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pelos 300 anos de elevação da Madalena a concelho. Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

Deputado Mário Tomé (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Voto de congratulação pelos 300 anos de elevação da Madalena a concelho

O dia 8 de março de 1723 precisamente hoje assinala a data da carta régia de D. João V, com a elevação da freguesia da Madalena a Vila e sede de Concelho, dando origem ao mais jovem concelho da ilha do Pico, cujas comemorações serão levadas a efeito pelo município da Madalena para celebrar tão importante efeméride.

Com três séculos de existência, o concelho da Madalena, situado no extremo ocidental da ilha do Pico, abrange uma área aproximada de

149,1 quilómetros quadrados, com mais de 6 mil habitantes distribuídos pelas seis freguesias que o constituem: Bandeiras, Madalena, Criação Velha, Candelária, São Mateus e São Caetano, sendo este o concelho mais povoado da ilha do Pico.

Pela sua posição geográfica frente ao Faial, a Madalena é o eixo principal das comunicações da ilha, posição que a torna uma privilegiada porta de entrada para apreciar tudo o que o Pico tem para oferecer.

Dadas as suas características geológicas e a natureza vulcânica dos seus solos, a economia deste concelho assentava, no passado recente, essencialmente na pecuária e na pesca. No entanto, outras atividades se desenvolveram, contribuindo fortemente para a sua economia, designadamente nas áreas do comércio, turismo, serviços e no contínuo desenvolvimento da vitivinicultura.

O conjunto de “currais” e “canadas” em que são divididos os terrenos de cultivo da vinha é uma organização no espaço feita através de um retículo de muros negros, integrando proteções paralelas de paredes singelas ou dobradas em pedra, e constituindo particular e peculiar paisagem, considerada, em meados de 2004, “Património da Humanidade” pela UNESCO.

Os “maroiços”, arquitetonicamente construídos de formas grosseiramente cónicas, piramidais ou alongadas, aparecem dispersos na paisagem, mas sempre com uma presença forte e marcante.

A 14 de dezembro de 2017, o Município foi eleito Cidade do Vinho 2017, acolhendo uma vasta panóplia de eventos ao longo do ano, que fizeram da Madalena o principal núcleo da vitivinicultura em Portugal, ao receber o mais importante evento nacional do sector.

Ao longo destes três séculos, muitas foram as adversidades, tais como catástrofes naturais e outras, que afetaram esta vila, mas os Madalenses sempre souberam lutar e enfrentar as dificuldades com uma coragem firme e uma incrível capacidade de trabalho, sempre na busca incessante de uma melhor qualidade de vida.

Se hoje os Madalenses se orgulham da emancipação concedida por D. João V em carta régia de 8 de março de 1723 é porque reconhecem os esforços dos que então habitavam e comandavam os destinos daquele vasto lugar, e que desde muito cedo o souberam tornar, em termos económicos, patrimoniais e humanos, num dos principais concelhos dos Açores. Esta consciência do passado tem sido um impulso para o presente e, com certeza, sê-lo-á também para o futuro.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período legislativo de março, aprove e emita um voto de congratulação pelos 300 anos de passagem da Madalena a concelho e que dele seja dado conhecimento à Câmara Municipal, Assembleia Municipal da Madalena e às juntas de freguesia.

Horta, Sala de Sessões, 8 de março de 2023

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há inscrições. Sr. Deputado Marco Costa, faça favor

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Informar que o Grupo Parlamentar do PSD se associa ao Voto agora apresentado e que, irá apresentar um Voto com igual teor, desejando desde já, maiores sucessos às comemorações que se vão desenrolar durante este ano, a partir de hoje, a partir da sessão solene que hoje se realiza às 18:00 na Madalena.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do CDS associa-se a este Voto, informa que no dia de amanhã apresentará um Voto de igual teor. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O Voto apresentado foi aprovado por unanimidade

Presidente: Próximo Voto de Congratulação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, pelo 25º aniversário da Escola Profissional da

Povoação. Tem a palavra para a sua apresentação, a Sra. Deputada Délia Melo.

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

**Voto de congratulação pelo 25.º aniversário da Escola
Profissional da Povoação**

A Escola Profissional da Povoação comemorou recentemente o seu vigésimo quinto aniversário, aqui num breve parênteses, dizer que é um gosto enorme poder estar a apresentar este Voto de Congratulação a esta Escola, pela qual nutro um especial carinho, porque foi a minha primeira casa de trabalho, portanto, um bem haja a todos os que por lá passaram e a todos os que lá estão.

Nascida no seio da Fundação Maria Isabel do Carmo Medeiros, através de protocolo celebrado com o Governo Regional, a Escola foi batizada com o nome de Monsenhor João Maurício de Amaral Ferreira, um mecenas da educação naquela localidade micaelense.

Numa época em que a ilha de São Miguel e a Região necessitavam de quadros técnicos profissionais de nível intermédio, aquele estabelecimento de ensino teve como principais focos de desenvolvimento a Educação, a Cultura e a Formação Profissional, tendo iniciado logo no ano de abertura a formação com os cursos de Técnico de Gestão Agrícola e de Técnico de Turismo Ambiental e Rural, que vigoraram até ao ano dois mil.

Entretanto, no ano de 2002, foi renovado o contrato-programa e a Escola Profissional da Povoação recebeu a Autorização de Funcionamento junto da Secretaria Regional da Educação e Cultura e iniciou nesse mesmo ano o Curso de Turismo/Profissionais de Informação e Animação Turística.

Foi então que a Escola consolidou e alargou o seu projeto pedagógico, desenvolvendo a sua oferta formativa em estreita articulação com o tecido económico e empresarial daquele concelho, mas, simultaneamente, sem nunca negligenciar os anseios e as expetativas dos seus formandos.

A Escola Profissional da Povoação foi sempre um polo agregador do espírito cooperativo e solidário, permitindo que jovens e adultos se formassem em diversas áreas estipuladas como prioritárias naquele concelho, como informática, gestão, ambiente, saúde, contabilidade, secretariado, higiene e segurança.

Para além da oferta formativa já referida, possibilitou que inúmeros povoacenses obtivessem a equivalência do 4º, do 6º, do 9º e do 12º ano de escolaridade, isto é, cursos ABC, Aquisição Básica de Competências, assim como de RVCC, Reconhecimento, Validação e Reconhecimento de Competências de Nível Secundário, em estreita parceria com a Rede Valorizar.

Localizada na Vila da Povoação, na costa sul da ilha de São Miguel, a Escola Profissional da Povoação é um exemplo de resistência ao

tempo e às sucessivas crises por que passou. Esta instituição de ensino técnico e profissional soube adaptar-se às novas realidades e desafios, e respondeu, ao longo dos anos, com a abertura de cursos pouco explorados nas unidades de ensino técnico da região.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelo 25º Aniversário da Escola Profissional da Povoação.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento aos órgãos sociais da Fundação Maria Isabel do Carmo Medeiros, à Direção da Escola Profissional da Povoação, ao Presidente da Câmara e da Assembleia Municipal da Povoação, bem como ao Governo Regional dos Açores. Horta, sala das sessões, 8 de março de 2023.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há inscrições. Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes, faça favor.

(*) **Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Partido Socialista saúda a Escola Profissional da Povoação pelo seu 25º aniversário, pelo seu trabalho, também pelo seu contributo que tem dado à causa pública e também à formação dos jovens açorianos e também à formação de adultos.

Nesta nossa declaração, não podia deixar de referir o trabalho que essa escola tem desenvolvido, que nós tivemos também na última semana em Jornadas Parlamentares, na ilha de S. Miguel, quer no concelho do Nordeste, quer no concelho da Povoação, tivemos a oportunidade também de conhecer o seu trabalho, desta instituição, compreender os seus anseios e também perceber aqui as dificuldades que tem sentido, o ensino profissional na Região, que para nós tem merecido uma grande atenção, como sempre mereceu para o Partido Socialista.

Vozes e Risos da Bancada do PSD: Sempre!!!

Vozes de alguns Deputados do PSD: Ah sim, claro!

O Orador: E, neste sentido...não quero incomodar ninguém, Sr. Presidente, mas cada vez que intervenho há excitação da Bancada do PS.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Se o senhor nos faz rir, nós não podemos evitar!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Continuando, a minha intervenção, Sr. Presidente, dizendo que, a escola Profissional da Povoação e também a do Nordeste, manifestaram alguma preocupação em alguns aspetos que não têm sido respondidos pelo Governo Regional, nomeadamente no que diz respeito à estratégia traçada para o futuro do ensino profissional e também à inclusão e cada vez mais as escolas profissionais têm que

ser incluídas no processo do sistema regional de ensino e a outra preocupação também tem a ver com as dificuldades que estão a passar, nomeadamente também àquilo que se deve à questão do financiamento das escolas profissionais, em que no momento quer nós estamos a passar e as dificuldades que elas sentem também deve trazer para o Governo Regional e para todos nós uma grande atenção, um alerta, que as escolas profissionais nos trazem e em particular, ouvir da Escola Profissional da Povoação trouxe-nos grandes preocupações que nós manifestamos toda a nossa inteira preocupação para ultrapassar em conjunto com as escolas profissionais e com o sistema de ensino regional.

E, portanto, Sr. Presidente, nós associamo-nos ao Voto de Congratulação apresentado pelo PSD, mas também dizer, e não podia deixar de referir esses alertas e essas dificuldades que nós sentimos das escolas profissionais, que devem merecer a nossa melhor atenção. Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Vamos então passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O Voto apresentado foi aprovado por unanimidade

Presidente: Próximo Voto de Congratulação pelos 25 anos do Grupo Folclórico do Porto Formoso. Tem a palavra a Sra. Deputada Valdemira Gouveia.

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

**Voto de congratulação pelos 25.º anos do Grupo Folclórico de
Porto Formoso**

O Grupo Folclórico de Nossa Senhora da Graça, da freguesia do Porto Formoso, no concelho da Ribeira Grande, comemora os seus 25 anos de atividade cultural.

Atualmente conta com 45 elementos que participam e fazem parte das suas atuações, cabendo a sua Presidência a José Maria Cabral, desde há 10 anos a esta parte.

Ao longo destes 25 anos o Grupo Folclórico tem realizado vários Festivais Internacionais, sendo que este ano, a 12 de agosto, vão realizar a 16ª edição de Festival Internacional de Folclore do Porto Formoso, no porto da freguesia, contando com a presença dos grupos folclóricos do Brasil, Eslováquia e vários grupos locais.

Nesse dia, para além das atuações, vão dar a conhecer a cultura das tradições existentes no Porto Formoso e ainda toda a história da gastronomia desta freguesia.

Este ano vão participar em dois eventos fora dos Açores.

O primeiro na cidade do Porto, numa gala organizada pelo Conselho Internacional de Organizações de Festivais de Folclore e Artes Tradicionais, a decorrer em maio, onde o Grupo Folclórico Nossa Senhora da Graça do Porto Formoso vai representar os Açores com a sua atuação do Baile Furado.

Em novembro vão atuar em Paris, no Festival Internacional organizado pela Casa de Portugal, afirmando-se como o primeiro grupo folclórico dos Açores a participar naquele festival.

Qualquer grupo folclórico da nossa Região investe muito, o que é muito importante, na pesquisa histórica e etnográfica da sua freguesia, bem como dos seus usos e costumes, no que diz respeito à forma como se tocava, dançava e cantava nos tempos passados.

O Grupo Folclórico de Nossa Senhora da Graça, na pessoa do seu Presidente, tem incentivado alguns jovens a perpetuar as tradições de outras épocas, proporcionando-lhes práticas saudáveis e o contacto com pessoas de outras Regiões, abrindo-lhes ainda perspetivas de conhecimento da cultura regional, nacional e internacional.

Os grupos Folclóricos existentes nas freguesias da nossa Região Açores, são um marco cultural e social. São também uma influência muito positiva na vida dos jovens de cada freguesia. Especialmente daquelas que são mais distantes dos grandes aglomerados urbanos. Pelo que esta é mais uma hora para celebrar e congratular o Grupo Folclórico de Nossa Senhora da Graça, do Porto Formoso.

Assim o grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do dia 8 de março de 2023, a aprovação de um voto de congratulação pelo 25º aniversário do Grupo Folclórico do Porto Formoso.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Direção do Grupo Folclórico de Nossa Senhora da Graça do Porto Formoso, à Junta de Freguesia do Porto Formoso, à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal da Ribeira Grande.

Sala das Sessões, Horta, 8 de março de 2023

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há inscrições, Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se naturalmente com muito gosto a este Voto de Congratulação pelos 25 anos do Grupo Folclórico do Porto Formoso.

Efetivamente, o folclore é uma das tradições mais remotas da nossa cultura e fator de sobrevivência e permanência de muitos elementos etnográficos da nossa identidade.

É porventura, a par das Festas do Espírito Santo, é uma expressão mais popular da nossa cultura apesar de alguns desvirtuamentos verificados na passagem da sua organização espontânea para o formalismo da exibição.

Os grupos folclóricos estão vivos em todas as nossas ilhas, há uma realidade em todas as nossas ilhas, eu diria mesmo em todos os concelhos, para usufruto dos locais, mas também dos turistas que por essa via se apercebem e se melhor identificam com aquilo que são as nossas realidades.

O Grupo Folclórico do Porto Formoso vem na senda de uma realidade que na ilha de São Miguel começou a tomar expressão em 1954, com a formação do Grupo Folclórico Tavares Canário, por iniciativa do Folclorista Padre José Luís Fraga, juntamente com outras personalidades como João da Silva Júnior, José Bento Soares da Silva ou Professora Lígia Matos, naquele que depois se transformou e ainda é hoje o Grupo Folclórico de São Miguel.

Este Grupo Folclórico do Porto Formoso que agora celebra os seus 25 anos tem já um acervo de realizações e participações, que seguramente orgulham os balhadores, a sua direção artística e os dirigentes ao longo deste quarto de século, eu diria mesmo também orgulhando a freguesia de Porto Formoso, e, isto, naturalmente, é motivo de grande satisfação. E da parte do Grupo Parlamentar do PSD, endereçamos a todos eles uma calorosa saudação.

Venham mais 25 anos de bailes, da Bela Aurora, da Caninha Verde, do Tão Chão, da Saudade, do Baile Furado, e, inevitavelmente, em São Miguel do Pezinho da Vila, disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é um Voto de Saudação pela Comemoração do Dia Internacional da Mulher, é apresentado pelo Bloco de Esquerda, tem a palavra para a sua apresentação, a Sra. Deputada Vera Pires.

Deputada Vera Pires (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Voto de saudação pelo Dia Internacional da Mulher

O Dia Internacional da Mulher é uma jornada de homenagem às mulheres que, antes de nós, percorreram o caminho para a igualdade de género. É também um apelo às que, hoje, têm direitos a defender e barreiras a ultrapassar. Com raízes na luta contra a exploração e a opressão das mulheres, a celebração herdou uma tradição de protesto e de combate que continuamente se atualiza. As comemorações deste dia, nos Açores, em Portugal e no Mundo, são também um contributo para a luta das mulheres neste século XXI.

Olhemos para alguns dados nacionais recentes:

Em 2021, do total das vítimas referenciadas pela APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – 77,9% eram mulheres. O OMA (Observatório das Mulheres Assassinadas) registou 23 mulheres assassinadas em 2021, 28 mulheres em 2022 (até 15 de novembro).

Em 2022, a diferença salarial de género em Portugal ter-se-á cifrado nos 13,3%, de acordo com dados do estudo “Benefícios sociais e económicos da igualdade salarial entre mulheres e homens”: é como se as mulheres em Portugal tivessem trabalhado gratuitamente durante 48 dias do ano passado.

Estes dados demonstram que, no nosso país e na nossa região, as mulheres continuam efetivamente a ser vítimas de violência, desigualdades e discriminação.

A garantia da participação das mulheres em igualdade em todas as áreas é condição essencial do progresso. Em todas as esferas da sociedade, precisamos integrar sistematicamente a dimensão da igualdade entre mulheres e homens: da educação à prevenção e combate às violências contra as mulheres; da valorização do trabalho à erradicação da discriminação salarial; da luta contra a precariedade e a desregulação dos horários ao direito ao trabalho com direitos; da igualdade de oportunidades à liderança em todos os níveis da tomada de decisão na vida política, económica e pública; do reconhecimento

e valorização do trabalho de assistência e doméstico não remunerado à promoção da partilha de tarefas e responsabilidades.

Defendemos que a adoção e fortalecimento de políticas sólidas para a promoção da igualdade de género e da defesa dos direitos das mulheres tem de ser tarefa também do Governo Regional, que deve integrar esta dimensão da igualdade entre mulheres e homens em todos os campos da sua intervenção.

Hoje, 8 de março, celebramos mais um Dia Internacional da Mulher. Continua a fazer sentido lembrar as muitas vitórias conseguidas pelas mulheres nas suas lutas pela igualdade de género. Continua, também, a ser preciso alertar e lutar contra as muitas desigualdades que persistem. Hoje, 8 de março, o Bloco de Esquerda/Açores propõe à Assembleia Legislativa Regional um Voto de Saudação a todas as mulheres e, em particular, às mulheres açorianas que têm participado na luta pelos direitos das mulheres e pela erradicação das desigualdades.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Saudação pelo Dia Internacional da Mulher, prestando tributo a todas as mulheres que se envolveram nas lutas pela igualdade de género.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à UMAR-Açores e APF-Açores.

Horta, 8 de março de 2023

O Grupo Parlamentar do BE/Açores

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Estão abertas as inscrições. Sra. Deputada Nídia Inácio, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Nídia Inácio (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este Voto, porque este Dia Internacional da Mulher celebra os direitos que as Mulheres conquistaram até hoje e que ainda continuam a lutar por eles, defender causas como: acesso à educação, direito ao voto, relembrar que as nossas açorianas só puderam votar a partir de 1974, igualdade salarial, maior representação em cargos de liderança, proteção em situações de violência física e psicológica, estas causas, entre outras, continuam muitíssimo atuais, porque em várias partes do mundo estes direitos ainda continuam por cumprir.

Portanto, o Grupo Parlamentar do PSD associa-se ao Voto do Bloco de Esquerda e ao Dia Internacional da Mulher.

Disse.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições. Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar associa-se a este Voto, 8 de março, passou a ser uma data assinalada em todo o mundo para dar estímulo à luta das mulheres pela igualdade dos direitos, mas também a conquista e o reconhecimento da mulher no mundo.

As mulheres tem desempenhado um papel fundamental em toda as esferas da sociedade, desde a política até à economia, passando pela cultura, pela ciência, pela tecnologia.

Infelizmente, nos dias de hoje, assistem-se ainda a episódios onde prevalecem preconceitos, discriminação ao sexo feminino ou a violência contra as mulheres.

Esta é, sem dúvida, uma luta diária, mas o certo é que a igualdade de direitos não pode nem deve ser uma luta das mulheres, mas sim uma luta de todos nós.

Hoje, portanto, é o dia de celebrar as conquistas das mulheres e reconhecer a sua importância na construção da nossa sociedade.

Deputado Rui Martins (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Peço a palavra, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para nos associarmos a este Voto.

E faço-o eu, porque, esta não deve ser uma celebração e, aquilo que ela envolve não deve ser uma celebração apenas das Mulheres deve ser de todos nós.

Aquilo que este Voto e este dia enaltece, é algo de muito vasto, e, gostaria em primeiro lugar de neste dia prestar, em meu nome, em nome do Partido Socialista, a homenagem a todas aquelas Mulheres que, porventura, nestes dias não merecem uma referência específica, mas, estão claramente presentes, aquelas que muitas das vezes arcaram e ainda hoje arcam, com as pesadíssimas tarefas de cuidar de um lar, de serem mães, de serem domésticas, de arcarem com aquilo que tem a ver com uma das mais nobres funções e uma das mais nobres tarefas, que uma mulher tem ou pode ter, ajudar a criar Homens e Mulheres de amanhã.

Isso não invalida de forma nenhuma, bem, pelo contrário, reforça a nossa homenagem a todas as Mulheres que enfrentam o desafio da afirmação profissional, que enfrentam o desafio da igualdade de direitos, que enfrentam o desafio da igualdade de direitos no campo profissional e muitas das vezes até no campo da liberdade sexual, da liberdade que toca no mais íntimo daquilo que é o ser humano.

Nós, devemos celebrar este dia, porque neste dia, o que acontece por todo este mundo, são sinais claros, em algumas partes do mundo, de um retrocesso, de um claro e inequívoco retrocesso naquele que é o respeito pela Mulher.

Em diversas partes deste mundo, assiste-se a um revigorar de fenómenos discriminatórios, de fenómenos repressivos, muitas das vezes baseados em perspetivas ideológicas que são de todo censuráveis e que são de todo lamentáveis.

Uma das formas que, desse ponto de vista, a afirmação dos direitos da Mulher se tem conduzido ou tem evidenciado, prende-se com o acesso a cargos políticos, com o acesso a cargos de direção.

Não basta criarmos na Lei uma suposta igualdade, se continuarmos a onerar as Mulheres com a necessidade de serem as principais a terem, que compatibilizar a vida profissional com as exigências da vida familiar.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: já termino Sr. Presidente. É preciso ir mais além, é preciso também criar as condições de facto que permitam que a igualdade da Lei se traduza numa igualdade efetiva, em que uma Mulher não tenha que optar, muitas das vezes, entre despende tempo com a sua família ou ser uma profissional de sucesso.

E em terceiro lugar e com isso, concluo, para além da componente legal, para além da componente da criação efetiva de condições, é

ainda necessário ultrapassar alguns preconceitos do ponto de vista cultural e social, quanto à capacidade que as Mulheres têm de em igualdade de circunstâncias poderem assumir cargos de competência, cargos de direção, cargos de responsabilidade.

Recentemente, tive a oportunidade de ouvir uma citação, que a este propósito me parece perfeitamente adequada, e, que em tom jocoso, colocava a meta da verdadeira igualdade entre Homens e Mulheres.

E essa situação em tom jocoso, digo, dizia qualquer coisa como isso: *Só será alcançada a verdadeira igualdade entre homens e Mulheres, quando também for nomeada para um cargo de direção, uma mulher absolutamente incompetente.* Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos votar este Voto de Saudação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O Voto de Saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é também um Voto de Saudação pelo Dia Internacional da Mulher, apresentado pelo CHEGA. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Presidente, se me permite, uma nota prévia, gostaria, neste Dia da Mulher também homenagear as nossas mães, as nossas esposas, as nossas filhas, as nossas companheiras, como Mulheres, mas também como companheiras de luta, e, se me permitem também, a título pessoal, não aceito, não compreendo, não consigo perceber como em pleno Séc. XXI, há Mulheres a ganhar menos, há Mulheres a serem maltratadas, apenas por serem Mulheres ao lado de homens, isto não é aceitável. Somos todos iguais, nas tarefas que são iguais, temos que ser todos iguais e, nisto, deixo aqui também a minha posição muito pessoal e também do meu partido, naquilo que é a igualdade para todos.

Voto de saudação pelo Dia Internacional da Mulher

Assinala-se hoje, dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher – uma data que tem raízes bem profundas de reivindicação de igualdade de direitos e de melhores condições de trabalho.

O dia foi oficializado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975, mas muito antes as mulheres já tinham saído à rua, lutando por igualdade de direitos, quer nas fábricas dos Estados Unidos quer nas fábricas de alguns países da Europa.

É comum associar-se a origem desta data a um incêndio que ocorreu em Nova Iorque, a 25 de março de 1911, quando morreram 146 trabalhadores, sendo 125 mulheres. Um incêndio que trouxe para a

opinião pública as deficientes condições em que trabalhavam principalmente as mulheres durante a Revolução Industrial.

Mas já em 1909, também em Nova Iorque, se realizou a grande marcha das mulheres com cerca de 15 mil mulheres caminhando nas ruas, pedindo melhores condições de trabalho. Naquele tempo, nas fábricas americanas, as mulheres poderiam trabalhar até 16 horas por dia, seis dias por semana e, por vezes, até aos domingos.

Na Europa também crescia o descontentamento e, durante a Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, em agosto de 1910, a alemã Clara Zetkin, sugeriu a criação de manifestações anuais dedicadas às questões trabalhistas das mulheres naquela época, exigindo igualdade de direitos. Desta forma, o primeiro dia oficial da mulher seria celebrado a 19 de março de 1911.

Mas, em 1917, a 8 de março, um grupo de operárias russas saiu às ruas para se manifestar contra a fome e contra a Primeira Guerra Mundial. Uma manifestação que reuniu mais de 90 mil operárias e ficou conhecida como “Pão e Paz”. E passou a ser esse o dia escolhido para celebrar o Dia da Mulher que só foi oficializado em 1975, ano que a ONU intitulou de Ano Internacional da Mulher como forma de lembrar as conquistas políticas e sociais das mulheres.

Muitos países assinalam atualmente esta data como forma de lembrar que ainda há problemas que precisam de ser resolvidos, no que diz

respeito às mulheres, e que vão muito além da igualdade de direitos e da diferença salarial.

É que, apesar de todas as conquistas e avanços ao longo dos tempos, ainda há um longo caminho a percorrer para a igualdade entre mulheres e homens.

Há ainda um longo caminho a percorrer para evitar os feminicídios, para acabar com a discriminação a que ainda são votadas as mulheres. Como forma de homenagear todas as mulheres e a sua luta, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um Voto de Saudação pela celebração de mais um Dia Internacional da Mulher, do qual deve ser dado conhecimento à UMAR Açores; à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima Açores; à Vice-Presidência do Governo Regional dos Açores e às Câmaras Municipais dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 8 de março de 2023

O Deputado

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado, pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado (IND):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Permita-me, Sr. Presidente a pergunta, é prática deste Parlamento, todos os votos que são apresentados são distribuídos às bancadas dos

partidos. Portanto, a minha pergunta é se por algum motivo um Deputado independente não tem direito a esses votos que são distribuídos por todos os partidos, porque eu, na qualidade de Deputado independente, nunca recebo os votos que são apresentados pelo Deputado José Pacheco. Portanto, em função disso, não posso votar essa iniciativa, porque não sei se o teor da mesma é aquele que foi lido agora em ambão, portanto, esta é uma situação que acho que é desagradável e que deve ser corrigida. Portanto, a mim cabe-me fazer a observação, como é que alguém pode defender o direito das Mulheres se nem sequer defende o direito da igualdade de Deputados eleitos nesta Casa? Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Isto é uma anormalidade que ninguém aguenta. É demais!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. De facto, é uma situação que tem que ser corrigida. Tem a palavra a Sra. Deputada Nídia Inácio, faça favor.

(*) **Deputada Nídia Inácio (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Reitero tudo o que já disse e relembro, não dar voz às Mulheres também é uma forma de discriminação, realço o papel da mulher na construção de uma sociedade mais justa.

E aproveito para agradecer aos homens do Grupo Parlamentar do PSD, pela oferta e pela mensagem que deixaram às Mulheres do Grupo Parlamentar do PSD. Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições. Parecendo não haver. Vamos votar este Voto de Saudação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Saudação ao Comando Operacional dos Açores é apresentado pelo CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Voto de Saudação

Ao Comando Operacional dos Açores das Forças Armadas Portuguesas pela celebração do seu trigésimo aniversário enaltecido pela estreia mundial da obra musical “A Lenda de Brianda”

A 26 de fevereiro de 1993 foi publicado o Decreto-Lei n.º 48/93, que aprova a Lei Orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), o mesmo institui no seu artigo 20º o Comando Operacional dos Açores, a sua estrutura, organização e atribuições.

Para além de competências de carácter estritamente militar, como o comando operacional dos três ramos das forças armadas, são importantes atribuições do Comando Operacional o relacionamento institucional com as autoridades civis regionais e a ligação com as forças de segurança a fim de assegurar o cumprimento das missões atribuídas às Forças Armadas.

Ao longo dos anos têm sido várias as ocasiões em que os diversos ramos das Forças Armadas às ordens do Comando Operacional dos Açores têm sido empenhados ao serviço e no auxílio à população residente no arquipélago dos Açores.

Tantas têm sido as missões que enumerar todas seria demasiado extenso e correríamos o risco de cometer alguma injustiça por omissão de alguma.

Se há português que sabe que pode contar com as Forças Armadas, esse português é açoriano.

Pelo ar, por mar ou terra, os militares ao serviço do Comando Operacional dos Açores cumprem Portugal no Atlântico.

Trinta anos volvidos da publicação do Decreto-Lei n.º 48/93 celebrou-se em Angra do Heroísmo, nos passados dias 24, 25 e 26 de fevereiro, o trigésimo aniversário do Comando Operacional dos Açores. As cerimónias incluíram as atividades “Alista-Te Por Um Dia” e “Portugal e Forças Armadas”, do Programa de Divulgação das Forças Armadas; exposição e demonstrações sobre as capacidades das Forças

Armadas; apresentação do livro “Comando Operacional dos Açores, 30 anos ao serviço de Portugal nos Açores”; cerimónia evocativa de Vasco da Gama; concerto comemorativo; cerimónia Eucarística e terminando, no dia 26, com uma Cerimónia Militar com as forças dos três ramos em parada, na Praça Velha, em Angra do Heroísmo.

Na noite do dia 25 de fevereiro, no Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, teve lugar o concerto comemorativo pela Banda Militar Conjunta composta por músicos da Banda da Armada, da Banda Sinfónica do Exército e da Banda de Música da Força Aérea. Neste concerto onde foram apresentadas obras musicais vibrantes de conceituados compositores, a Banda Militar Conjunta estreou mundialmente a obra musical “A lenda de Brianda”, de autoria do compositor Pedro Pires, 2.º sargento da Banda da Armada. É uma obra de intensa expressividade emocional e virtuosismo que exalta a batalha da Baía da Salga, que ocorreu a 25 de julho de 1581 e culminou na expulsão do invasor castelhano, e na sequência da qual a 13 de fevereiro de 1582 o Regedor Ciprião de Figueiredo envia a Filipe II de Castela uma carta onde afirmava “Antes morrer livres que em paz sujeitos”.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP apresenta à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de março de 2023, um Voto de Saudação com o seguinte teor:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores saúda o Comando Operacional dos Açores das Forças Armadas Portuguesas pela celebração do seu trigésimo aniversário enaltecido pela estreia mundial da obra musical “A lenda de Brianda” que exalta um feito marcante da história de Portugal, dos Açores e da Ilha Terceira na luta pela manutenção da independência de Portugal conta os castelhanos: “Antes morrer livres que em paz sujeitos”.

Deste voto deverá também ser dado conhecimento a Sua Excelência O Presidente da República, ao Ministro da Defesa Nacional, ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, ao Presidente do Governo Regional dos Açores e à Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores.

Horta, sala das sessões, 8 de março de 2023

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o Voto. Pergunto se há inscrições. Sr. Deputado Francisco Coelho, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Partido Socialista, naturalmente, associa-se a este voto, associando-se também à oportunidade de aproveitar esta efeméride para relembrar a importância de umas forças armadas democráticas e modernas para o nosso país e sobretudo para o nosso país atenta a sua realidade e,

designadamente a sua realidade arquipelágica, para além da integridade territorial não podemos deixar esquecer a iminência, assim o desejamos, de um alargamento substancial da zona económica exclusiva, que se discute nos fóruns internacionais e que muito beneficiará Portugal, em grande medida também à custa dos seus arquipélagos ao nível do alargamento dessa zona económica exclusiva, mas também, como foi referido no Voto, quer ao nível de missões humanitárias, em caso de catástrofes naturais, que temos tido o apoio das forças armadas e de que a nossa Região, por factos bem conhecidos é bem mais atreita, bem como também, e, atenta a nossa posição geoestratégica, mesmo ao nível da busca, salvamento e até transporte de doentes face à organização do nosso sistema regional de saúde. É, portanto, justo, lembrar este papel, é justo lembrar que ele no Portugal Atlântico, como foi dito, ganha uma especial relevância e nós aqui estaremos com certeza todos para lembrar e saudar esta efeméride e também, para, sempre que necessário, exigir de todos os Governos da República que essas forças armadas sejam dotadas dos meios técnicos e humanos correspondentes para que possam fazer a sua missão também no Portugal do Atlântico. Muito obrigado.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Luis Soares, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Naturalmente que o Grupo Parlamentar do PSD se associa a este Voto, aqui apresentado pelo CDS, pelos 30 anos do Comando Operacional dos Açores, compreendendo, reconhecendo a extraordinária importância que tem as forças armadas, não só pela soberania nacional, mas também para o auxílio que tem prestado à população açoriana durante todos esses anos.

Eu aqui resisto a enumerar alguns, ao contrário do Sr. Deputado Pedro Pinto, que não resistia, eu resisto a enumerar alguns, porque assim nos faz perceber melhor, desde as evacuações médicas, o abastecimento à ilha das Flores, que ainda neste Plenário foi falado, a crise sísmica de São Jorge, a vacinação, já não nos podemos esquecer da vacinação, foi as forças armadas portuguesas que assumiram a coordenação de toda a vacinação e daí o êxito que teve, enaltecido por todo o mundo e, em particularmente, na Região Autónoma dos Açores, ao 2º Sargento Paulo Pires, da Banda da Armada, compositor da obra musical, “A lenda de Brianda”, os nossos parabéns, foi realmente para quem lá esteve, um momento extraordinário, um momento que nos fez perceber, sentir mais do que ouvir ou dizer o que é, que significa a expressão “antes morrer livre que em paz sujeitos”

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Paulo Estêvão faz favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estevão (PPM):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O PPM associa-se a este Voto de Saudação, pelos 30 anos da criação do Comando Operacional dos Açores.

Quero aproveitar esta ocasião, para da nossa parte valorizar o que tem sido o papel das forças armadas na Região Autónoma dos Açores, em que têm prestado serviços muito significativos à população dos Açores, à Região Autónoma dos Açores, já aqui foram dados vários exemplos, como por exemplo, agora o abastecimento da ilha das Flores ou do Corvo há dois anos também, ou também as evacuações que são médicas que são efetuadas ou muito recentemente, também o próprio hospital de campanha que foi montado na ilha do Corvo e muitas outras, muitas outras missões em que as forças armadas são absolutamente fundamentais, missões de soberania, missões de fiscalização, missões que têm a ver com o carácter operacional que também têm estas forças.

A verdade é que o fazem e que o fazem com competência.

É evidente que, dirá o Sr. Deputado Nuno Barata, os meios que aqui estão não são os suficientes, é verdade, é verdade que da parte do Estado é necessário muito maior investimento do ponto de vista dos meios que são alocados à Região Autónoma dos Açores, nós

representamos muito daquilo que é a projeção estratégica do país, tendo em conta a dimensão da nossa Zona Económica Exclusiva, tendo em conta aquilo que contamos também, do ponto de vista, da que será, a zona, os tais 4 milhões de quilómetros quadrados, que o país apresentou como projeto na ONU e que a decisão tarda em chegar, mas que representa, os Açores representam uma parte significativa dessa enorme zona de jurisdição que significa muito do futuro do nosso país, e, por isso, é evidente que aqui têm que ser alocados mais meios.

Mas o que quero aqui deixar bem assinalado da nossa parte é valorizar o papel das forças armadas e deixar este recado ao Estado, que é necessário fazer muito mais, deixar aqui muitos mais meios, mas as forças armadas, com o pouco que têm, com os poucos meios que têm instalados, têm feito muito em prol dos Açores.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Vamos então votar este Voto de Saudação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O Voto de Saudação apresentado, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é um Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD pelo falecimento de João Maurício

Fernandes Salgueiro, para a sua apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Nídia Inácio.

Deputada Nídia Inácio (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

**Voto de pesar pelo falecimento de João Maurício Fernandes
Salgueiro**

João Maurício Fernandes Salgueiro nasceu em Braga, a 4 de setembro de 1934 e faleceu a 17 de fevereiro 2023.

Licenciou-se em Economia, pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de, e foi pós-graduado em Planeamento Económico e Contabilidade Pública, pelo Instituto de Estudos Sociais de Haia, nos Países Baixos.

Iniciou a sua vida profissional no Banco de Fomento Nacional, onde foi Diretor do Departamento Central de Planeamento e presidente do Conselho de Administração, cargo que também ocuparia na Caixa Geral de Depósitos. Foi ainda presidente do Banco Ultramarino, presidente da Associação de Bancos Portugueses e Vice-governador do Banco de Portugal.

Depois de ter presidido à Juventude Universitária Católica, participou na fundação da SEDES-Associação para o Desenvolvimento Económico e Social, em plena Primavera Marcelista. Em 1969 foi nomeado Subsecretário de Estado do Planeamento, cargo que ocupou até 1971. Depois do 25 de Abril aderiu ao Partido Social-Democrata.

O seu percurso de vida acompanha a história do PSD e de Portugal. Foi um economista distinto e respeitado, chamado ao exercício de funções públicas, que cumpriu com inteligência, seriedade e amor à liberdade.

Foi Ministro de Estado, das Finanças e do Plano do VIII Governo Constitucional, liderado por Francisco Pinto Balsemão. Seria ainda vice-presidente do Conselho Económico e Social.

Em 2010, João Salgueiro foi distinguido por Cavaco Silva com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo.

Em 2017 foi agraciado com o Doutoramento Honoris Causa pela Universidade Nova de Lisboa.

Em 2021, João Salgueiro foi condecorado por Marcelo Rebelo de Sousa com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique.

O seu legado ultrapassa esse desaparecimento. Tinha um sentido de missão único e uma grande visão de futuro, sempre por um país mais justo e imparcial, como sempre afirmou.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de março de 2023, a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento de João Salgueiro.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família, à Assembleia da República e ao Partido Social-Democrata.

Horta, Sala das Sessões, 08 de março de 2023.

Os Deputados Regionais

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Francisco Coelho, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

João Salgueiro pertenceu a uma geração brilhante, em termos técnicos, em termos cívicos e que viveu um tempo especialmente desafiante.

Essa geração na sua juventude deparou-se com o bafio do Estado Novo, embora tenha tido a esperança da sua evolução sobretudo com a Primavera Marcelista e não tenha deixado de algum modo de dar o seu contributo.

Mas foi sobretudo uma geração fundamental ao nível da instalação/criação dos partidos e da democracia, onde, quer em termos técnicos, quer em termos políticos teve um papel fundamental na sua criação, como disse, mas sobretudo na sua consolidação e na sua credibilização.

Assim foi, também com João Salgueiro, que teve importantes funções no Partido Social Democrata, que era conhecido por ter uma sensibilidade, exatamente social-democrata, e, que, pelas vicissitudes da história se desencontrou na Figueira da Foz, talvez por não ter um Renault e talvez por o seu carro já ter a rodagem feita.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Fica-lhe muito bem essa expressão.

O Orador: De qualquer modo, o seu percurso cívico, político e técnico, foi fundamental, eu penso que o Sr. Deputado ou não conhece, Sr. Deputado João Bruto da Costa, ou não conhece a história do seu partido ou não sabe o que é que eu quis dizer, mas eu vou traduzir para que perceba, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não percebo a sua graça num voto de pesar!

O Orador: ... o que eu quis dizer é que só por um acaso, João Salgueiro não foi líder do Partido Social Democrata, foi isso que eu quis dizer, não sei se percebeu, porque, era apontado por todos no congresso, onde um Sr. foi fazer a rodagem ao Renault, foi eleito e esse Sr. é o Professor Aníbal Cavaco Silva, portanto, eu não fiz, nenhuma crítica ao Professor João Salgueiro, muito e antes pelo contrário, lamento a sua falta de sentido de humor, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exato!

O Orador: ... mas deixe-me continuar, porque apesar de tudo, precisamos saber que o PSD teve e tem algumas pessoas da grandeza de João Salgueiro, e, é isso que eu quero hoje homenagear, essa grandeza, o contributo que deram, o facto de terem sido políticos e é bom dizer políticos que merecem o nosso elogio e que merece a nossa admiração e, isso deve ser dito de João Salgueiro, como felizmente

institucionalmente foi dito, quer pelas condecorações que recebeu, quer na altura do seu passamento, quer sempre que foi preciso, para que também se acabe com esta coisa muito portuguesa, muito hipócrita, aliás, de que, politico bom é politico morto, não, não é assim e João Salgueiro foi, é e será um politico e um cidadão que merecerá o nosso elogio e o nosso agradecimento. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Não havendo vamos votar este Voto de Pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretario: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

(Neste momento o Deputado Marco Costa retomou o lugar de Secretário da Mesa)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário. Vamos fazer um intervalo, regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 37 minutos.

Eram 12 horas e 01 minuto.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, terminados que estão a apresentação e votação dos votos, vamos passar para as declarações políticas.

Agradecia ao Grupo Parlamentar do PSD que indicasse um Secretário. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata para fazer a sua declaração política, faz favor, Sr. Deputado

Deputado Nuno Barata (IL): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Açorianos.

Acabais de receber nas vossas caixas de e-mail um documento que vos convido a abrir e seguir atentamente esta reflexão que aqui venho fazer.

Convido também todos os Açorianos a fazerem o mesmo; podem abrir o documento disponível nas redes sociais da Iniciativa Liberal.

Em 7 de novembro 2020, PSD e IL assinaram um acordo, um frugal acordo diria eu, mas, nem isso foi possível o PSD cumprir.

A IL pensou e acreditou que não precisava acautelar os parceiros de coligação de direita, mas afinal enganamo-nos.

Essa governação assumiu funções, o acordo tinha 10 pontos essenciais para serem cumpridos, apenas 10 pontos (imaginem que eram 20!?), visando que a Legislatura tivesse toda a estabilidade e que, efetivamente, se caminhasse no sentido de uma mudança de paradigma.

O objetivo da IL era chegar ao fim do mandato e ter menos pobres nos Açores. Era e continua a ser o nosso primeiro objetivo! Menos despesa pública, menos dívida para as gerações futuras (até porque dívida é igual a pobreza), menos empresas públicas esbanjadoras, mais jovens e empreendedores capazes de concretizar os seus sonhos e projetos, promovendo as suas ilhas, sem terem que continuar de mão estendida ao governo – entidade omnipresente na vida dos açorianos e um dos seus maiores e mais austeros carcereiros.

Vejamos então o Acordo de Incidência Parlamentar, datado de 7 de novembro 2020:

Modelo de governação, estamos na mesma ou pior! Temos nomeações de famílias e os cartões partidários continuam a abrir portas dos elevadores para os lugares mais apetecíveis da administração, enquanto o elevador social continua avariado.

A distribuição de titulares por pastas para preencher cotas dos diferentes partidos da coligação cria entropias ao funcionamento da governação.

A instabilidade política provocada ao PSD, por parte dos seus parceiros de coligação, CDS e PPM, associada a um PSD incapaz de gerir este processo...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não apoiado!

O Orador: ... em prol dos açorianos, permitindo a promoção de clientelas partidárias para a manutenção do poder, é hoje uma

evidência e redonda na degradação da vida dos açorianos e da imagem das suas instituições.

Na Agricultura açoriana. Na Agricultura, foi acordado a criação de um Conselho Científico para a Inovação Agroalimentar.

Teve presidente convidado (Prof. José Estevão de Matos), mas nunca chegou a ter presidente nomeado, nem sequer foi implementado.

A Região passou pela vergonha do Prof. José Estevão de Matos se auto desconvidar e desistir do projeto.

No Setor Público Empresarial Regional. A extinção da Azorina foi feita de forma ineficaz e sem ter em conta os constrangimentos e sem prever as consequências, ainda hoje há centros interpretativos que não conseguem sequer ter um bar de apoio.

A proposta da IL de criação da AGRIAZORES suscitou um movimento interno na coligação, porque existem parceiros do PSD que não querem alterar nada, querem manter tudo como dantes, apesar de antes criticarem tanto o PS!

Valha-nos o processo de privatização da SATA em curso, mas que agora sofre revés com saída de administradores para TAP e Portugalíia, ficando o seu Conselho de Administração reduzido, não foi por falta de aviso da IL de que aquele Conselho de Administração devia ter sido reconduzido.

No Transporte marítimo passageiros. Um ano, estava no acordo, um ano para fazer estudo, vamos com 2 anos e quase meio de governação e nada!!!

Já no transporte de mercadorias, o Governo encomendou um estudo e o Governo faz uma coisa fantástica, o Governo introduz no pensamento dos açorianos a necessidade de a República pagar obrigações de serviço público, para um serviço que até agora é prestado de forma smi-liberalizada por três operadores em concorrência e que funciona sem qualquer custo para o erário publico. Uma verdadeira afronta a qualquer liberal.

A Produção e distribuição de energia. O Governo não fez rigorosamente nada, hoje temos aumentos de 80% da fatura de eletricidade em alguns clientes nos Açores, sem que a Região seja capaz de dizer mais do que acompanha as dificuldades e está solidária com aqueles que passam as dores. Até no SOLENERGE a coisa foi montada só para beneficiar os que são mais favorecidos.

Redução da Subsidiodependência. Basta olhar para as ruas de Ponta Delgada, andaram a reduzir nos subsídios para as IPSS's, perseguindo até algumas pessoas, que tratavam dessas problemáticas (que se agudizam) e continua o Governo Regional a alimentar a pobreza, por via da criação de apoios complementares para tudo e mais alguma coisa, como, por exemplo, os 174 euros que agora vão dar às empresas

no âmbito do programa Açores MAIS, na esperança de que ele chegue aos trabalhadores.

A maioria dos pobres nos Açores são gente com trabalho e que trabalha.

Este Governo mantém a política assistencialista, em vez de mudar, de facto o paradigma.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: Nos Recursos humanos na Administração Pública. Todos os casos são conhecidos, nem precisava enumerar e de alguns até já nos esquecemos, são tantos, que de alguns deles já nos esquecemos.

Só lembrando os mais recentes, em vez de racionalizar e simplificar, o Governo do PSD, CDS e PPM, complicou e acaba de criar um novo serviço de babysitting, a Estrutura de Missão para o Acompanhamento do Financiamento da Saúde nos Açores – EMAFIS, cuja escolha do Conselho de Administração constitui uma afronta a todos os profissionais do Hospital de Ponta Delgada e a todos os Açorianos que assistiram a essa novela de má qualidade que redundou na demissão da agora nomeada, aqueles Srs. ali em cima sabem do que eu falo.

A nova Secretária Regional da Saúde ainda não tomou posse e já lhe meteram um fiscal à perna, nomeado à pressa antes que a Senhora Secretária da tutela se pudesse opor a tal nomeação.

Outro novo serviço de babysitting é a Task Force anunciada para apoiar o Conselho de Administração da Portos dos Açores, nas obras

do Porto das Flores. Trata-se, mais esta opção governamental, de uma desconsideração pelos técnicos daquela empresa e um atestado de férias permanente ao seu Conselho de Administração.

Na Saúde, as declarações de Clélio Menezes, no momento da sua saída, dizem tudo. A IL não precisa dizer mais nada.

Um Secretário Regional que fez um trabalho de revalorização das carreiras dos profissionais do setor e que alcançou a paz social no mesmo, sempre com entropias provocadas “pelas divergências insanáveis e inultrapassáveis evidenciadas em sucessivas ingerências no exercício do cargo”.

O Vale Saúde, que está no acordo, o Vale Saúde continua por implementar.

Simplificação e desburocratização, aqui há que referir, e no que diz respeito ao licenciamento industrial, que foi feito um esforço conjunto para o implementar.

Já no caso do SIRGIC, que complica mais do que facilita, tudo está na mesma, depois de anunciadas soluções que, afinal, não funcionam e que trarão, no futuro, mais problemas do que soluções.

Redução Fiscal, negociamos, e no que depende desta Assembleia alcançamos, a maior redução fiscal da existência da Autonomia, mas, à primeira oportunidade, naquilo que só depende do Governo, o mesmo aumentou o ISP, trazendo, de novo, às famílias, custos

acrescidos com os combustíveis e, às empresas, um significativo aumento dos fatores de produção.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Açorianos, Este é um Governo que não precisa de oposição externa, a maior oposição a este Governo, são os parceiros de coligação.

Este é um Governo que hipoteca a própria Autonomia e que constrange os autonomistas convictos...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Isso é falso!

O Orador: ... que dentro do PPD/PSD ainda existem.

A sociedade açoriana, a economia açoriana, a cultura açoriana, a educação nos Açores, não estão a encontrar caminhos de melhora.

No meio da turbulência que é este Governo Regional do PSD, do CDS e do PPM, que não cumpre com os parceiros de incidência parlamentar, como também já não cumpre com este Parlamento (veja-se o que está a suceder com a legislação aprovada para reduzir os preços das refeições escolares nos Açores, que o Governo só está a aplicar pela metade), a Iniciativa Liberal não se contenta com isso e sabe que não pode carregar culpas desses incumprimentos da coligação para com os Açores e os açorianos.

Fomos parte desta solução, porque temos a certeza do potencial desta Região e da capacidade de trabalho das gentes destas ilhas.

Fomos parte desta solução, porque mudar era urgente para combater a estagnação e o caminho da pobreza a que 24 anos de socialismo estavam a conduzir esta Região.

Fomos parte desta solução, porque julgámos que o centro-direita regional estaria pronto para inverter medos atávicos, a tendência assistencialista e de subserviência da sociedade açoriana.

Fomos parte desta solução, porque não nos passava pela cabeça que a Região iria capitular perante um Estado centralista na saúde e em outras coisas.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Fomos parte da solução, mas hoje, por força da força que os parceiros do PSD na coligação de Governo fazem todos os dias, para que nada mude, e pela incapacidade deste PSD em promover a devida estabilidade junto dos seus parceiros de coligação, libertamo-nos desta amarra.

Até porque não faz sentido a Iniciativa Liberal continuar a confiar num Governo, em cuja maioria dos sociais-democratas desta Região deixou de acreditar e em que parte significativa dos açorianos não conseguem vislumbrar soluções.

A partir de hoje, depois de todos os esforços que fizemos para que esse acordo pudesse ser levado até ao fim, vemo-nos obrigados a dizer aos Açorianos (aqui, na Casa dos seus legítimos representantes) que a

Iniciativa Liberal comunicará ao Sr. Representante da República que se liberta do acordo de incidência parlamentar que assinou com o PSD. A IL tudo fez para que o acordo fosse cumprido; o PSD não o soube honrar! O PSD rompe um acordo por incumprimento, é uma denuncia unilateral por incumprimento da outra parte.

Não estamos disponíveis para continuar a ser conotados com as vossas decisões erradas e comportamentos erráticos, nem para sermos acusados, pelos açorianos, de viabilizarmos uma governação que se tem desdobrado em trapalhadas atrás de trapalhadas.

Disse! Disse e Fui.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está feita a declaração política. Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Carlos Furtado, faz favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Furtado (IND):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Nuno Barata, amane-se, amane-se Sr. Deputado porque o Sr. enganou-se quando assinou esse acordo de incidência parlamentar apenas com o PSD, porque, se calhar, se tivesse assinado com os três partidos, se calhar teria tido melhores resultados, ou não, ou não, porque foi o que aconteceu comigo, eu não assinei apenas com o PSD, assinei com três partidos, resultado, o resultado está aqui o acordo de incidência parlamentar que eu assinei, o tal acordo que

alguns dizem que rasgaram, não, está aqui um exemplar dele, ele existe! O acordo existe! O acordo existe e não é para rasgar, porque, é um documento oficial, é um documento histórico, não é para rasgar, portanto, o acordo existe e, Sr. Deputado Nuno Barata, enquanto o Sr. assinou com apenas um partido, dia 7 de novembro, eu assinei com três partidos, dia 6 de novembro, no dia antes, não me adiantou nada. Os incumprimentos que tem para consigo são os incumprimentos que têm para comigo e ainda hoje de tarde vou falar de um deles.

E Sr. Deputado Nuno Barata a sua insatisfação é a minha insatisfação e ainda bem que o Sr. abriu esse precedente, que era também um precedente que eu ia abrir hoje de tarde, quando falarmos de uma iniciativa, portanto, aquele compromisso que o Sr. se desvincula hoje, é o mesmo compromisso que eu hoje também me desvinculo.

O compromisso que tenho para com os três partidos também acaba aqui e acaba aqui por incumprimento unilateral deste Governo, por incumprimento unilateral dos três partidos.

Eu, a partir deste momento, vou cumprir apenas aquilo que é a minha obrigação para com os cidadãos dos Açores, votar favoravelmente aquilo que entender votar e votar contra aquilo que achar por bem.

Porque há incumprimentos, esses incumprimentos têm-se registado, a falta de respeito institucional aconteceu desde a primeira hora e aconteceu desde o momento em que eu deixei de representar um

partido que eu passei a ser tratado como um parente menor nesta incidência parlamentar.

A partir deste momento também eu não tenho qualquer vínculo e vou também, conforme vai fazer o Deputado Nuno Barata, também eu vou comunicar ao Sr. Representantes da República, que por razões óbvias, vou também deixar de cumprir incidência parlamentar que assinei. Quanto ao documento continuará a ficar de pé não vai ser rasgado. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu ainda represento um partido...

Deputado Carlos Furtado (IND): O senhor não representa nada! O senhor não é presidente de nada!

O Orador: ... que bem ou mal assinou um acordo, não foi em nome pessoal, foi em nome do partido, não fui eu, foi outra pessoa, que agora diz que o acordo é seu, mas isso cada um é que sabe, não é isso!? E S. Rafael está cheio deles.

Agora, eu acompanho muito o que diz o Sr. Deputado Nuno Barata, Sr. Deputado, eu tenho-lhe a dizer, bem-vindo, bem-vindo ao clube, já ando a dizer isto há imenso tempo e o Sr. sabe muito bem.

O CHEGA que era apelidado do fator de instabilidade, hoje as pessoas não liam o que não queriam, não liam o que não queriam, não viam o que não queriam. Bom, mas agora também é verdade, eu, enquanto representante do CHEGA, tenho lutado por uma estabilidade governativa na Região, acho que é importante, não precisamos de acordo, não precisamos de papéis, nós não precisamos, já andamos aqui há bastante tempo a trabalhar projeto a projeto, iniciativa a iniciativa, seja ela, venha de Bloco, venha do PS, venha do PAN, venha de onde vier, estamos aqui para analisar, para fazer a nossa reflexão e o que for melhor para os açorianos.

Aliás, disse-o no último Orçamento, irei aprovar aquilo que for melhor para os açorianos, não o que for o melhor para nós os partidos, isto não é correto.

Agora, obviamente também o disse, também o disse e vou voltar a repetir, nós precisamos de estabilidade na nossa Região, nós precisamos, é fundamental, é preciso dizer aos açorianos que isto não é um saco de gatos, é preciso dizer aos açorianos que temos capacidade de governar, não o CHEGA, que o CHEGA não é Governo, mas aqueles que auto propuseram-se e fizeram lá os negócios que quiseram fazer com os retornos que um dia todos nós havemos de saber, todos nós havemos de saber, porque há coisas que eu sei e, não as vou dizer, mas um dia vou-as dizer claramente e aí neste dia vamos todos fazer contas.

Agora é verdade que nós temos que estar aqui nesta Casa de peito aberto, disponíveis para também ajudar a governação, não pode ser é a qualquer custo e, o que o Sr. Deputado foi dizer ali daquela tribuna é o mesmo que eu já ando a dizer há algum tempo, tem que haver respeito que é uma coisa que às vezes falha um bocadinho, tem que haver também espírito de missão, ainda ontem, disse sobre o Sr. que saiu da SATA, tem que haver aqui compromisso. Da minha parte sempre houve e há testemunhas nesta casa do compromisso que eu fui assumindo.

Também quando senti que não estava a ser respeitado, que não estava a ser cumprido este compromisso também o disse publicamente, não o quiseram levar a sério, acharam que era brincadeira, não, eu não costumo a brincar, eu faço isso a sério e nunca pedi para mim nem para os meus amigos ou para os meus familiares qualquer contrapartida, eu peço para os açorianos, é assim que eu estou na política e não como alguns, é assim que eu estou na política e é assim que devemos estar e eu tenho tanta certeza disto, um dia destes, a gente vai descobrir o que é que eu disse. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, faça favor, Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Uma palavra em nome do Governo no seguimento desta declaração política para sinalizar duas ou três referências.

A primeira referência é que este Governo tem aprovado o Plano e Orçamento para 2023 com o maior maioria da legislatura.

E tudo aquilo que são os compromissos que, neste caso, para o Orçamento de 2023, foram negociados por mim também, ou desde logo por mim, o Sr. Deputado Nuno Barata, como todos os Deputados com quem dialoguei, sabem que da minha parte e da parte deste Governo irão ter o cumprimento daquilo que foi estabelecido.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: A Iniciativa Liberal disse que tinha três condições para a aprovação deste Orçamento:

O endividamento zero, temos endividamento zero;

A privatização da SATA, temos a privatização da SATA;

A manutenção do diferencial fiscal, temos a manutenção do diferencial fiscal.

E, portanto, estamos a cumprir estritamente aquilo que está estatuído no Orçamento para 2023, os acordos para a legislatura, alguns poderão estar com maior grau de cumprimento, outros com menor grau de

cumprimento, mas este Governo assume-se como um referencial de compromisso e de estabilidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Compromisso e estabilidade, compromisso desde logo, na sede da autonomia açoriana, que é este Parlamento.

Respondendo, pontualmente àquilo que se compromete com os seus parceiros, nomeadamente neste Parlamento.

Ainda ontem, foi aqui aprovado, ainda ontem foi aqui aprovado o SIFROTA.

Deputado José Ávila (PS): Não foi!

O Orador: Não foi ainda aprovado, mas já foi discutido, sabemos que irá ser aprovado o SIFROTA, o SIFROTA não fazia parte das condições essenciais da Iniciativa Liberal para aprovação do Orçamento para 2023, não fazia parte, mas ainda assim o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal colocou-o em cima da mesa e o Governo e a maioria aceitaram e está aqui a cumprir e vai cumprir com a sua execução e com a sua aprovação. E, portanto, temos que ter perante todas as contingências aqui, um sentido de Estado, um sentido institucional.

Ainda esta semana fomos confrontados com a saída do Presidente do Conselho de Administração da SATA, fomos informados seis horas antes e não consultados, fomos informados que ele iria para a TAP.

E, portanto, é de cá de dentro que estas coisas são provocadas, é de cá, de dentro que estas coisas são feitas, é de cá de dentro que os Srs. Socialistas não querem que tenhamos sucesso...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

O Orador: ... na privatização da SATA, é de cá de dentro que se produzem as mais infames mentiras, como esta que aqui estanho do Sr. Deputado, do seu Grupo Parlamentar, Deputado Carlos Silva, quero saber, Sr. Deputado Vasco Cordeiro se concorda, confirma isto que o Sr. Deputado Carlos Silva disse, “de acordo com o Ministro das Finanças, o Presidente do Governo Regional ajudou à saída do Presidente da SATA, Luís Rodrigues, Bolieiro foi sensível aos interesses da TAP, mas não defendeu...

Deputado Tiago Branco (PS): Onde isto já vai!

O Orador: ... os interesses da SATA e dos açorianos”. O Sr. Presidente do Partido Socialista revê-se nisto, concorda com isto?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Uma vergonha!!

O Orador: É que se se revê nisto e se concorda com isto, o Sr. é tão cúmplice quanto os outros que se escondem em tentar prejudicar o processo de salvação da SATA, de que o Sr. foi o principal responsável pela desgraça a que foi conduzida?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E é perante todo este cenário que nós temos que governar e que gerir.

O Secretário da Saúde saiu, no mesmo dia encontramos a solução, o Presidente do Conselho de Administração da SATA anunciou que ia sair no dia seguinte, encontramos uma solução. Para cada problema, encontramos uma solução e a solução n.º 1 e final e em última instância é a do Presidente do Governo que lidera esta coligação e que assume com o seu carácter com a sua honestidade, tudo aquilo que este Governo e esta maioria que os seus acordos trazem aos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E não é pouco, salvamos a SATA, diminuámos os impostos, estamos a crescer há 20 meses seguidos, temos um endividamento zero, temos a maior população empregada da história da autonomia, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: ... temos o menor número de desempregados inscritos nos últimos 10 ou 15 anos, o menor número de programas ocupacionais, temos a regularizar carreiras na educação, na saúde como nunca foi feito, apesar de termos um Governo de coligação e apesar dos acordos de incidência parlamentar.

Apesar aqui é subjetivo, é porque esta também, esta também é a força deste Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta também é a força desta coligação.

Deputado Nuno Barata (IL): Então sem a nossa ajuda ainda era pior!

O Orador: Esta também é a força desta alternativa, saber enfrentar cada problema com soluções atempadas.

E, Sras. e Srs. Deputados, o referencial de estabilidade, e aqui, Sr. Deputado Nuno Barata, eu quero-lhe perguntar olhos nos olhos, se alguma vez eu falhei algum compromisso que assumi com si.

Deputado Nuno Barata (IL): O senhor não percebeu nada do que eu disse ali!

O Orador: Se alguma vez lhe falhei nalgum compromisso que assumi consigo.

Presidente: Sr. Secretário, tem de terminar.

O Orador: Nunca falhei a nenhum compromisso assumido, os que estão aqui dentro sabem e, mais do que uma vez foi comprovado, prezo e prezamos a verdade.

Os problemas dos partidos fiquem nos partidos, não confundamos a árvore com a floresta, eu sei bem do que falo, eu sei bem do que falo. Os partidos grandes têm problemas maiores, é assim, o Partido Socialista também, ainda hoje vimos um ex-assessor do Grupo Parlamentar do Partido Socialista dar loas ao Governo e, portanto, isto faz parte, eu acho que ele continua a ser militante do Partido Socialista e qual é o problema por isso? Há divergências, é natural, ...

Deputado Paulo Gomes: Bem lembrado!

O Orador: ... agora o que não é natural é divergências destas, isto aqui é muito grave para os Açores e para os açorianos, isto aqui é gravíssimo, além da mentira, porque é mentira que o Sr. Ministro das Finanças tenha falado com o Presidente do Governo Regional, é mentira também que o Presidente do Governo Regional não defendeu os interesses da SATA, isto é gravíssimo, isto é a prova de que, num dos assuntos mais importantes dos últimos anos e dos próximos anos para os Açores e que, e bem, foi colocado pela Iniciativa Liberal nas condições para aprovar o plano de 2023, há pessoas no Partido Socialista, sim, assumo, afirmo, no Partido Socialista dos Açores que desgraçaram a SATA e que querem o pior não só a este Governo, mas à privatização da SATA e o que for mau para este Governo também prejudica a privatização da SATA e põe em causa o seu futuro, foi isso que os Srs. fizeram, Socialistas, e, continuam a fazer.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Também vou rasgar, não, eu não posso rasgar, porque, aproveitaram ali a senda do Sr. Deputado do IL para dizer, ah eu também rasgo, eu já tinha rasgado, e, então, pelos vistos não há neste momento algum

tipo de, como é que eu hei de dizer, princípio institucional daquilo que nós escrevemos ou deixamos de assinar.

Mas, seja como for, nós não assinamos e dissemos logo no primeiro dia, nós não assinamos, se tivesse lá um partido e foi exatamente aquilo que nós fizemos, porque feria de morte, obviamente, os princípios básicos da democracia, como nós a conhecíamos.

Mas, e falando aqui, de algumas verdades que foi dito pelo Sr. Deputado da Iniciativa Liberal e disse-o muito bem, o Sr. Secretário, falou, entre compromisso e estabilidade, compromisso, poderei falar, obviamente, até agora, também da minha parte, nunca me falhou à palavra, de estabilidade é que, se calhar temos aqui algumas dúvidas se existe ou não existe estabilidade e basta, obviamente para ver as manchetes e não dos bastidores, que nós falamos dos corredores, então aí estava mesmo muito mau, mas, uma coisa é o compromisso outra coisa é porventura a estabilidade, mas houve algo que é o elefante na sala que não falou, passou para a SATA, tentou passar o problema para o PS a tentar desmascarar o problema que o IL rasgou uma incidência parlamentar, mas não falou do Sr. Secretário da Saúde, que se demitiu com problemas graves em termos políticos internos, nós não sabemos se é do PSD ou se é do CDS ou de ambos, e, depois na mesma semana vemos, obviamente, uma Presidente de um hospital que se demitiu por divergências, também políticas, a ter, como disse, não são palavras minhas, a fazer “babysitting” à nova Secretária da Saúde e aqui temos

um problema extremamente grave, é um problema para o PAN, é um problema para o Deputado Pedro Neves, da pessoa que se demitiu com problemas, uma pessoa que um dos melhores Secretários que nós tivemos já o disse e há dois meses aqui neste Plenário, eu também o disse quando esse Secretário sair, este Governo está com graves problemas dentro da sua governança. E, aconteceu, exatamente aquilo que eu disse aqui.

Agora eu pergunto, houve essas divergências e foram umas divergências não a pensar no melhor dos açorianos, mas sim a pensar no melhor do PSD ou do CDS e com isso ter problemas divergentes com a nova nomeação de uma presidente que vai fazer “babysitting” à nova Secretária e para nós isso é bastante grave.

Temos politiquice dentro do Governo quando não deveria haver e para nós é extremamente grave, não é um Secretário qualquer, é um Secretário que tinha feito trabalho bastante importante e que detinha uma tutela com uma das maiores despesas deste Governo, e, para nós isto é bastante grave e, não conseguimos ver de forma leviana como é que o PSD ainda não falou sobre esse assunto desde a demissão do Sr. Secretário, PSD, o Grupo parlamentar do PSD, foi o único partido que não falou sobre a saída desse Secretário e como é que o Governo tenta meter para o lado, como o Sr. Presidente do Governo na RTP tenta sequer não falar sobre esse assunto e acha à partida que não tem importância, só pensa no futuro e só pensa nas soluções. Não, há um

problema grave! Se nós não olharmos para o passado, não conseguimos nunca resolver o nosso futuro. Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

É falso que exista instabilidade, ...

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... do ponto de vista daquela que é a tarefa governativa e na relação que tem aqui com o Parlamento.

Não há nada melhor do que falar dos números e os números são 98% de aprovação dos diplomas que aqui o Governo traz.

O que é que o Governo precisa de mais, 100%? Eu sei, faltam 2% para se ter a aprovação total dos diplomas aqui apresentados.

Mesmo ontem, tivemos duas propostas da mesma natureza, uma do Partido Socialista, outra do Governo e foi a do Governo que foi aprovada, volto a referir, 98% dos diplomas que o Governo aqui trás, são aprovados.

Portanto, o que há aqui é um número político do Sr. Deputado Nuno Barata, que sentiu cheirou-lhe a fragilidade do Governo nestas circunstâncias e como lhe é típico ao longo de toda a sua carreira política, fez, achou que este era o momento de trazer os problemas que tinha no CDS, porque ele, desfilou-se, a um mês das eleições, do CDS

para entrar na Iniciativa Liberal e, portanto, tinha sido derrotado internamente...

Deputado Nuno Barata (IL): Nunca fui derrotado!

O Orador: ... no âmbito do CDS-PP e depois ocupou aquela que era a imagem, a pujança da Iniciativa Liberal que estava a crescer em todo o país e foi eleito, mas trouxe, obviamente com ele uma agenda política e trouxe com ele toda a instabilidade que o caracteriza, é o único deputado que aqui se senta, que já se tornou um Deputado independente na legislatura de 96/2000, criando instabilidade, saindo, tornando-se um Deputado Independente e depois, meses depois...

Deputado Nuno Barata (IL): Aí é que está “em nome da estabilidade”!

O Orador: ... voltou a integrar-se outra vez na bancada que tinha abandonado, que era a bancada do CDS-PP. Não é a primeira vez que o Sr. Deputado Nuno Barata é sinónimo de instabilidade, é sinónimo de fúrias permanentes, de instabilidade do ponto de vista político e é um perigo sempre para as instituições no qual, ou para os acordos que assina.

Porque verdadeiramente está aqui numa hipocrisia absoluta, porque ele sabe que há menos empresas públicas, há ou não há menos empresas públicas? Há menos empresas pública. Foram ou não foram diminuídos os impostos? Foram diminuídos os impostos. Temos ou

não temos um combate à pobreza eficaz? Bom, o Rendimento Social de Inserção, baixou 30%. Nem o CHEGA...

Deputado José Pacheco (CH): Vá devagarinho com a mula. Olhe que a mula dá coices!

O Orador: ... teria sonhado com estes resultados de baixar 30% do Rendimento Social de Inserção, diz que é devagarinho em 2 anos, 30%.

Os programas ocupacionais que diminuíram de forma gradual e até significativa nos últimos meses e que temos bons resultados a apresentar também aí, ou o maior número de empregados de sempre na Região Autónoma dos Açores.

O que eu acho, é que, verdadeiramente não há nenhuma razão objetiva, ou o crescimento económico da economia dos Açores ao longo destes meses todos, a economia dos Açores, mesmo num contexto de crise, tendo este Governo tomado posse em plena epidemia da COVID, depois com esta guerra, que é a maior guerra desde a Segunda Guerra Mundial, que tem efeitos absolutamente devastadores na economia mundial, a economia dos Açores cresce, cresce o número de empregados.

Há algum motivo real para que o Sr. Deputado Nuno Barata, tenha feito o número que fez ali? Nada, está na sua natureza. Faz-me lembrar, não sei se conhecem aquela história do escorpião e do sapo, em que, quando começa a travessia do rio, o escorpião pergunta ao

sapo, sapo podes-me dar boleia para eu ir para a outra margem? E o sapo diz-lhe bom, mas tenho medo de que me piques tenho medo que me piques e o escorpião, diz-lhe, mas veja bem, é que se eu o picar e se nos afundarmos, afundamos os dois, eu não sei nadar e afundamos os dois neste rio, bom, o sapo fica confiante começa a travessia no rio, a meio do rio, “pau”, o escorpião pica o sapo e o sapo ainda tem tempo de lhe dizer, antes de se afogarem os dois, bem então mas assim o que tinhas dito no início como é que é? Afinal tu escolheste também morrer nestas circunstâncias? Ele diz, bom, mas eu, esta é a minha natureza. Esta é a natureza do Sr. Deputado Nuno Barata, esteve esse tempo todo à espera da primeira oportunidade...

Deputada Vera Pires (BE): E a moral da história é que o sapo vai-se afundar?

O Orador: ... achou que este era o momento oportuno e finalmente deu a sua picada, a picada que nos remete para os tempos antigos para o final de século...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... é que o Sr. Deputado Nuno Barata também já tinha feito a mesma coisa, portanto, o Sr. Deputado Nuno Barata é sempre uma fonte de instabilidade, é sempre uma fonte de instabilidade no sistema político açoriano.

Bem, o que eu considero que é fundamental é dizer aqui, em todas as circunstâncias, o PPM foi um agente de estabilidade para o Governo

dos Açores, vamos continuar a ser um agente de estabilidade para o Governo dos Açores, cumprimos todos os nossos compromissos, eu o que tenho a dizer do Sr. Presidente do Governo Regional é que o Sr. Presidente do Governo Regional liderou com competência o Governo, fomos-lhes sempre leais, confio em absoluto no Sr. Presidente do Governo, vamos ficar ao lado do Sr. Presidente do Governo, sempre em todas as circunstâncias, e, o que vamos fazer, o PPM é aquilo que sempre foi ao

longo da sua história, por nós, nós da nossa parte não abandonamos o barco à primeira circunstância, ao primeiro tiro, não somos fontes de instabilidade, estamos aqui para defender os açorianos, não entramos em jogadas políticas de tentar aproveitar para ir para as eleições, tentar crescer do ponto de vista político...

Presidente: Sr. Deputado!! Tem de terminar!

O Orador: ... tentar tirar alguma vantagem, termino já, Sr. Presidente, tentar tirar alguma vantagem de factos políticos, não, nós estamos aqui nas presentes circunstâncias, são circunstâncias terríveis para o povo dos Açores, o povo dos Açores não está interessado nas jogadas e nas vinganças do Sr. Deputado Nuno Barata, o povo dos Açores, o que quer é a garantia de um emprego, que a economia continua a crescer, que não se junta a circunstâncias do ponto de vista económico e social tão graves que não se junta a instabilidade política.

Portanto, da nossa parte, o PPM está aqui sólido como uma rocha, como sempre, e, a seguir aquela que é a política do Governo, que tem sido uma política de êxito e, portanto, tem sido uma política com resultados, nós estamos aqui ao lado do Presidente do Governo, ao lado do CDS, ao lado do PSD, como sempre tivemos sólidos e a levar os Açores para a frente. Todos os outros assumam as suas responsabilidades, da nossa parte o que há aqui a dizer é que nós estamos aqui ao serviço dos Açores e vamos continuar, não abandonamos, não claudicamos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Nuno Barata, pede a palavra para?

(* **Deputado Nuno Barata (IL):** Para um protesto.

Presidente: Faça o favor de fundamentar.

(* **Deputado Nuno Barata (IL):** Protesto pelas palavras dirigidas pessoalmente do Sr. Deputado Paulo Estêvão à minha pessoa.

Presidente: Tem a palavra.

(* **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, proferiu palavras diretas à minha pessoa, insinuou ou disse diretamente que eu era um escorpião, na fábula do

sapo e do escorpião, quando aqui, se alguém é alguma coisa nesta fábula, eu sou precisamente o sapo...

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: ... e não o escorpião, insinuou que criei instabilidade nesta Casa numa outra legislatura em que passei a Deputado Independente para criar instabilidade, quando toda a gente que segue a vida política dos Açores, sabe que passei precisamente ali para trás para não haver instabilidade política nos Açores, e, há aqui muitas testemunhas nesta sala deste assunto e partiu para um protesto “ad homine” quando, na verdade não tem argumentos políticos para contrariar aquilo que eu disse ali.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Eu poderia devolver ao Sr. Deputado Paulo Estêvão todas aquelas acusações que ele me fez com casos e casinhos deste Governo com instabilidade criada neste Governo desde o Corvo a Santa Maria, mas não vou fazer porque não foi essa a intenção da minha ida àquela tribuna, foi simplesmente denunciar um acordo que foi incumprido pela outra parte, Sr. Secretário Regional das Finanças, desafiou-me daquela tribuna a que dissesse se alguma vez tinha falhado comigo, o Sr. não falhou, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O protesto não é sobre isso.

O Orador: ... falhou o Governo dos Açores, que é uma coisa bem diferente.

Esse tipo de conversa...

Presidente: Sr. Deputado Nuno Barata!

O Orador: ... como se estivéssemos a sair de uma discoteca às quatro da manhã, comigo não!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, quer fazer um contraprotesto? Faça favor.

Deputado José Pacheco (CH): E os açorianos a ver isto, que é ainda melhor!

(*) **Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs., Membros do Governo.

Oiça, Sr. Deputado, há uma coisa que eu lhe vou dizer, eu não tenho nenhum problema que alguma uma vez possam escrutinar a minha vida, sou um homem íntegro, sou um homem honesto, não têm nada, mas mesmo nada que me possam julgar em relação a um comportamento menos correto e por isto, isto permite-me estar com esta liberdade, a liberdade com que sempre estive na política.

Nunca, mas nunca me beneficiei a mim ou alguém da minha família em coisa absolutamente nenhuma, nem na vida pública nunca, nunca! E, portanto, em relação à integridade pessoal, Sr. Deputado, eu estou aqui, dou o peito às balas, portanto, eu da minha parte, faço as coisas com absoluta honestidade e integridade, é assim que eu aqui estou.

O que lhe quero dizer, é que, sim Sr. V. Exa. é o escorpião, foi-o desde o início, com declarações bombásticas, quando se aproximavam o Plano e o Orçamento.

Foi sempre uma fonte de instabilidade permanente, o Sr. Deputado foi sempre uma fonte de instabilidade e no passado também o foi, abandonou o partido onde estava integrado para criar instabilidade, evidentemente criou instabilidade e fundamentalmente foi absolutamente desleal com o partido que então integrava e por isso, é que, o número que aqui fez é um número que todos esperavam, todos, era uma questão de tempo, quando é que V. Exa. não resistiria a um momento em que o Governo que apoia, mostrasse ou estivesse, do ponto de vista da opinião pública, sobre ataque, injusto, diga-se de passagem, baseado em mentiras, para que aproveitar esta oportunidade para tentar alcançar o palco e a visibilidade política.

Digo-lhe, Sr. Deputado, não é assim que vai alcançar, e, fundamentalmente, não vai alcançar nenhum êxito com isso, com esse tipo de postura, V. Exa., os açorianos o que ficam a saber é que V. Exa. é uma fonte permanente de instabilidade em relação ao Governo Regional, a este ou qualquer outro, V. Exa. também, quem está na Iniciativa Liberal fica a saber que o seu objetivo político...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: ... não são os princípios da Iniciativa Liberal, são, continuar as guerras no interior de outro partido no qual saiu derrotado, que foi o CDS-PP.

Deputados Rui Martins e Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Sr. Deputado Nuno Barata, através de uma declaração política e do ponto de vista institucional, com o peso do tempo e do lugar, da Assembleia Legislativa da Região, dá por findo o acordo político que da sua parte sustentava este Governo.

Dito de outra forma, os acontecimentos mais recentes, que envolvem o Governo Regional, já o tinham tornado politicamente morto, e, hoje aquilo, que o Sr. Deputado Nuno Barata fez, foi passar a certidão de óbito política a este Governo.

Fê-lo de forma clara, referindo aquilo que está à vista de todos, é que, este Governo, foi, é e a ajuizar por aquilo que nós conhecemos de algumas das soluções organizativas que o Governo optou por seguir, nomeadamente no último Conselho do Governo, com a criação de estruturas de missão para vigiar a nova Secretária da Saúde.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é falso!!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*): Isso é falso!

O Orador: Aquilo que o Sr. Deputado Nuno Barata fez, de forma clara, foi referir aquilo que está à vista de todos, este Governo Regional foi, é e pelos vistos, tendo em conta algumas das soluções organizativas que adotou no seu último Conselho do Governo, nomeadamente com a criação de uma estrutura de missão para vigiar a Secretária da Saúde, continuará a ser, a fonte de instabilidade política que se tem vivido na nossa Região, isso tem a ver com o Governo Regional, não tem a ver com mais ninguém a não ser com o Governo Regional.

O Governo Regional, a ajuizar pela entrevista de ontem, do Sr. Presidente do Governo, ao telejornal e hoje pelas intervenções que a este propósito surgiram, está num profundo estado de negação, não percebe, que politicamente não pode dizer, que um Secretário Regional que sai, dizendo que sai por exclusivas razões políticas de divergências e de ingerências no seu trabalho, não é igual a uma situação, em que um Secretário sai por resolver fazer outra coisa ou porque teve qualquer questão do foro pessoal para sair.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Tipo a da Dra. Piedade Lalanda?

O Orador: O Governo Regional não percebe isso, não percebe, que do ponto de vista político, essa situação fere-o, de forma inequívoca e

de forma fatal e a consequência disso, também, foi hoje a certidão do óbito político que o Sr. Deputado Nuno Barata acaba de passar ao Governo.

Deputado Paulo Estêvão: Mas porquê?!

O Orador: E, já agora, Sr. Deputado Paulo Estêvão, poupar-nos-á a todos e aos açorianos que nos seguem, do triste espetáculo de o ver defender aquilo que o Sr. acabou de fazer.

O Sr. Deputado Nuno Barata e a Iniciativa Liberal até hoje era bestial, a partir de hoje passa a besta.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nada disso!

O Orador: Sabe, isso mina a sua credibilidade...

Deputado Nuno Barata (IL): Mais do que a minha!

O Orador: ... isso mina a sua credibilidade e pior, isso diz muito mais de si, do que alguma vez poderá dizer do Sr. Deputado Nuno Barata ou da Iniciativa Liberal.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: O Governo está num profundo estado de negação, não encara esta realidade, a instabilidade política que se tem vivido na nossa Região deve-se ao Governo Regional e deve-se ao estilo de liderança que o Sr. Presidente do Governo Regional entendeu imprimir.

Deputado Paulo Estêvão: Isso não é verdade! É falso!!

O Orador: Essa é a causa e a fonte da instabilidade política que se tem vivido.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Isso não é verdade!

O Orador: O Governo diz, e, acabou de o dizer, que, e, já ontem o Sr. Presidente do Governo tinha dito, que está focado é na solução para os problemas.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Exatamente!

O Orador: Mas não percebe algo que é óbvio, o Governo, este Governo...

Deputado Paulo Estêvão: Resolver os problemas que o V. Exa. deixou aos Açores.

Salvar a SATA!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Quem é que arranjou esse problema? Foi o Senhor! O Senhor foi o coveiro da SATA!

O Orador: Sr. Presidente, eu gostava de terminar a minha intervenção, se isso for possível.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!! Sras. e Srs. Deputados vamos permitir ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro que conclua a sua intervenção. Faz favor, Sr. Deputado.

O Orador: Nesse estado de negação em que está, nessa fuga para a frente, estando aliás, politicamente à beira do precipício, mas encetando uma desesperada fuga para a frente, o Governo diz que está

focado é em arranjar soluções para os problemas, não percebe que o Governo não é solução para problema nenhum, o Governo é o problema...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*): Quem é que arranjou o problema do Luis Rodrigues.

O Orador: ... nesta situação de instabilidade que se vive.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!
(*Aplausos dos Deputados da bancada do PS*)

O Orador: Nós, vivemos uma situação muito exigente do ponto de vista económico e do ponto de vista social, na nossa Região.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Essa instabilidade só prejudica, ...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*): Para salvar o Medina, lixaram a SATA! O seu Governo da República é que criou este problema!

O Orador: ... porque, não é possível nesta situação, decidir bem e decidir o melhor, quem está a pagar pela instabilidade causada pelo Governo Regional são as famílias e as empresas açorianas e os Srs. também não estão a perceber isso.

Concluo com o seguinte: salvo melhor informação, este Governo detém ainda a vantagem da aritmética neste Parlamento, detém ainda a vantagem da aritmética neste Parlamento, já não detém a vantagem

da política, e, eu recomendo vivamente ao Governo Regional que pondere e reflita se essa fragilidade é a melhor forma de servir os Açores e os açorianos.

Muito obrigado

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Duarte Freitas)*: O Senhor foi o coveiro da SATA!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados. Sras. e Srs. Membros do Governo. Sr. Deputado Nuno Barata, trouxe-nos por parte da Iniciativa Liberal, uma declaração política que eu gostaria de assinalar no seguinte sentido, faz parte daquele que tem sido o nosso trabalho nesta legislatura, em termos parlamentares, a divergência, o dissenso, a discussão, a falta de entendimento em algumas matérias que discutimos mensalmente neste Plenário e semanalmente e diariamente nas comissões e o trabalho que este Parlamento e que esta legislatura tem feito.

E eu devo dizer-lhe, Sr. Deputado Nuno Barata, que da sua intervenção eu não posso concluir, de maneira nenhuma, de acordo com V. Exa.,

que o acordo firmado pelo PSD com a Iniciativa Liberal, não é um acordo para cumprir e que não esteja a ser cumprido.

O Sr. vai-me desculpar, mas o Sr. não pode tirar essa conclusão, nem o Sr. pode tirar essa ilação, pode fazê-lo politicamente porque está no seu direito e acha que o deve fazer nesta altura, mas não pode num acordo para a legislatura dizer que não estamos a cumprir com a nossa parte, porque, da parte do Partido Social Democrata e da parte do Governo Regional dos Açores, naquilo que diz respeito à Iniciativa Liberal, aos grandes objetivos que estão subjacentes ao trabalho parlamentar e a esta XIII legislatura, o seu contributo naturalmente, do CHEGA e dos outros Deputados que firmaram acordos com esta coligação, do CHEGA e da Iniciativa Liberal que firmaram acordos parlamentares nesta legislatura, nós estamos neste Parlamento, diariamente, em conversações em discussões em convergência e em divergência, isso faz parte do trabalho democrático, isso faz parte daquele que tem sido o sal desta legislatura e nessa medida, Sr. Deputado, não concordo, em grande parte com algumas das afirmações que fez, e vou só falar de uma, na Agricultura, o Sr. não pode dizer que este Governo, nesta área, não está a fazer um trabalho notável, está, estamos a mudar o paradigma, que o digam os agricultores, que o diga a sociedade açoriana em relação àquele que tem sido o trabalho feito por este Governo nessa matéria.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E, Sr. Deputado, estamos a mudar o paradigma, estamos a mudar todos e contamos consigo, não obstante as discussões, as divergências, os melhores momentos e os piores momentos em termos de entendimento, contamos com a maioria parlamentar para continuar a mudança de paradigma, que regularizou carreiras, que pôs pessoas finalmente sem o estigma da precariedade laboral todos os anos, cada vez que concorriam para dar aulas numa escola, são mais de mil já as novas vagas que abrimos, estamos a estabilizar, estamos a mudar o paradigma, estamos a deixar as pessoas a não ter necessidade de ir de mão estendida, falar, nem com Deputados da maioria nem com Membros do Governo para pedir aquilo que é deles por direito dos açorianos. E esse paradigma nós estamos a mudar, Sr. Deputado Nuno Barata. *(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)*

O Orador: Não posso, portanto, aceitar essa sua visão daquilo que tem sido o nosso trabalho nesta XIII legislatura, em permanente diálogo e eu sou uma testemunha privilegiada disso, em permanente diálogo em permanente concertação, claro que cedemos quando temos que ceder e onde podemos ceder, agora também afirmamos os nossos princípios e não abdicaremos deles.

Em momento algum, o Partido Social Democrata, nesta Casa, abdicou de alguns dos seus princípios fundamentais para prosseguir a governação desta legislatura, nunca o faremos, sempre foi afirmado pelo Sr. Presidente, nunca o fizemos e nunca o iremos fazer, há princípios que vão para além da discussão política e esses nós não cedemos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: E, há, naturalmente, discussões que podemos ter neste Parlamento e que temos que chegar a entendimentos para pesar cada uma das opiniões que aqui estão vertidas e para equilibrar...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... aquilo que é verdadeiramente o sentido democrático do diálogo e da conversação.

Não é dizermos que ouvimos as pessoas e depois fazemos como queremos como ainda ontem ouvimos aqui sobre o Partido Socialista, não é ouvir, para constar, é ouvir para ponderar, para conhecer e para decidir em favor dos açorianos.

Eu queria terminar, porque tenho mesmo de terminar, para dizer ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro, ó Sr. Deputado, o Sr. parecia que estava a falar do Governo da República, é verdade, é que tudo aquilo que o Sr. disse sobre este Governo é aquilo que todos os dias nós ouvimos dizer sobre o Governo do seu partido na República.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Não há diferença nenhuma. O que o Sr. fez, e, termino Sr. Presidente, o que o Sr. fez foi ser a caixa de ressonância dos comentários maldizentes que se ouvem pelas redes sociais e isso para um Presidente do partido que quer ser Governo dos Açores, eu devo-lhe dizer, Sr. Deputado, o Sr. precisava de fazer mais alguma coisa. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, atingimos a nossa hora regimental, mas como penso que é unânime, queremos concluir esta declaração política, porque há mais duas inscrições. Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. O Sr. Deputado Nuno Barata, da Iniciativa Liberal, na sua declaração política, que terminou, rasgando o acordo de incidência parlamentar que tinha com o PSD, retratou efetivamente muitas das trapalhadas, das asneiras, e, os termos muitas vezes são esses, que o Governo Regional tem feito ao longo deste mandato.

No entanto, também é justo dizer que a Iniciativa Liberal aprovou três Orçamentos que dão corpo e sustentação política a estas mesmas

trapalhadas, por isso a responsabilidade não é repartida igualmente, mas a responsabilidade tem vários donos e, nesse caso, a Iniciativa Liberal tem alguma responsabilidade em todo este processo.

E, apesar do Sr. Secretário Regional, Duarte Freitas, tentar com bastante habilidade, desviar atenções e procurar demonstrar estabilidade na maioria e no Governo, a verdade é que a realidade, a realidade que as pessoas sentem lá fora e a realidade que sentimos aqui é que esta maioria está esfrangalhada. Ela se alguma vez existiu de facto, cada vez menos tem qualquer sustentação parlamentar.

Assistimos em direto ao rasgar de um acordo de incidência parlamentar e há outro que já foi rasgado três ou quatro vezes, no caso do CHEGA.

Deputado Paulo Estêvão: Não alterou a votação.

O Orador: Deve estar mesmo em bocadinhos, muito pequeninos, porque de tantas vezes que já foi rasgado e voltou a existir, já perdi a conta.

A maioria, na verdade, só existe na retórica da coligação, porque o que assistimos todos os dias neste Parlamento e em inúmeras votações ao longo dos anos é que efetivamente não existe uma maioria que suporta o Governo, e, ela está esfrangalhada e, infelizmente e digo com muita preocupação, está a esfrangalhar a Região.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Não me diga que está preocupado!

O Orador: E isso é efetivamente aquilo que nos preocupa e não, evidentemente a coligação ou o Governo.

Dizia, o Sr. Secretário que estavam a salvar a SATA com 200 milhões de euros de prejuízo em 3 anos, com um caderno de encargos que prevê que a SATA Internacional possa deixar de existir daqui a 3 anos, que não garante absolutamente nada sequer ao nível do serviço, nem a nível de postos de trabalho, porque daqui a dois anos e meio tudo pode desaparecer, e, isso é o que o Governo chama de salvar a SATA.

Quando o próprio Governo e o funcionamento e o regular funcionamento do Governo é colocado em causa por um Secretário Regional que ainda é Secretário Regional, pelo menos era até há poucas horas, quando diz que há ingerências que põem em causa e impedem o exercício das suas funções, quando há um Membro do Governo que diz que não pode executar as suas funções, está ou não colocado em causa o funcionamento do Governo!?

Quando o próprio Governo cria uma estrutura de missão, fora da tutela da Saúde, que tem como responsabilidades aquelas que são as mais importantes responsabilidades da própria Saúde e tem o descaramento, digo eu, de crer que é uma nova Secretária da Saúde, venha tomar posse a este Parlamento quando as suas competências já lhe foram retiradas.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Isso não é verdade! É pura demagogia!

O Orador: Como é que este Governo acha que está a funcionar regularmente perante estas condições?

Sr. Secretário, eu julgo que, os açorianos julgarão a forma como este Governo está a governar e julgarão todos estes últimos acontecimentos, mas eu julgo que já que não está aqui o Sr. Presidente do Governo e já que ele não faz, porque está efetivamente a lutar pela sua sobrevivência política, mais do que a lutar pelos açorianos, eu julgo que o Governo e o Sr. Secretário, enquanto Secretário dos Assuntos Parlamentares, deveria efetivamente pensar em perguntar a este Parlamento, se o Governo do qual o Sr. faz parte tem condições para continuar a governar.

Deputado Paulo Estêvão: Porque é que não pergunta? O senhor e o PS pode perguntar!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. Está aberta a campanha eleitoral...

Deputado Nuno Barata (IL): Oh santo Deus!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: ... é o que podemos retirar desta declaração política do Sr. Deputado Nuno Barata.

O Sr. Deputado Nuno Barata, começa a sua intervenção e a sua declaração política dizendo que achava que assinando um acordo com o Partido Social Democrata, não precisava de acautelar a coligação de direita, para o Sr. Deputado Nuno Barata, o PSD, de certo modo, tinha agora refém, dentro desta coligação o CDS e o PPM, como se o CDS e o PPM não fossem partidos com história, com propositura, que têm um enorme contributo para aquilo que tem sido os destinos políticos dos Açores, contribuíram com os anteriores Governos, não é uma história que começou com esta governação é uma história que tem muitos anos felizmente e da qual o Sr. fez parte e o Sr., aliás, devo-lhe dizer que na verdade, quem é conhecido por causar instabilidade é exatamente o Sr. Deputado Nuno Barata, causou instabilidade por todo o sítio onde passou, fosse no Parlamento, fosse nos partidos, ao Governo, é esse o seu histórico? No fundo, estes novos Liberais, que são velhos políticos, que toda a gente sabe que estes novos Liberais nos Açores são efetivamente velhos políticos conhecidos, talvez um dos mais velhos políticos que está sentado hoje neste Parlamento.

E devo-lhe dizer, Sr. Deputado Nuno Barata, que na verdade o Sr. Deputado Nuno Barata quando diz que achava que não precisava de acautelar aqui a coligação de direita, basicamente subscreve aquilo que é a posição do Sr. Deputado Nuno Barata, juntamente com alguns articulistas em São Miguel, ...

Deputado Carlos Silva (PS): O CDS não gosta de São Miguel!

O Orador: ... em que os sucessos da governação são do PSD e da Iniciativa Liberal claro, porque se há uma privatização da SATA, se há uma baixa de impostos, isso é tudo Iniciativa Liberal, se há algum percalço é o CDS e o PPM, é isto.

E, eu o desafio é apontar e depois vem dizer que é um Governo assistencialista, eu desafio, creches gratuitas para todos, isto é uma medida assistencialista? O programa novos idosos é uma medida assistencialista? Bolsas de estudo para ingresso no ensino superior, isto são medidas assistencialistas? E depois vem falar de instabilidade, instabilidade, olhe devo-lhe dizer, Sr. Deputado, o IVVA, o IVVA foi um diploma que foi esventrado aqui pela Iniciativa Liberal, quando começaram a chover críticas, afinal, já não foi Iniciativa Liberal, foi o Governo, foi o Sr. Secretário, isto foi o Secretário da Agricultura, é que estragou o diploma, quando foi esventrado pelo Partido Socialista e pelo Sr. Deputado da Iniciativa Liberal.

E, depois devo dizer também, ao Sr. Deputado Carlos Furtado, que é, gostava que apontasse qual é que era a página, o parágrafo, a linha, que foi incumprida por algum destes três partidos desta coligação, gostava que nos apontasse, que é de um acordo que o Sr. assinou em nome de um partido e não em nome individual...

(Neste momento o Deputado Carlos Furtado levantou-se)

Presidente: Sr. Deputado Carlos Furtado, faça o favor de se sentar!

O Orador: ... um partido do qual não representa neste momento.

E, depois devo dizer mais, Sr. Deputado Nuno Barata, vem falar de questões, eu falei no IVVA, mas digo-lhe mais, a extinção da Azorina, foi por pressão do CDS que a Azorina foi extinta? O Sr. deve saber mais do que eu sei, não me lembro de alguma vez o CDS ter vindo aqui exigir a extinção imediata da Azorina.

Tudo o que é benéfico foi porque o Sr. introduziu, é benemérito, introduziu essa bondade naquilo que eram o pensamento ideológico do PSD, tudo aquilo que acontece de mal é por causa do CDS e do PSD. Aliás, é o Sr. e muita gente em São Miguel, muitos articulistas que gostam muito, são de um PSD, aliás, que parece-lhe que passou 24 anos na oposição e que pretende passar mais os mesmos anos na governação. E devo-lhe dizer, Sr. Deputado, a estabilidade, a estabilidade governativa é uma responsabilidade de todos, não é uma responsabilidade só dos partidos da coligação, a estabilidade governativa é uma responsabilidade de todos, porque quem causa instabilidade é quem dia sim dia não, vem para aqui fazer ameaças veladas, quem anda Orçamento sim, Orçamento não, a fazer chantagem, a fazer chantagem exatamente com medidas, isso é que é provocar instabilidade, isso é que é provocar instabilidade, e, também devo dizer, Sr. Deputado Pedro Neves, a questão de olhar para o passado é importante olhar para o passado para podermos projetar o futuro. Houve muitos erros no passado, que é importante ver porque a situação atual não nasceu do nada, é de todo um conjunto de

circunstâncias do passado e é importante olhar para elas e por isso é que às vezes a discussão se faz e quando se foca no passado, tem muito a ver com aquilo que é, o que não se pode fazer projetando o futuro.

E depois, digo-lhe mais, Sr. Deputado Nuno Barata, a democracia é mesmo isto, porque afinal, parece que bem, bem, era a maioria absoluta, o pensamento único do Partido Socialista é que era bom, porque a democracia, até parece que o Sr. Deputado que tem um mandato é que tem a legitimidade para ser Presidente do Governo, quer impor os destinos da governação a uma coligação, a todo um Parlamento.

Mas digo-lhe, Sr. Deputado, o Sr. Deputado tem ali no Bloco de Esquerda, tem ali no Partido Socialista, parceiros, instigue o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista a apresentar uma moção de censura, porque já sabemos que o Sr. Deputado a irá subscrever e depois, ou pelo menos desafio então se aí não irá subscrever essa moção de censura.

E devo dizer ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro, a estrutura de missão sabe para que serve? Serve exatamente para evitar episódios como os 3 milhões de euros em máscaras defeituosas, e, que até hoje sabe onde é que pára esse dinheiro e o que é que aconteceu.

E sabe para que é que serve mais? Serve também para que não volte a acontecer aquilo que o Sr. ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... e a “Saudaçor” fizeram, que foi deixar na ruína a Saúde nos Açores...

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e, isto também é o seu legado. E é para isso que servem essas estruturas de missão, Deputado António Lima, e também remodelações, devo-lhe dizer que sempre foram feitas, o Sr. também as fez, e, também é sabido, que ao contrário deste Governo, as suas eram talvez com mais arrogância e aos berros, coisa que não se sabe, não é ouvido da parte deste Governo.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: E termino já, Sr. Presidente. Para terminar, devo dizer, também endereçar aqui uma palavra, à liderança incontestável do Sr. Presidente, José Manuel Boleiro, ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Onde está?

Deputado Berto Messias: Aliás, como tem estado esta semana.

O Orador: ... que é um exemplo daquilo que é a liderança, a partilha democrática, onde há responsabilidade e respeito para com os parceiros da coligação, isso é um facto e que tenho que aqui ressaltar. E, devo dizer, termino, Sr. Presidente, dizendo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, desafio-o, então, já que este Governo é um Governo morto e que a aritmética parlamentar basicamente diz que este Governo é um Governo morto.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O que eu disse foi exatamente o contrário: a aritmética parlamentar permite ainda manter-se!

O Orador: Desafio-o a apresentar, desafio-o a apresentar uma moção de censura ao Governo e que depois cá estaremos para a discutir e votar.

E, agora é que termino, Sr. Presidente, dizendo que o CDS é, sempre foi e será um agente de estabilidade neste Parlamento, julgo que temos um histórico de propositura, de lealdade neste Parlamento que é incontestável e devo dizer, para terminar, que nós não abandonamos os Açores nem os açorianos por conta de manobras eleitoralistas. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. O Sr. Deputado Nuno Barata não tem tempo para encerrar a declaração política. Estão assim encerrados os nossos trabalhos. Às 15h00 iniciamos com a tomada de posse da nova Secretária Regional da Saúde e Desporto.

Eram 13 horas e 18 minutos.

Os trabalhos recomeçaram às 15h05

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo.

Vamos dar início à cerimónia de tomada de posse da Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto e de seguida depois faremos um intervalo de 15 minutos.

Secretário: Em nome de Sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, declaro aberta esta sessão solene.

Auto de posse: Aos oito dias do mês de março do ano de 2023, compareceu, perante a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a individualidade abaixo indicada, a fim de tomar posse do cargo para que foi nomeada, por Decreto do Representante da República, para a Região Autónoma dos Açores, n.º 2/23 de 8 de março, Dra. Mónica Reis Simões Seidi, Secretária Regional da Saúde e Desporto, e, tendo prestado a declaração de compromisso de honra e assinado o presente auto, por Sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, lhe foi conferida a posse do referido cargo.

Em firmeza do que se lavrou o presente auto, que depois de lido em voz alta, vai ser assinado por Sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e, que eu, Marco José Freitas da Costa, Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, fiz escrever e subscrevo.

Passo então a chamar, Dra. Mónica Reis Simões Seidi, Secretária Regional da Saúde e Desporto.

Eu, Mónica Reis Simões Seidi, abaixo-assinado, afirmo solenemente, por minha honra, que cumprirei com lealdade as funções que me são confinadas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Secretário: Em nome de Sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, declaro assim encerrada esta sessão solene.

Presidente: Fazemos então agora um intervalo de 15 minutos, para substituírmos aqui a Mesa pela nossa tribuna habitual.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Eram 15 horas e 27 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, ontem quando encerramos os nossos trabalhos estávamos no ponto 3. da ordem de trabalhos - **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 74/XII – “Cria o SIFROTA – Sistema de Incentivo à Renovação das Frotas dos Operadores de Tráfego Local da Região Autónoma dos Açores”**. Pergunto se há inscrições. Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(*) Deputado Carlos Furtado (Ind.): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Felicitar a nova Secretária da Saúde e Desporto, bem-vinda a esta Casa, desejo sincero de bom trabalho, que bem precisará, que a Saúde bem precisa e os açorianos bem precisam.

Centrando agora minha intervenção no assunto em debate, queria dizer o seguinte, em primeiro lugar o acordo de incidência parlamentar que eu assinei com os três partidos que compõem a coligação, diz na sua página 3 no segundo parágrafo que, no âmbito dos transportes, o Governo deve estudar no prazo de um ano e implementar um novo modelo de transportes de passageiros e carga inter-ilhas marítimo e aéreo, tendencialmente mais abrangente e que assegure... o resto da redação, não é relevante.

Ora, bem, o que se está a passar aqui neste momento é que o Governo não cumpre este acordo de incidência parlamentar e no incumprimento desse acordo de incidência parlamentar vai fazendo, ou vai combinando, com os parceiros que apoiam o Governo, ou com os partidos que apoiam o Governo, aprovar uma iniciativa que é uma iniciativa avulsa relativamente ao transporte de mercadorias na Região.

Como perceberão, eu não posso votar favoravelmente uma iniciativa dessas, porque antes dos partidos que suportam o Governo aprovarem

essa iniciativa, teria que forçosamente trazer à luz do dia o tal estudo que ainda não apareceu.

Acresce ainda que, aprovar essa medida levará a que eventualmente o promotor ou os promotores que possam vir a beneficiar dela, podem ter e terão, com certeza, porque 500 mil euros não é uma verba relevante nesse tipo de atividade económica, terão com certeza fazer investimentos...

Deputado Joaquim Machado (PSD): A indemnização da TAP!

O Orador: ... grandes para ir ao encontro daquilo que pretende a iniciativa e que, se o modelo de transportes que vier a ficar definido no estudo for contrário a esse tipo de investimentos, poderemos ter amanhã ou depois os investidores ou os promotores a dizer quem é que me vai ajudar a pagar o encargo que eu assumi do modelo de transportes, que afinal eu fui induzido a fazer esses investimentos, portanto, isso é, no meu entender, uma má prática legislativa, uma má prática até governativa, porque acima de tudo temos que acautelar o superior interesse da Região e dos açorianos, eu não estou aqui para defender os interesses de grupos económicos, mas também não estou contra os grupos económicos, e, o que eu entendo é que neste momento a aprovação dessa medida pode constituir um estímulo a que se faça indevidamente investimentos nesta atividade económica concretamente, os transportes marítimos inter-ilhas.

Portanto, não me resta senão votar contra a iniciativa, porque eu

entendo que não é o momento para aprovar essa iniciativa, tendo em consideração que poderá ela ser até muito útil e até com dotações superiores, mas só depois de termos o estudo concluído e bem definido. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Relativamente a esta iniciativa da Iniciativa Liberal, deste Projeto de Decreto Legislativo Regional, que cria o SIFROTA, um sistema de incentivos à renovação das frotas dos operadores de tráfego local na Região Autónoma dos Açores, eu gostaria de neste Plenário, obviamente, deixar de novo a posição do Governo Regional, que já tive oportunidade de dizer qual é ela, na Comissão de Economia, mas julgo que neste Plenário é útil, é a minha obrigação, deixar aqui a nossa posição e, portanto, a nossa posição que eu reitero relativamente àquilo que foi dito em Comissão, é de que reconhecemos o enorme serviço público que tem vindo a ser prestado pelos operadores de tráfego local, reconhecemos a sua importância na arquitetura do transporte marítimo de mercadorias na Região Autónoma dos Açores, consideramos que têm um lugar de relevo na futura arquitetura do transporte marítimo de

mercadorias e passageiros, eventualmente, e, nesse sentido queria deixar algumas notas:

A primeira é de que a criação de um sistema de incentivos, da nossa parte, não merece qualquer reserva, na medida em que nós próprios, o Governo Regional, tinha intenção de criar um sistema de incentivos para apoio ao tráfico local depois de conhecidas as conclusões do estudo, que está em curso para o transporte de mercadorias e também do estudo que está em curso para o transporte de passageiros e carga rodada.

No entanto, queria salvaguardar a questão do preâmbulo deste diploma, uma coisa é o clausulado e em relação às cláusulas, nós obviamente não temos nada a opor, podendo haver aqui um ou outro aperfeiçoamento, mas em bom rigor revemo-nos nesse clausulado, já não nos podemos rever no preâmbulo, na medida em que o preâmbulo antecipa um modelo de transporte marítimo de mercadorias nos Açores, que não sabemos de antemão se está ou não de acordo com aquilo que vai ser a conclusão do estudo.

No entanto, o preâmbulo não é Lei, só o clausulado é que nos vincula, mas eu não queria deixar de fazer esta nota para que fique registado no Diário das Sessões, que efetivamente o preâmbulo não pode neste momento ser acompanhado por nós, na medida em que ainda não temos as conclusões do estudo.

Tendo as conclusões do estudo, naturalmente que faremos, por

consenso, as alterações que se considerarem adequadas e aí até pode vir a corresponder àquilo que lá está escrito, mas também digo o mesmo em relação à proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista, também não nos podemos rever numa situação em que já vincula este Parlamento a uma arquitetura, quando estamos a aguardar as conclusões do estudo que foi encomendado pelo Governo e que é público e esta Assembleia sabe que ele está em curso. O estudo será entregue no mês de abril e o estudo de passageiros e mercadoria rodada será entregue no mês de Maio, a partir daí, consensualizaremos, falaremos, conversaremos, encontraremos as melhores soluções, temos intenção de consensualizar isso com peritos e pessoas que, dentro da Região, têm larga experiência sobre esta matéria, e, portanto, haverá todo aqui um trabalho que tem que ser feito para que as mudanças não sejam disruptivas, mas que sejam consensuais e que sejam no sentido da melhoria do serviço a prestar no que diz respeito ao transporte de mercadorias e de passageiros e também carga rodada que hoje não existe.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, dito isto, quero em termos de conclusão, dizer que as empresas de tráfego local merecem o nosso respeito e esse respeito também passa por terem conhecimento no final dos trabalhos desse estudo e de se adequarem a esse estudo, e, a frota, naturalmente, tem que ser consentânea com essas alterações que possa vir a haver,

aliás, se nós virmos o relatório da Comissão, o responsável pela barcos do pico diz exatamente isso: *muito bem, tudo o que vier é bom em termos de incentivos, mas nós não podemos decidir*, estou a citar, *sobre o tipo o modelo de navio sem termos conclusão do estudo*, eles estão a par, nós temos falado com frequência ainda estão a ser contactados pela empresa que está a fazer o estudo de mercadorias e passageiros também e, portanto, tudo se vai no final do dia consensualizar e chegar a uma arquitetura que satisfaça todos, é pelo menos esse o nosso interesse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Caso contrário, não estávamos aqui a prosseguir com estes trabalhos todos, portanto, em conclusão a criação do SIFROTA naquilo que são o seu clausulado não nos cria qualquer dificuldades, se bem que, temos que notificar a Comissão, enquanto notificamos a Comissão, os trabalhos dos estudos terminarão e tudo se conjugará no seu final. E, portanto, é esta a nossa perspetiva e a nossa maneira de ver a evolução desta situação. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Tem a palavra, o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Apenas duas notas para esclarecer aqui duas situações que me parece importante esclarecer.

Em primeiro lugar, o Sr. Deputado Carlos Furtado, eu compreendo a sua preocupação, mas eu devo dizer que, por outro lado, eu entendo que o tráfego local nunca será posto fora da equação de qualquer estudo que venha a ocorrer sobre esta matéria, aliás, nem sequer poderia ser de outra forma.

Mas também, esta precisamente, esta possibilidade das empresas de tráfego local, que têm as suas embarcações completamente obsoletas poderem recorrer a ele para as modernizar, a não existir, não entraria nesta equação deste estudo, o que entraria na equação do estudo eram embarcações obsoletas e incapazes de cumprir a sua função, assim, até quem faz o estudo fica detentor de mais um instrumento para perceber o que é que pode acontecer na Região.

Relativamente à Sra. Secretária Regional, eu percebo, aliás, a Sra. não sabe nem sabem os Srs. Deputados, mas deu entrada uma alteração do preâmbulo ainda há pouco, que retira algumas notas mais políticas e que não há necessidade de pedir a Bruxelas informação sobre este documento, incluindo aquelas notas, ou seja, elas não têm que ir para Bruxelas, o documento tem que ir, mas não com aquelas notas no nosso modesto entendimento, mas também digo à Sra. Secretária, é uma nota preambular de um documento da Iniciativa Liberal, é normal que os partidos todos não concordem, eu também já aprovei nessa

Casa diplomas, que se calhar nem concordo com 90% dos artigos, é o meu contributo para a estabilidade política nos Açores, é o meu contributo para construir legislação melhor nos Açores, não temos que concordar com tudo e se calhar até com algumas notas preambulares de alguns Projetos de Resolução, sendo que no final, no pontos resolutivos, concordei a 100%, nas notas preambulares, se calhar não concordei nem com 1%. Nesse sentido, parece-me que é importante percebermos, ou perceber a Câmara, o que é que o documento traz de novo, o que é que foi retirado da nota preambular e o que é que vai ficar nessa mesma nota, não é nada de especial, mas retira algumas observações do ponto de vista político que me parece que vão melhorar essa mesma nota preambular. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Nesta primeira intervenção relativamente a este Projeto de Decreto Legislativo Regional da Iniciativa Liberal, que cria um sistema de incentivos - Renovação de frota de tráfego local, gostaria de começar por dizer que, em primeiro lugar que ela está prevista, embora com outra designação, de certo modo, no Plano de Investimentos da Região para 2023, e, faço esta nota prévia para salientar o seguinte, é ou deveria ser desta forma que aquilo que está no Plano é concretizado,

porque nós, por muitas vezes e demasiadas vezes, vemos o Governo a regulamentar por Resolução medidas que estão no Plano e que o Parlamento depois, estão no Plano com uma linha que às vezes não diz nada e depois aparecem como Resolução do Conselho de Governo e o Parlamento não é tido nem achado, como se uma linha no Plano fosse suficiente para criar uma qualquer nova medida com os seus regulamentos, os seus critérios.

Isto, do ponto de vista da forma, não gostaria de deixar de passar este aspeto, relativamente até a medidas que este ano foram regulamentadas pelo Governo, como o apoio ao crédito à habitação, que foi feito por Resolução do Conselho de Governo e não por Decreto Legislativo Regional ou sequer Decreto Regulamentar. E, que é uma forma naturalmente de fugir ao escrutínio do Parlamento e a centralidade do Parlamento já foi, mas já foi há muito tempo.

Para além disso, a Iniciativa Liberal pretende criar um sistema de incentivos para um setor muito específico e muito delimitado, ou seja, estamos a falar de três ou quatro empresas em que se quer criar um sistema de incentivos para um setor que sabemos efetivamente onde opera, quem são os operadores e, parece-nos que esse é um mau princípio.

Ou seja, os sistemas de incentivos ao investimento e, no nosso entender, se há apoios e se há subsídios, que é disso que se trata, às

empresas, eles justificam-se para investimento e acima de tudo para investimento e é disso que se trata um subsídio ao investimento.

Mas havendo apoios ao investimento, eles devem dirigir-se, por princípio a vários setores, ser abrangentes, incluindo este setor, dentro daquelas que são as regras que existem ao nível dos incentivos empresariais.

Fazer um sistema de incentivos tão dirigido a um setor tão específico não nos parece um bom princípio, porque depois amanhã poderá existir outro setor tão ou mais pequeno, com tantas ou menos empresas a exigir ou a reivindicar um sistema de incentivos próprio, não nos parece o melhor princípio.

Também é de salientar, e, ainda hoje foi aqui amplamente debatido o acordo de incidência parlamentar da Iniciativa Liberal com o PSD, em que refere a redução da iniciativa da subsidiodependência ou daquilo que chamam subsidiodependência.

Mas depois é a Iniciativa Liberal a propor um subsídio. Há subsídios bons, há subsídios maus, ainda estamos para perceber quais são os maus e estamos para perceber quais são os bons, mas é conforme lhe dá jeito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD):(aparte inaudível)

O Orador: Neste caso, este é um subsídio bom, e, cá está...

Deputado Nuno Barata (IL): Diria o Sr. Deputado José Pacheco, vocês sustentam malandros.

O Orador: ... a Iniciativa Liberal com a sua coerência ou falta dela. Relativamente à proposta em si, bem, já foi aqui também amplamente lembrado que está em curso um estudo que antes desta legislatura era recorrente ser apresentado nesta Casa essa reivindicação, essa proposta, cria-se um estudo sobre o transporte marítimo de carga, tantas vezes que o debatemos e o Bloco de Esquerda sempre manifestou reservas, mas sempre aprovou dizendo que estudar e ver melhores hipóteses àquilo que existe melhores soluções nunca fecharíamos a porta, desde que não fosse um estudo feito à medida, nós não sabemos, neste momento se o estudo foi ou não está ou está a ser ou não feito à medida...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): À medida dos açorianos!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Porque é que há de levantar essas suspeitas sempre?!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Pelo amor de Deus!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não somos todos maus!

O Orador: ..., esperemos que não, mas, ficamos com...se me deixar concluir, esperamos que o estudo não seja feito à medida, mas ficamos com dúvidas quando este Projeto de Decreto Legislativo Regional tem efetivamente o objetivo, não apenas no seu preâmbulo, mas no seu articulado no seu primeiro artigo, criar um novo, modelo de transporte marítimo.

E, eu fico com muitas reticências e o Bloco de Esquerda fica com muitas reticências quando, se quer criar um novo modelo de transporte marítimo de carga, a partir de um incentivo à renovação da frota, parece-nos construir no mínimo a casa pelo telhado.

Nós não temos nenhuma oposição de fundo à Proposta, nós não temos nenhuma oposição de fundo a que haja um incentivo à renovação da frota do tráfego local, mas sem saber que tipo de frota, o número de navios que serão necessários, se é como a Iniciativa Liberal quer que se centralize toda a carga em São Miguel e na ilha Terceira e se distribua depois pelas outras ilhas, um modelo que nos suscita as maiores reservas para não dizer outra coisa, se é para isso, nós, a Região eventualmente precisará de um determinado tipo de incentivos e de um determinado tipo de navios.

Se é para manter o modelo atual e o tráfego local servir essencialmente para distribuição de carga entre as ilhas, mas carga que tem origem nas diferentes ilhas e não no continente, nós estamos a falar provavelmente de um incentivo com outras necessidades.

Ora, aquilo que não nos parece adequado é construir-se a casa pelo telhado. Eu bem sei que a Iniciativa Liberal e o PSD estão zangados, mas nós não podemos efetivamente, aprovar uma medida nestas condições, que não diz, aliás, em que ao mesmo tempo o Governo estuda, nós somos chamados a decidir sobre algo que ainda não conhecemos.

Fazendo, naturalmente um ponto situação da nossa posição...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): De abstenção.

O Orador: ... sobre esta matéria, há propostas de alteração que, em determinados aspetos, melhoram a Proposta, noutras temos dúvidas, mas no fim de contas, nós não queremos, por um lado, inviabilizar a existência deste apoio, mas também não queremos ser corresponsáveis pela existência da criação de um novo modelo através de um sistema de incentivos.

Posto isto, a nossa posição é, salvo outra explicação que possa existir, seja do Governo, seja do proponente, nós iremo-nos abster na Proposta em questão. Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O microfone não está habituado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Já ontem na intervenção inicial e quando nos referimos ao preâmbulo da iniciativa, também levantamos, concordávamos genericamente e concordávamos inteiramente com aquilo que é o art.º 2.º, que são os objetivos do diploma e, portanto, nós subscrevemos o que disse a Sra. Secretária, porque efetivamente a aprovação deste diploma não implica em nada do que aquilo que são as condições ou as reflexões

que constavam no preâmbulo, sendo que há uma alteração que nós não conhecemos ainda e, que efetivamente poderá ter reduzido aquilo que eram os aspetos dos quais discordávamos e, portanto, nós deixamos bem claro que, relativamente a uma das matérias que constava do preâmbulo, que era a concentração em dois portos, isso é matéria que constará do estudo e, portanto, relativamente a essa, nós não concordamos com aquilo que era, que é a posição, talvez já não seja do preâmbulo na nova versão e, portanto, nós queremos deixar bem claro esta matéria, que há questões que dependem do estudo e essa é uma delas, mas também afirmamos o seguinte.

É natural que qualquer que sejam as conclusões de estudo, a necessidade da renovação da frota do tráfego local é imperioso e, portanto, não haverá seguramente nenhum estudo...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado! Muito bem!

O Orador: ... que diga que a frota não deve ser apoiada e que a frota de tráfego local não é necessária a sua renovação com navios com 40 anos, até porque houve aqui um conjunto de políticas públicas sem querer responsabilizar Governos anteriores, mas aconteceu assim, houve políticas públicas que dificultaram o planeamento das empresas de tráfego local...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Um sistema de incentivos há um ano e meio

O Orador: ... e, portanto, a necessidade da renovação e o seu adiamento justificam claramente o tipo de iniciativa que é apresentado com participação elevada, mas que tem a ver com o contexto e com a importância dessas empresas no mercado local e, sobretudo, com aquilo que é o objetivo do Governo, que é a criação do mercado interno e nós sabemos que os operadores de tráfego local tem uma enorme importância naquilo que é a potenciação do mercado interno...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e, portanto, nós mantemos aquilo que afirmamos ontem, ou seja, a concordância com a iniciativa, designadamente no art.º 2.º do articulado.

Discordamos daquilo que era a versão inicial parcialmente do preâmbulo e aguardamos com aquilo que seja a nova versão do preâmbulo, que já foi entregue na Mesa e aguardamos a sua divulgação. Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Nuno Barata diz que isto é uma revolução, uma revolução, uma revolução que já se encontra no orçamento, são os 500 mil euros.

Mas que, veja-se bem, esta revolução teve uma primeira revolução, que foi do próprio Partido Socialista quando apresentou o Governo dos Açores, aprova um sistema de apoio à modernização e renovação da frota de tráfego local.

Afinal, a revolução tem antecedentes e antecedentes mais revolucionários, porque os socialistas são, pelo menos em teoria na história, são um pouco mais revolucionários.

Deputado Mário Tomé (PS): E bem!

O Orador: Depois, na prática, é outra coisa, mas no contexto do seu nascimento, o nascimento histórico do Partido Socialista, tem essa origem, a origem quase revolucionária.

Mas tinham feito isto, e isto teve consequências, claro, teve consequências, vejam, por exemplo, há aqui uma concessão no dia 15 de outubro de 2020 a um beneficiário de transporte marítimo, o “Parece Machado” na ordem dos 192 mil euros e, para o mesmo efeito, também no dia 2 de agosto de 2021, conceder ao beneficiário “Empresas Barco do Pico” quanto? 200 mil euros.

Portanto, digamos que era uma revolução em marcha, era uma revolução em marcha.

Os camaradas já se encontravam a marchar em relação a este objetivo revolucionário.

Ora, o que é preciso dizer é que, em relação...

Deputado Mário Tomé (PS): Votou contra...

O Orador: ... a esta matéria está a ser feito um estudo, que verificará os vários cenários possíveis e, dentro dos vários cenários possíveis, qual é o que beneficia mais a Região Autónoma dos Açores, mas o Sr. Deputado já chegou a uma conclusão, Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal foi aos manuais de história e inspirou-se no Tratado de Tordesilhas e separou, bom, a nós o que nos interessa está aqui no preâmbulo é Ponta Delgada e Praia da Vitória, fazem redistribuição das mercadorias, portanto, esta é a nossa conclusão, é uma conclusão à Tratado de Tordesilhas, pois, da minha parte, o que eu quero dizer, o que eu quero dizer aos faialenses, o que eu quero dizer aos graciosenses, o que eu quero dizer aos florentinos, o que eu quero dizer aos picarotos o que eu quero dizer para São Jorge, o que eu quero dizer, espero não falhar aqui nenhuma ilha a Santa Maria.

Deputado José Ávila (PS): Se falhar, a gente acerta!

Deputado Carlos Silva (PS): Já está em campanha?

O Orador: O que eu quero dizer a todos os outros é a mesma coisa que o Rei Francisco de França, é que não viu essa clausula no testamento de Adão, não viu essa separação, essa separação, esse

tratado que constaria no testamento de Adão, não viu como não leu, não obedeceu.

Da minha parte a mesma coisa e não é uma “abstençãozinha” como o Bloco, ah, eu sabe, eu discordo dessa centralidade, eu discordo da construção dessa arquitetura estou veementemente contra e por isso abstenho-me.

Deputado António Lima (BE): Não disse isso!

Deputado José Ávila (PS): Não disse isso!

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Sec. das Finanças anunciou hoje de manhã que isto ia passar!

O Orador: Não, eu, da minha parte, o que quero dizer a toda essa população é que, evidentemente, o que eu quero é que a Região continue a ser uma Região descentralizada, uma Região em que o transporte marítimo de mercadorias, assegura que todas as ilhas têm o serviço que têm neste momento melhorado, como é evidente, mas o princípio tem que se manter é que todos somos filhos de Deus e este transporte chega a todos e, portanto, esta visão centralista discordo em absoluto.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Discordo em absoluto que se tire conclusões de um estudo que não concluiu e por isso voto contra, veementemente contra, esta proposta.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Já vão três ou quatro microfones, só nesta legislatura!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Isso custa apenas 300 euros (referindo-se ao microfone), portanto, isso descontado do seu salário não é nada.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem, Sr. Presidente, bem visto!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, se me permite, eu pago, pago!

Presidente: Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Nuno Barata faça favor.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Tal como disse ontem em resposta ao Sr. Deputado José Ávila, eu sabia que esta teoria da conspiração de que as sete ilhas dos Açores que não Terceira e São Miguel, ...

Deputado José Ávila (PS): Está escrito!

O Orador: ... iam ficar à míngua, por causa de um modelo mais eficaz e mais eficiente de distribuição de mercadorias nos Açores.

Uma coisa é certa, eu percebo que certos escorpiões mudem de opinião e deem picadas no sapo quando interessa ou quando não interessa, não é a minha maneira...

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor sabe!

O Orador: ... de estar na política, não é a minha maneira de contribuir para a melhoria da qualidade de vida do povo açoriano e para garantir o crescimento da sua economia tendente à diminuição da pobreza.

Nos Açores eu acredito que a melhor maneira de tirar gente da pobreza é fazendo crescer a economia não é alimentando ineficiências dos sistemas, despesismos dos sistemas, que nós tiramos pessoas da pobreza, é tornando-os eficientes e tornando-os mais eficazes, neste momento, não saem mercadorias do Pico, da Graciosa, de São Jorge, de Santa Maria, das Flores, atempadamente para o continente se alguém quiser exportar, nem sequer tão pouco é possível exportar em condições meloas da Graciosa para o Grupo Central, o que isto vem trazer são eficiências nesse sistema.

Um contentor de carne pode sair da Graciosa todas as semanas para Lisboa, se houver navios...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Se o tempo deixar.

O Orador: ... que transportem mercadoria contentorizada da Graciosa para a Praia da Vitória todas as semanas, um contentor de carne pode sair todas as semanas de Santa Maria para o continente se houver um navio que transporte carga contentorizada para Ponta Delgada todas as semanas e quem sabe até mais do que uma vez por semana, neste momento, isto não é possível, um contentor de carne das Flores pode sair todas as semanas e até do Corvo, todas as semanas para Lisboa se houver um navio que possa transportar carga

contentorizada todas as semanas do Corvo e das Flores para a Praia da Vitória ou para a Horta, o que não acontece neste momento.

E, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, está claro quem é que está com estas sete outras ilhas e quem é que está a cavalgar um eleitorado que está a ser prejudicado neste momento pelo atual modelo e que vai continuar a ser prejudicado pelo modelo que há de ser implementado por este Governo, e mais e mais, essas ineficiências não estão a ser pagas pela Região, essas ineficiências estão a ser pagas pelos contribuintes, estão a ser pagas pelos consumidores que as pagam nas prateleiras dos supermercados. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(* **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. De facto, o Sr. Deputado Nuno Barata ontem, incluiu-me num grupo, que voltou a falar nele hoje dos velhos do Restelo, relativamente à questão que nós estamos aqui a discutir, eu de facto, tenho alguma experiência de vida e já aprendi ao longo da minha vida que às vezes, a melhor maneira de chegar ao fim, às vezes é voltar para trás.

Portanto, eu também lhe garanto que não o vou confundir com nenhum grupo liberal que existe por esse mundo fora, porque sei que o Sr. não gosta que se faça isso, mas, lamento dizer-lhe, Sr. Deputado, que

relativamente à proposta de alteração que o Sr. entregou aqui e que recebemos agora mesmo, não a vi ainda em toda a sua extensão, mas fiquei preocupado com, o Sr. manteve aqui uma coisa que diz assim, e, ontem, quando o Sr. se referiu aos velhos do Restelo, era precisamente por causa disso, a cabotagem insular passa a ser assegurada diretamente dos portos nacionais para os portos de Ponta Delgada e praia da Vitória.

Sr. Deputado, se me quiser classificar com velho do Restelo por não concordar com isto, eu serei sempre o velho do Restelo.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Agora, Sr. Deputado, o que o Sr. tenta fazer aqui, pelo menos, eu sei que o preâmbulo não é Lei, como disse a Sra. Secretária há pouco, mas indica um caminho...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Claro, muito bem!

O Orador: ... e este caminho que o Sr. indica aqui é um novo modelo de transporte marítimo, não haja dúvida nenhuma, em que exclui 7 das 9 ilhas dos Açores na organização dos transportes marítimos de mercadorias.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! É isso mesmo
(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: E isso, das duas uma, ou o Sr. não quer saber do estudo, está no seu direito ou então o Sr. já o conhece das duas uma, só pode ser assim, porque o Sr. traz aqui uma questão, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): É as duas!

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Conhece de certeza!

O Orador: ... que é debatida hoje e que a Sra. Secretária nos disse que o estudo estará pronto em abril, os dois estudos estarão em abril e maio, portanto, há aqui qualquer coisa que eu não consigo perceber, e, depois é preciso também esclarecermos alguma coisa, Sr. Deputado, os navios existentes no tráfego local podem transportar contentores?

Deputado Mário Tomé (PS): Exatamente!

O Orador: Quantos navios é que vão ser precisos? E diga-me uma coisa ao ritmo de 500 mil euros por ano, quantos anos é que nós vamos precisar para renovar a frota do tráfego local dos Açores?

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: Nós estamos a falar em sete navios, vamos levar quantos anos, Sr. Deputado? Como fica a questão da redundância?

Deputado Mário Tomé (PS): Exatamente.

O Orador: Como é que fica? E também, por exemplo, como é que o Sr. Deputado pode justificar os enormes investimentos que têm sido feitos em todos os portos da Região, sem exceção, alguns, até, infelizmente, têm que ser redobrados devido às condições atmosféricas, como é o caso das Lajes das Flores, como é que justifica esses fortes investimentos nesses portos e agora vão ficar apenas com

o tráfego local? Vamos fazer o quê? Despedir gente, vamos dispensar equipamentos?

Outra questão também que é para mim, a mais importante e que o Sr. Deputado Paulo Estêvão já tocou ali, Sras. e Srs. Deputados, como é que fica a Coesão Regional?

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: Essa para mim é a parte mais importante nesta discussão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Onde é que ela estava?

O Orador: Sr. Deputado, há aqui também uma questão que quero esclarecer relativamente àquilo que se passou ontem, o Partido Socialista, o seu Grupo Parlamentar, apresentou aqui um requerimento para baixar à Comissão, o Sr. Deputado apressou-se a dizer que, a Comissão de Economia queria analisar ainda melhor, não é isso, Sr. Deputado, o que a Comissão de Economia queria era esperar pelos contributos do estudo e também dos apoios comunitários, foi isso que o Partido Socialista propôs e acho que propôs bem, infelizmente, não colheu os votos dos Srs. Deputados, pelo menos a maioria.

Nós estamos agora aqui num dilema, nós estamos a querer decidir primeiro para estudar depois que é uma má prática numa situação destas. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs., Membros do Governo.

Sr. Deputado, Nuno Barata, vejo que a história do escorpião o deixou confuso sobre essa matéria e o que lhe devo dizer, Sr. Deputado, é que a minha posição em relação a esta matéria, estão aí os Diários das Sessões, sempre foi a mesma, sempre foi a mesma! É evitar que se destrua um sistema de transporte marítimo de mercadorias que serve o conjunto da Região, podemos melhorá-lo, mas nunca destruí-lo e nunca criar um conjunto de ilhas que são os filhos do Deus menor, isso não vai acontecer...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... enquanto eu aqui estiver neste Parlamento, pelo menos com o meu voto favorável, nunca irá suceder e o que lhe quero dizer, Sr. Deputado, é que, o Sr. porque é que não aguarda o estudo? Aguarde o estudo, o Sr. quer apresentar um modelo, um modelo de transportes marítimos que já o define, que já define aqueles que são os vetores fundamentais e que ataca gravemente os interesses de todas as ilhas que lhe acabei de referenciar.

O que lhe quero dizer, Sr. Deputado, é que o Sr. Deputado não tem razão e que esta proposta é uma proposta que afeta gravemente, mas gravemente, as populações e os empresários destas ilhas, se é assim,

Sr. Deputado, explique-me do alto da sua Sapiência, Sr. Deputado, explique-me porque é que os empresários do Faial não concordam, não estão a ver, Sr. Deputado, porque é que não concordam com a sua teologia sobre esta matéria? Porque é que no Pico não concordam com a sua teologia sobre esta matéria? Porque é que na Graciosa não acreditam no sistema que V. Exa. e na mitologia que V. Exa. acabou de construir? Não concordamos, Sr. Deputado!

Deputado Nuno Barata (IL): Pronto!

O Orador: Não concordamos, Sr. Deputado! É altamente prejudicial para a unidade dos Açores.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Uma última nota sobre esse assunto, porque isto, às vezes água mole em pedra dura resolve o problema, mas há pedras tão duras que nem água mole vai lá.

Eu queria esclarecer o Sr. Deputado José Ávila e o Sr. Deputado Paulo Estêvão, que aquilo que está na nota preambular desta iniciativa, não passa de uma constatação de facto.

Neste momento, só há ligações diretas de Lisboa e Leixões a Ponta Delgada e Praia da Vitória, toda a carga é distribuída a partir de Ponta

Delgada e da Praia da Vitória e não vale a pena dizer que não é assim, porque é assim, e, ainda até há bem pouco tempo era toda a partir de Ponta Delgada...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

O Orador: ... e gerava aqui nessa Casa discussões enormes como aliás, a Sra. Secretária, ainda o mês passado aqui teve que esclarecer por causa das rotações, que o navio de Leixões agora faz pela Praia da Vitória, primeiro do que ir a Ponta Delgada.

E por isso, isto não é mais do que senão uma constatação de facto, e ninguém está aqui a dizer que as ilhas vão deixar de ser servidas por transporte de contentores, ...

Deputado José Ávila (PS): Em que navio?

O Orador: ...obviamente, as ilhas vão continuar a ser servidas por transporte de contentores.

E ninguém aqui está a dizer que os investimentos que estão a ser feitos na Região, vão deixar de ser úteis, não pelo contrário, porque esses navios, a renovação dessa frota vai permitir, por exemplo, a compra de navios “Ro-Ro” que podem operar nas rampas que, entretanto, foram construídas nos portos da Região e servirem-se dessas rampas, portanto, há aqui um conjunto de situações que eu percebo que os Srs. queiram agitar esse fantasma, o que é certo é que o sistema que existe não é nem eficaz nem eficiente.

As corporações de algumas ilhas podem vir dizer o que entenderem sobre essa questão, mas ainda este fim de semana, no Pico, no sábado passado, fui confrontado precisamente com o inverso daquilo que dizia a Associação dos Empresários do Pico, que uma simples palete de vinho leva quase um mês para chegar a Lisboa e leva quase um mês a chegar a Lisboa, precisamente porque o Pico não tem ligações de contentores em carga desconsolidada, como esse exemplo, há muitos outros. As meloas da Graciosa...

Deputado José Ávila (PS): Mas não é isso

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é outra coisa!

O Orador: ... não chegam ao Grupo Central, porque é que não chegam ao Grupo Central? Provavelmente o Sr. Deputado José Ávila, se fosse ainda sócio dos Transportes Marítimos Graciosenses, vinha aqui defender o contrário, mas não chegam, as meloas da Graciosa ao Faial a tempo e a horas, porque não existe ligação possível de contentores da Graciosa, por exemplo, para o Faial.

Mais, porque é que não chega a meloa de Santa Maria, todas as semanas ao continente, que tem um mercado, uma grande superfície comercial? Não chega porque não há ligações de carga contentorizada de Santa Maria todas as semanas para Lisboa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é outra coisa!

O Orador: A questão é mesmo essa, é que na teoria as corporações, as tais que os Srs. gostam muito de sentar à mesa das Comissões,

dizem uma coisa, na prática, os próprios associados dessas corporações a mim dizem outra.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Bem, eu acho que tem que haver aqui é bom senso, a Sra. Secretária, agora há pouco disse que no mês de abril o estudo estaria pronto, que necessidade é que existe de aprovar essa iniciativa agora...

Deputado José Ávila (PS): É verdade!

O Orador: ... às pressas sem que o estudo esteja concluído? Mas qual é urgência? Qual é a urgência que ninguém percebe!? É uma teimosia? É! É falta de humildade democrática? É! Não tem outro nome!

Deputado José Ávila (PS): Ele ter votado contra o requerimento

O Orador: Não é falta de humildade democrática, Sr. Deputado? Porque o Sr. tendo conhecimento agora dessa informação, eu se estivesse no seu lugar, eu era o primeiro a fazer o requerimento...

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor também votou contra!

Deputado Carlos Silva (PS): É apresentar um requerimento!

O Orador: ... para isso baixar à Comissão novamente, é o mais lógico, Sr. Deputado, é o mais lógico!

O Sr. não quer fazer? Pronto, que a sua medida seja aprovada ou não seja aprovada, a mim já não me interessa, eu já disse que vou votar contra, agora, sinceramente, eu acho que isso é uma teimosia desnecessária, isso só mostra que o Sr. não convive bem com a democracia, ...

Deputado Nuno Barata (IL): Eu não convivo bem com a democracia?! O senhor não está bom!

O Orador: ... embora normalmente diga o contrário, muito obrigado.

Deputado Nuno Barata (IL): ... bem com a democracia?!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Faça um protesto!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu peço a palavra para participar neste debate, porque, também acho o assunto importante, e, acho o assunto bastante interessante, e, gostava de referir o seguinte, o Sr. Deputado Nuno Barata, avança com uma proposta, cujo preâmbulo suscita mais debate do que o teor normativo da mesma.

Deputado Nuno Barata (IL): É a realidade!

O Orador: Eu, se calhar, até fazia-lhe um convite, Sr. Deputado Nuno Barata, ...

Deputado Nuno Barata (IL): Mais um!

O Orador: ... se repensando o preâmbulo, não haveria condições para se buscar um consenso em relação àquilo que é verdadeiramente essencial.

E o que é verdadeiramente essencial neste momento, parece-me, e, acho que a Câmara concordará com isso, é que, dentro das limitações que a própria União Europeia impõe para esse tipo de apoios, não é possível fazer investimentos com base nesse sistema que está em discussão, que alterem com benefício para a economia de 7 das nossas ilhas, que alterem o modelo que atualmente vivemos. E, portanto, isso parece-me óbvio.

Deputado Nuno Barata (IL): Obviamente!

O Orador: O Sr. Deputado Nuno Barata, tem razão num aspeto, e, a iniciativa tem este mérito de suscitar o debate em relação a um aspeto que é essencial, que é o funcionamento do atual modelo, apresenta fragilidades, ...

Deputado Nuno Barata (IL): Ineficiências.

O Orador: ... não é de agora, já é de algum tempo, apresenta ineficiências, mas essa solução, que é referida no preâmbulo, também tem ineficiências, desde logo, o facto de obrigar a que haja uma desconsolidação de carga em dois dos portos da nossa Região, para depois poderem seguir para os outros e esse é o problema.

Deputado Mário Tomé (PS): Claro! Exatamente!

O Orador: O Sr. Deputado tem razão quando diz, bom, mas nós temos, neste momento mercadoria que anda a passear pelo arquipélago, até chegar ao seu destino final, seja numa ilha, seja no continente, mas o problema que a sua proposta preambular, digamos assim, também traz, é que a vingar essa ideia, obrigará também que a carga que saia, de 7 das nossas ilhas para o continente, ou que chegue do continente a 7 das nossas ilhas, em princípio terá que ser desconsolidada.

Para que isso não aconteça, são necessários investimentos que, infelizmente, esse sistema de incentivos não permite aos empresários chegarem lá, esse sistema de incentivos tem, até pela legislação comunitária, um determinado limite, e, isso condiciona, e, é por isso que, sendo certo que esta questão de divergência se coloca ao nível preambular e, portanto, não tem força de Lei, obviamente que a partir do momento em que é votada favoravelmente pela Assembleia, também expressa um determinado entendimento da Assembleia e uma determinada vontade, deixa de ser o entendimento da Iniciativa Liberal para ser o entendimento da Assembleia Legislativa da Região, se a proposta for aprovada.

Se, o objetivo principal é, vamos criar aqui um sistema de apoios que permita que os armadores de tráfego local, tenham no imediato condições para poder obviar a investimentos que são necessários e que

são importantes para melhorarem a qualidade do serviço que prestam à economia das ilhas, parece-me normal, parece-me óbvio.

Querer no fundo, colocar esta outra questão, aí sim, eu acho que aí o estudo que está em curso, que dentro de dois meses estará disponível para todos, segundo informação que o Governo nos trouxe, é que me parece um bocadinho forçado e, portanto, não há drama nenhum, porque essa proposta que o Sr. Deputado Nuno Barata apresenta, eu acho que merece ser discutida, merece ser discutida, merece ser debatida, mas não num formato, isso é a minha opinião, obviamente, mas não num formato em que, com os atuais constrangimentos, de termos um sistema de incentivos como este que é proposto, isso impede que os investimentos que é necessário fazer para retirar todas as vantagens potenciais de um modelo alternativo, como aquele que o Sr. Deputado Nuno Barata apresenta, possam efetivamente ser consolidados.

O Sr. Deputado Nuno Barata, há bocadinho referiu que, bom, porque não pode haver “Roll-on/roll-off” a navios que, transportem contentores num sistema Roll-on/roll-off, pelo menos foi isso que percebi, não sei se foi isso, mas foi isso que eu percebi.

Bom, isso é verdade, agora não é com esses sistemas de incentivos que nós apoiamos os armadores de tráfego local, para conseguir chegar a um investimento num navio desse tipo, não é com esse sistema de incentivos, tem os constrangimentos que tem e, portanto, o que eu acho

se me permite a sugestão, é isso, centremo-nos no essencial, naquilo que pode fazer a diferença para a economia das ilhas e para, através, da melhoria dos serviços dos armadores de tráfego local e muito bem, e, quando chegar a altura de discutir, então a parte do modelo vamos a isso, acho que todos nós temos esse interesse. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu não tenho esse interesse e vou já explicar.

Toda a gente fala do estudo, mas que estudo? É o estudo, o estudo do CDS, e, talvez seja melhor nós fazermos uma cronologia, porque é que o CDS fez o estudo? Talvez seja a primeira bicada do CDS a tentar limitar o PSD dentro desta legislatura, se calhar a primeira bicada e vou explicar porquê.

O Sr. Deputado da Assembleia da República, Paulo Moniz, do qual eu tenho muito apreço, tentou fazer um subsídio relativamente à cabotagem marítima entre as ilhas dos Açores e o continente, do qual nós só sairíamos a ganhar, 10 milhões de euros, não pagávamos absolutamente nada, o CDS chegou, temos que fazer o estudo, temos

que fazer o estudo e tenho que bloquear supostamente esta ideia do PSD querer fazer uma cabotagem marítima e que seja completamente gratuita à Região Autónoma dos Açores, vamos fazer um estudo, estudo do qual nós sabemos, à partida que vai dar exatamente ao mesmo, exatamente como os nossos estudos que nós temos ultimamente.

E, foi uma forma de tentar bloquear, disse isso na altura, em março de 2021, volto a dizer, em março de 2023, está a fazer dois anos, disse isso em Comissão, disse isso aqui também em Plenário, apesar de ter votado, porque um estudo não faz mal a ninguém, porque já tinha bloqueado o Projeto de Lei do PSD na Assembleia da República, do qual nós éramos beneficiados.

E, devido a essa primeira bicada do CDS que fez ao PSD, talvez a primeira ingerência entre a própria coligação, nós temos aqui um grave problema, toda a gente, até o PS, que era contra o estudo, está à espera do estudo para votar a favor ou contra aquilo que o IL tenta, no máximo, solucionar, em termos práticos, talvez não seja o mais ideal, mas digam-me, qual é que é o ideal neste preciso momento, porque durante anos não mudamos nada, agora estamos à espera de um estudo e vamos ter uma solução cor-de-rosa para toda a gente, isso não vai acontecer e temos aqui uma iniciativa do IL, do qual tem bons passos, do qual nós podemos fazer, aliás, o Sr. Secretário Regional das Finanças disse de manhã que já estava aprovado, mas as coisas

mudaram radicalmente, agora o IL é para matar e todas as iniciativas, aquilo que era bom de manhã...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Calma! Tenha lá paciência!

O Orador: ... hoje à tarde, já é muito mau, mas o PAN, e, como era contra o estudo e como era contra a ingerência do CDS contra o Projeto de Lei do PSD à Assembleia da República, do qual o PAN é totalmente favorável à cabotagem marítima entre as ilhas dos Açores e o continente, nós vamos votar favoravelmente, é uma iniciativa que não é perfeita, mas que tem pelo menos passos para andar e não temos que esperar por estudo nenhum, toda a gente sabe qual é que vai ser o resultado desse estudo. Muito obrigado.

Deputado Carlos Silva (PS): Não sei.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. Bem, devo começar por dizer que, relativamente à questão do preâmbulo, compreendo perfeitamente aquilo que foi a intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro e, agora momentaneamente não está presente, mas não é por isso, porque também qualquer das formas...

Deputado Carlos Silva (PS): Tem direito também!

O Orador: ... estou a concordar com aquilo que foi a sua apreciação, aliás, porque é uma é uma apreciação que também no CDS já o fizemos

há muito tempo, que é, é sempre o mesmo problema, a questão dos preâmbulos, ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Exatamente!

O Orador: ... ou seja, os preâmbulos, em primeiro lugar, não são objeto...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Votação.

O Orador: ... de votação, não são objeto de propostas de alteração e, na verdade, o que temos que repensar, até mesmo em sede de Regimento e para aquilo que é as redações finais, é aquilo que na verdade é, o que é que no fundo é publicado, porque, já não é a primeira vez, infelizmente, que nós, no CDS e tivemos essa discussão, em que por vezes concordamos em absoluto com aquilo que é o articulado, mas não concordamos com as notas preambulares e, na verdade, muitas das vezes também as notas preambulares não são as que definem aquilo que está articulado e isso na verdade,...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Exatamente!

O Orador: ... é um problema, é um problema e que temos que rever, e, aí tem razão o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, quando afirma que ao aprovar esta iniciativa este articulado é publicado e passa a ser uma Resolução e um Diploma deste Parlamento, exatamente com aquele articulado, e, aí tem toda a razão e subscrevemos.

Mas não obstante, aquilo que também foi verdade no passado, em que nós votamos diplomas favoravelmente, mesmo não concordando com o preâmbulo, nós votamos favoravelmente.

E, aqui, Sr. Deputado Pedro Neves, ontem, o Grupo Parlamentar do CDS disse que votava favoravelmente esta iniciativa, hoje continuamos a dizer que votamos favoravelmente esta iniciativa, não há aqui, não estou a ver qual é que é a inflexão...

Deputado Pedro Neves (PAN): Não disse que ia votar contra

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Deu a entender!

O Orador: ... que o Sr. diz que agora tudo o que vem da Iniciativa Liberal é para aniquilar ou para chumbar.

E, digo-lhe mais, Sr. Deputado Pedro Neves, dizer que é uma ingerência, ou seja, há uma proposta do PSD na República para financiar em 10 milhões de euros um modelo, ...

Deputado Pedro Neves (PAN): “Eu sei o que fizeste no verão passado”!

O Orador: ... há uma proposta do PSD na República para financiar o modelo de transporte marítimo em 10 milhões de euros, o Grupo Parlamentar do CDS aqui deu parecer negativo dizer que isso aí é uma ingerência, se for consultar até o relatório da Comissão de Economia, o que nós dizemos é que até haver um estudo e as conclusões do estudo não nos parece que faça sentido...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Claro!

O Orador: ... estar a propor financiamento público, independentemente de ser da República ou da Região...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... para um modelo que não tem financiamento público, e, que nós consideramos que, grosso modo é um serviço e um sistema que tem servido os Açores e tem servido os açorianos.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O que está a falar aqui não é do funcionamento!

O Orador: Sim, é o funcionamento. Sim, sim, sim, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o que eu estou a dizer é relativamente àquilo que foi a proposta do Sr. Deputado Paulo Moniz na República e aquilo que foi a posição do Grupo parlamentar do CDS quando ouvido em sede da Comissão de Economia face a essa iniciativa e, obviamente, mostramo-nos contrários porque achávamos que o modelo, tal como está sem ter o financiamento público, servia os Açores e os açorianos, a nossa proposta de se fazer um estudo tem a ver com o facto de considerarmos que, atendendo a um sem número de dificuldades que também foram elencadas aqui pelo Sr. Deputado Nuno Barata, que tem a ver com a circulação de mercadorias, sobretudo das ilhas mais pequenas e com a dificuldade que é em tempo útil ou pelo menos de forma expedita, fazer circular essa mercadoria, de se poder melhorar este sistema, aquilo que o Sr. Deputado Nuno Barata aqui nos propõe

com o SIFROTA, não é exatamente isso, ou seja, não, ou pelo menos não colide com esse propósito, porquê? Pese embora aquilo que é definido no preâmbulo e aí acompanho a Sra. Secretária, nós também não concordamos com o preâmbulo, e, aliás, tive a oportunidade de o dizer ontem e reitero que aquilo que está no preâmbulo é, pronto, foi o Sr. Deputado Nuno Barata não conseguiu resistir à tentação de expor aquilo que considera que é o modelo ajustado e que é a verdade, está tudo bem, não há problema nenhum, é a sua verdade, nós não concordamos com esse preâmbulo, no entanto, aquilo que é o articulado, para nós, não faz qualquer espécie, ou seja, não tem qualquer problema. Porquê? Porque é uma forma de gerir aquilo que são as verbas para renovação das frotas do tráfego local.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Até disse mais, até disse mais, que efetivamente, também uma das coisas que preocupa o CDS e que pelo menos esperamos que o próprio estudo nos possa trazer alguma luz sobre esse aspeto e ver quais é que são os passos a tomar seguidamente, que tem a ver com aquilo que é a alteração da legislação e isso sim, configura, Sr. Deputado José Ávila, eventualmente uma alteração bastante grande do modelo de circulação de mercadoria na Região, que é ver em que medida é que é ajustado ou não, passarmos de um modelo de tráfego

local para ter um tráfego arquipelágico e que permita também a circulação desta frota entre todo o arquipélago.

E por isso, não há aqui nenhum “volte-face” e eu também só pedi a palavra exatamente para isso e vou terminar dizendo que pese embora nós não concordemos em absoluto com aquilo que é o preâmbulo, como aconteceu no passado, mas a nossa posição mantém-se e vamos votar, obviamente, favoravelmente esta iniciativa. Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O proponente, honra lhe seja feita, Sr. Deputado Nuno Barata, já disse ao que vem, já disse ao que vem! Escreveu inclusivamente e reiterou aqui no Parlamento, quer fulminar um modelo descentralizado referente à distribuição efetuada pelo transporte marítimo de mercadorias, é isso que ele quer fazer!

Já o disse, não escondeu, foi frontal, na iniciativa o que ele diz, isto é parte que aqui proponho, é uma parte que integra o modelo que eu tenho e o modelo é obliterar, destruir o modelo descentralizado que foi implementado em relação a esta matéria que chega a todos os lados, um café para todos, digamos assim.

Mas a questão é esta, isto é a porta de entrada e a seguir, o que é que vem, em relação à centralização defendida pelo Sr. Deputado, o que é que vem mais aí? O que é que vamos centralizar a seguir? Vamos ter uma capital dos Açores? O que é que vamos ter a seguir? O que é que vamos ter a seguir em relação ao modelo de centralização? Ainda por cima, quer-nos convencer, ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Onde isso já vai!

O Orador: ... vejam bem, que se colocam as mercadorias no chão, são transportadas para outros navios, chegam mais depressa e chegam em melhor estado, quer-nos convencer, quer nos convencer desta patranha, que é o que é isto, toda a minha vida combati este modelo, porque este modelo tem muita história, há muito tempo que se tenta destruir um modelo descentralizado em relação ao transporte marítimo, há muito tempo, nunca será com o apoio do PPM e nunca será com conivência do PPM, não deixamos esta porta entreaberta, votamos contra e vamos opor-nos sempre a esta tentativa de impor este modelo, e, o Sr. Deputado disse logo o que eu quero é isto, portanto, é clara a proposta do Sr. Deputado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Nós voltamos a reafirmar aquilo que já foi dito, mas queria acrescentar alguma coisa, ou seja, a aprovação deste Diploma em nada interfere com aquilo que está em vigor, que é o modelo de obrigação de serviço público aprovado por um Decreto-Lei nacional que está em vigor e a aprovação deste Diploma em nada altera o que está em vigor e que permite as ligações de mercadorias ao continente e, portanto, esta é uma iniciativa que visa apenas os navios do tráfego local, o reforço da sua qualidade, de uma frota que está envelhecida.

A Sra. Secretária já reafirmou isso e qualquer alteração àquilo que é o modelo de obrigação de serviço público será sempre, eventualmente, proposta pela Região, mas sempre depois do estudo que está encomendado e, portanto, ninguém pode afirmar aqui, com a aprovação deste Diploma, que o modelo que consta de um Decreto-Lei de obrigações de serviço público de mercadorias relativamente ao continente que sofre qualquer alteração com a aprovação deste Diploma, independentemente do preâmbulo que o Sr. Deputado Nuno Barata colocou na sua iniciativa e que já explicou que é uma ideia pessoal, mas que não tem implicação nenhuma com a aprovação deste Diploma e, portanto, nós partilhamos daquilo que são as preocupações do PPM, mas entendemos que a aprovação desta iniciativa não altera, objetivamente e do ponto de vista jurídico, aquilo que

é um Decreto-Lei que está em vigor e que se aplica à Região nas ligações ao continente e que não sofre qualquer alteração com a aprovação deste Diploma.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eu discordo da opinião do Sr. Deputado António Vasco...

Deputado José Ávila (PS): Eu também!

O Orador: ... nesta matéria, porque o que aqui está escrito, em traços gerais, a cabotagem insular passa a ser assegurada diretamente dos portos nacionais para os portos de Ponta Delgada e Praia da Vitória, onde as mercadorias chegam ao início de cada semana, sendo transferidas as mercadorias para as demais ilhas por operadores de tráfego local, preto no branco, é o que aqui está escrito e é o que se pretende com esta proposta, nada melhor do que perguntar ao autor da proposta, o autor da proposta é claro no seus objetivos, diz ele que isto é apenas o início do processo, ora, eu discordo que este processo se inicie, discordo em absoluto, porque este é o objetivo e eu não quero contribuir de forma nenhuma para que este objetivo seja alcançado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições, Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Aproveito também para dar as boas-vindas à nossa nova Secretária Regional da Saúde e do Desporto.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Obrigada.

O Orador: Sr. Deputado, o CHEGA irá acompanhar, enfim, tínhamos dito, que iríamos acompanhar isso e por um princípio simples, tenho falado neste tal estudo do transporte marítimo, ainda este verão falou-se nisso em Santa Maria.

Eu acho que estamos aqui a dar um passo em frente e dizia, o Sr. Deputado Vasco Viveiros, e com razão, quer dizer uma coisa não invalida a outra, estamos a dar um passo em frente, sempre possível de retificar o que não estiver bem, depois (impercetível 01:06:36), etc. O que nós não podemos ter, e, é isto que o CHEGA tem dito muitas vezes, é afundarmo-nos em estudos, afundarmo-nos em Comissões e as coisas não andarem, as pessoas que dependem da aprovação disto ou da consequência que possa trazer a aprovação deste Diploma, não compreendem que nós fiquemos aqui neste passa culpa ou no querer ter enfim, o mérito daquilo que vai ser. O estudo é necessário, mas é necessário começarmos a dar passos em frente, mas não é só nos transportes marítimos, é em tudo, é em tudo, temos que começar a dar passos em frente, temos que começar a ser proativos e assim sim, da

parte do CHEGA, compreendendo até alguns argumentos da imperfeição, dos riscos que se possa correr com este Diploma, mas achamos, vamos em frente, vamos caminhar, vamos fazer qualquer coisa, é porque isto de estar parado eu começo a ver muita coisa parada e também não fico muito satisfeito. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Apenas para esclarecer aqui duas questões.

A primeira tem a ver com uma certa confusão que foi aqui levantada sobre transbordo e carga desconsolidada e carga consolidada, são coisas completamente diferentes.

Neste momento, toda a carga de cabotagem insular, eu vou dizer isso pela enésima vez nesse Plenário, por várias razões, já referi aqui nesse Plenário, em outros debates sobre outras matérias, inclusivamente referi isso aqui neste Plenário, toda a carga de cabotagem insular com origem no continente português vem para Ponta Delgada e Praia da Vitória, ponto final!

Alguma dessa carga é feita transbordo para ir para as 7 restantes ilhas, outra carga é desconsolidada em Ponta Delgada e volta a ser consolidada noutros contentores para ir para outras ilhas, ...

Deputado José Ávila (PS): Isso é grupagem!

O Orador: ... essa carga que é desconsolidada em Ponta Delgada, ou que vem de outras ilhas desconsolidada, o que é carga desconsolidada? É a carga que vem em contentores, mas a carga que está lá dentro não é de um só dono, é carga de vários donos, está desconsolidada, esta carga chega a Ponta Delgada ou à Praia da Vitória e é consolidada num outro contentor para ir para o continente português ou vice versa, isto é o que se passa neste momento e que demora, carga desconsolidada, carga palatizada, a chegar ao seu destino final, é este o problema, mas não vale a pena fazer mais esclarecimentos sobre esse o assunto que nós já percebemos.

Se o problema é estar na nota preambular de um Decreto Legislativo Regional, uma coisa, como bem explicou o Sr. Deputado António Vasco, Viveiros, não pode alterar o que está no Decreto-Lei da República, está aqui o homem para a retirar ou em sede de redação, se a Mesa assim entender e os Srs. Deputados concordarem ou faço um intervalo de 15 minutos e tiro de lá aquele parágrafo, se o problema é estar naquele parágrafo uma evidência do que se passa neste momento na Região Autónoma dos Açores, eu estou pronto para retirar aquele parágrafo da nota preambular, se a Mesa entender, em sede de redação aquele parágrafo ser retirado da nota preambular, mas tenhamos um bocadinho de honestidade intelectual aquilo que está, aquele parágrafo, que está naquela nota preambular não é a centralização do transporte de mercadorias nos Açores, é precisamente a

descentralização do transporte de mercadorias dos Açores, permitindo que algumas ilhas consigam exportar em tempo mais útil do que exportam neste momento e permitindo que algumas ilhas, inclusivamente as ilhas das Flores e do Corvo, recebam carga mais atempadamente do que têm recebido e as notícias são bem conhecidas, a não ser que a solução seja termos um “*Thor*” dedicado a cada ilha e isso aí custariam 63 milhões de euros no mínimo. Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Está enalhado nas ideias!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Todos nós somos responsáveis por aquilo que escrevemos, então esta ideia de que a cabotagem insular passa a ser assegurada diretamente dos portos nacionais para os portos de Ponta Delgada e Praia da Vitória, para que isto suceda, diz o proponente, é necessário, no entanto, para que tal operação seja possível concretizar a breve trecho importa que as empresas de tráfego local tenham condições para proceder aos investimentos financeiros, etc. etc. etc.

Ou seja, ...

Deputado Nuno Barata (IL): Estamos dependentes da cabotagem de 15 em 15 dias!

O Orador: ... o proponente, já disse ao que vem, já disse ao que vem. É evidente que muitas vezes muda de opinião, mas o proponente já disse ao que vem ou qual é o seu objetivo, e, o objetivo é destruir um sistema que precisa de ser melhorado e não destruído, que é o que o Sr. Deputado quer fazer, mas o Sr. Deputado tem oposição de todos, de todos os operadores...

Deputado Nuno Barata (IL): Não tenho. Não é verdade.

O Orador: ... que trabalham nestas ilhas e que conhecem o setor por dentro, de todos aqueles que no Faial, no Pico, não conheço um único ou na Graciosa, onde seja, onde há alguém que esteja a favor deste modelo, deste modelo fantástico? Não! Este modelo espera pelo estudo que está a ser efetuado por parte do Governo Regional? Não! O que é que fundamenta esta proposta? Nada fundamenta esta proposta, é apenas...

Deputado Nuno Barata (IL): Da próxima vez que os empresários forem lá eu respondo!

O Orador: ... a visão de quem tem uma visão centralista em relação à Região Autónoma dos Açores e, por isso, o PPM não pode acompanhar e está contra, mas estou contra agora, como estive contra em anteriores legislaturas, estive sempre contra iniciativas deste género.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, eu queria fazer uma interpelação à Mesa no sentido de saber se a Mesa aceita que essa correção seja feita em sede de redação final ou se peço um intervalo para fazer uma substituição do preâmbulo.

Presidente: Eu preferia que o Sr. pedisse um intervalo e fizesse as alterações.

Deputado Nuno Barata (IL): Então, peço um intervalo regimental de 15 minutos, Sr. Presidente.

Presidente: Sim, Sr., está concedido, regressamos às 16h55.

Intervalo às 16h40

Os trabalhos recomeçaram às 16h57

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

A alteração feita no Diploma já deve estar nos vossos mails. Pergunto se há inscrições. Sr. Deputado José Ávila, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

De facto, acabou de chegar agora mesmo esta alteração e foi feita aquela retificação, de qualquer maneira, como não tinha dado nota da do sentido de voto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, vou fazê-lo agora dizendo que nós, na generalidade, vamo-nos abster...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ah, a gente não sabia...

O Orador: ... e temos propostas de alteração que vão condicionar a nossa votação no final. Obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Votaram contra.

Deputado José Ávila (PS): Diga?...

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Estêvão, mas tenha cuidado com o microfone, o outro já foi partido, o Sr. tem um “brinquedo” novo, veja lá! Foi substituído.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, também lhe quero reiterar sobre este assunto que, tendo em conta, a minha responsabilidade pessoal, faço questão mesmo de pagar o microfone, faço mesmo questão de pagar, ...

Presidente: Não!

O Orador: ... não, quero pagar mesmo, quero pagar para que não digam que eu que não assumo as despesas que provoco, quero mesmo pagar, quero pagar o microfone.

E, Sr. Presidente, acabou mesmo agora...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Convém deixar já o adiantamento para o próximo!

Deputada Ana Luís (PS): Eu bem que o avisava!

O Orador: ... diz o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, convém já deixar o adiantamento para o próximo, não vai acontecer, também penso que foi defeito de fabrico aqui do material.

Sr. Presidente, eu gostava, uma vez que não tive, estava agora a ler a proposta de alteração, gostava que o Sr. Deputado Nuno Barata nos explicasse qual é o conteúdo da alteração da proposta que fez.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

A alteração que a Iniciativa Liberal apresentou ao preâmbulo do Diploma, elimina o parágrafo que faz referência precisamente aos dois portos de entrada e distribuição da carga contentorizada e como não faria sentido o parágrafo imediatamente a seguir, ele recebe uma nova redação no seu início, por forma a ficar consentâneo com a restante redação do parágrafo. Muito obrigado.

(neste momento, o Deputado Nuno Barata entrega um documento ao Deputado Paulo Estêvão)

Presidente: Entretanto, não sei se alguém quer usar da palavra. Podemos avançar para a votação do diploma? Sr. Deputado Paulo Estêvão está em condições de?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sim.

Presidente: Não há mais inscrições?

Então vamos começar por votar na generalidade o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 74/XII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor se sentar.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 74/XII, foi aprovado na votação na generalidade, com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 1 voto contra do PPM, 23 votos de abstenção do PS, 2 do BE e 1 do Deputado independente.

Presidente: Vamos iniciar o debate e votação na especialidade. Pergunto se há inscrições. Sr. Deputado António Vasco Viveiros, faça favor.

(*) Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Relativamente à proposta de alteração do Partido Socialista, na alínea a) do art.º 2.º, por duas razões, primeiro porque foi alterado o preâmbulo naquilo que poderia implicar a apresentação desta proposta e segundo, em coerência com aquilo que tínhamos dito, que a alteração do modelo atual só será possível com a alteração de um Decreto-Lei, portanto, que este Decreto Legislativo Regional nunca poderia alterar aquilo que é o modelo em vigor atualmente, nós pensamos que não faz sentido votar favoravelmente a alínea a) do n.º 2 do art.º 2.º do Partido Socialista e também não concordamos com a linha c) e com a alínea

b), mas com a alínea c), quando, implica que só é passível de apoio, ou só são passíveis de apoio empresas que estejam no mercado há mais de dez anos, isto é claramente uma violação daquilo que é a concorrência, nós não sabemos se, com as condições que venham a ser criadas, quer por esta iniciativa, se for aprovada, quer pelo novo modelo que está em estudo, se eventualmente e com interesse do mercado, possam aparecer empresas até associadas às que existem neste momento no mercado, mas até novas empresas, que possam apresentar propostas que sejam vantajosas...

Deputado Bruto da Costa: Muito bem!

O Orador: ... para a Região e, portanto, nós votaremos contra as alterações ao art.º 2.º nas várias alíneas apresentadas pelo Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado José Ávila faça favor.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu devia-me ter antecipado para explicar as razões das nossas propostas de alteração, o Sr. Deputado António Vasco Viveiros antecipou-se, aliás, é o seu papel também, de qualquer maneira, nós, na alínea a) no art.º n.º 2 queríamos substituir ou substituímos implementação por garantir, até porque isso está inerente à questão da

operação de cabotagem insular em todas as ilhas dos Açores, nós queremos garantir que todos os portos comerciais, como tem sido feito até aqui, ficam cobertos pelas ligações com o exterior. E isso porque, isto tem muito a ver com a coesão regional e, portanto, é uma das questões que nós, sinceramente, não podemos abdicar.

Relativamente à alínea b), nós propomos eliminar, não pode ser este Diploma a definir um novo modelo de transporte marítimo de mercadorias na Região Autónoma dos Açores.

A alínea c), acrescentamos, “há mais de 10 anos”, por uma razão muito simples é para garantir que os beneficiários destes apoios já têm um histórico nesta atividade, parece-me que temos que garantir que os operadores que andam já aqui há muitos anos tenham como garantido o acesso a este apoio, o mesmo acontece depois num outro artigo, na alínea d) do art.º 5.º.

Eu não sei, se o Sr. Presidente, se me desse alguma latitude, eu poderia, já agora, que também não são muitas mais, mas, no n.º 2 do art.º 3.º, incluímos a modernização, portanto, para não ficar só o apoio destinado à aquisição, no n.º 2 do art.º 4.º, criamos, o indexar os apoios aos auxílios minimis, conforme o que está regulamentado pela União Europeia, na alínea a) do art.º 5.º, retiramos “possuir uma situação económica e financeira equilibrada”, porque esta é uma matéria que é muito subjetiva. Relativamente ao n.º 1 do art.º 6.º voltamos a incluir aqui a modernização, porque acho que também deve merecer apoio e

eliminamos o artigo 13º porque achamos que sobre esta matéria podem existir outro tipo de apoios à modernização das frotas, como, por exemplo, destinados à aquisição de meios e equipamentos de segurança. Muito obrigado.

Deputado Tiago Branco (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. É para informar também que relativamente a esta proposta de alteração do Partido Socialista, naquilo que foi a apreciação do Sr. Deputado António Vasco Viveiros e da bancada do PSD, nós corroboramos a mesma tese, porque efetivamente, aquilo que está no art.º 2, pese embora com aquilo que estava no preâmbulo, pudesse dar indicação que estamos aqui a implementar um novo modelo, havendo esta alteração do preâmbulo, o que se pretende é efetivamente maior agilidade, pelo que, havendo uma frota mais robusta no tráfego local, por isso ainda reforça aquilo que é a versão inicial e, por isso, obviamente, também vamos votar contra esta proposta de alteração do Partido Socialista.

Depois, relativamente à questão do art.º 5.º, não compreendemos muito bem, porque é que o Partido Socialista pretende retirar da alínea

a) o facto das empresas terem uma situação económica e financeira equilibrada porque parece-nos sensato, que pronto, quando se recorre a apoios, neste caso, sobretudo que é um apoio a ter uma frota mais robusta, quer dizer, se a empresa for para cair, é um bocadinho atirar dinheiro, eventualmente, empregar mal o dinheiro e por isso é que parece-nos que é sensato e ao mesmo tempo, não é uma situação que seja taxativa, mas pronto haver um equilíbrio, apesar de que, compreendo quando diz que é subjetivo, mas, o equilíbrio dentro daquilo que é a linguagem económica, acho não é tão subjetivo quanto noutros...

Deputado Carlos Silva (PS): Não é objetivo

Deputado Carlos Silva (PS): Não é isso que está aqui!

Deputado José Ávila (PS): Não é isso que está aqui! O problema é esse!

O Orador: ... sim, mas ter capitais próprios positivos, mas isso é uma situação financeira equilibrada, no meu entender e eu não sou, também, admito, que não sou economista, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Eu também não sou!

O Orador: ..., mas de qualquer das formas...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... e para terminar, Sr. Presidente, também relativamente, mais uma vez no art.º 5.º, quando se fala outra vez na questão dos dez anos, vai contra aquilo que é a livre concorrência, no nosso entender e

a possibilidade poderia abrir de outros “players” poderem vir para este mercado e parece-nos que é desnecessário haver esse impedimento.

É só, muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado, José Ávila, a questão dos dez anos, aquilo que é a proposta da alínea c) do n.º 2, a justificação que deu é que tinha que estar acessível às empresas regionais, mas não está dito em lado nenhum na proposta de DLR que não está acessível às empresas regionais, o que acontece com a vossa alteração é que deixa de estar acessível a outras empresas, que é claramente...

Deputado Carlos Silva (PS): Tem uma dotação limitada!

O Orador: ... uma limitação do mercado que não é bom neste mercado e que não é bom em qualquer mercado e em qualquer sistema de incentivos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... independentemente do setor em que se aplica, seja na agricultura, seja nos transportes marítimos ou qualquer outro setor, e portanto, nós estamos contra, mas estamos claramente a favor desta medida, porque sabemos da importância que representa para as empresas atuais de tráfego local e o que nós esperamos é que elas todas

reúnam as condições e que possam concorrer e que possam renovar as suas frotas no interesse do serviço do mercado interno, no interesse do serviço dos Açores e das ligações entre as várias ilhas.

Deputado Bruto da Costa: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Vamos então iniciar as votações na especialidade. Vamos votar o art.º 1 do Diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O art.º 1.º colocado a votação foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 2 votos de abstenção do BE e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Passamos ao art.º 2.º, existem três propostas de alteração do Partido Socialista, vamos votar uma a uma. Está a votação a proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS à alínea a) do art.º 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada a votação foi aprovada com 23 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PPM e 1 do PAN, 20 contra do PSD, 3 do CDS, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Está a votação a proposta de eliminação, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS à alínea b) do art.º 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação colocada a votação apresentou um resultado de empate na votação, com 23 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PPM, 20 contra do PSD, 3 do CDS, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos então repetir a votação. Está a votação a proposta de eliminação à alínea b) do art.º 2.º, efetuada pelo Grupo Parlamentar do PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação colocada a votação foi rejeitada, pelo resultado de empate em segunda votação, com 23 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PPM, 20 contra do PSD, 3 do CDS, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Está a votação a proposta de alteração à alínea c) do art.º 2.º, proposta efetuada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada a votação foi rejeitada, com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 23 votos a favor do PS e 2 do BE e 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar o art.º 2.º da proposta com a alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O art.º 2.º colocado a votação, foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 23 votos de abstenção do PS, 2 do BE, 1 do PPM e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Está a votação a proposta de alteração efetuada pela Iniciativa Liberal ao n.º 1 do art.º 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar

Secretário: A proposta de alteração colocada a votação foi aprovada, com 23 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 1 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Está a votação a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS ao n.º 2 do art.º 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada a votação obteve um resultado de empate, com 23 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN, 20 contra do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal e 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos repetir a votação.

Está a votação a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS ao n.º 2 do art.º 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada a votação foi rejeitada novamente com resultado de empate em segunda votação, com 23 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN, 20 contra do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal e 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar o art.º 3.º da proposta, com a alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O art.º 3.º colocado a votação, foi aprovado, com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 23 votos de abstenção do PS, 2 do BE e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Está a votação a proposta de alteração apresentada ao art.º 4.º pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada a votação, obteve um resultado de empate, com 23 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN, 20 contra do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal e um voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos repetir a votação.

Está a votação a proposta do Grupo Parlamentar do PS ao art.º 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada a votação foi rejeitada por resultado de empate em segunda votação, com 23 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN, 20 contra do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal e um voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Está a votação a proposta de aditamento do n.º 2 ao art.º 4.º apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada a votação obteve um resultado de empate, com 23 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN, 20 contra do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal e um voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Repetimos a votação, proposta de aditamento do n.º 2, é uma proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao art.º 4.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada a votação foi rejeitada por resultado de empate em segunda votação, com 23 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN, 20 contra do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal e um voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Está a votação o art.º 4.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O art.º 4.º colocado a votação, foi aprovado, com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 23 de abstenção do PS, 2 do BE e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Passamos ao art.º 5.º.

Está a votação a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista à alínea a) do art.º 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao art.º 5.º, obteve um resultado de empate, com 23 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN, 20 contra do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal e um voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos repetir a votação.

Está a votação a proposta de alteração à alínea a) do art.º 5.º, é uma proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada a votação foi rejeitada por resultado de empate em segunda votação, com 23 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN, 20 contra do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal e um voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista à alínea d) do art.º 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada a votação, foi rejeitada com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 23 votos a favor do PS, 2 do BE e um voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar o art.º 5.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O art.º 5.º colocado a votação, foi aprovado, com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 23 votos de abstenção do PS, 2 do BE e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Está a votação a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao n.º 1 do art.º 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada a votação, foi aprovada com 23 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PPM e 1 do PAN, 20 contra do PSD, 3 do CDS, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal e um voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Coloco à votação o art.º 6.º com esta proposta de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O art.º 6.º colocado a votação foi aprovado, com 23 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 2 votos de abstenção do BE e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Os três próximos artigos, 7.º, 8.º e 9.º, não têm propostas de alteração, pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto.

7.º e 8.º pode ser em conjunto?

Estão à votação os art.ºs 7.º e 8.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O art.º 7.º e o art.º 8.º colocados a votação foram aprovados, com 23 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 2 votos de abstenção do BE e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Está à votação o art.º 9.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O art.º 9.º colocado a votação foi aprovado, com 23 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal, 2 votos de abstenção do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa, pede a palavra para uma interpelação, faça favor.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Ó Sr. Presidente, eu tenho aqui nota de que a proposta de alteração do Partido Socialista ao n.º 2 do art.º 3.º foi reprovada, e, tendo esta proposta sido reprovada, eu penso que a proposta de alteração do Partido Socialista para o art.º 6.º está automaticamente prejudicada, porque nós, não tendo aprovado o n.º 2 do art.º 3.º, a modernização das frotas, não podemos incluir como despesas elegíveis e, portanto, penso que, quando foi reprovada a alteração do Partido Socialista para o n.º 2 do art.º 3.º, terá ficado prejudicada esta alteração do Partido Socialista para o art.º 6.º, que, não tinha detetado, mas penso que não devíamos ter votado. Muito obrigado.

Deputado José Ávila (PS): Não é proposta de eliminação.

Deputado Tiago Branco (PS): O Sr. Secretário estava a dizer que era proposta de eliminação

Presidente: O entendimento que tem a mesa é que não está prejudicada.

Vamos colocar à votação a proposta de alteração, apresentada pela Iniciativa Liberal ao n.º 3 do art.º 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada a votação foi aprovada, com 23 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 2 votos contra do BE e 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Está à votação o art.º 10.º da proposta com essa proposta de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O art.º 10.º colocado a votação foi aprovado, com 23 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 2 votos de abstenção do BE e 1 do Deputado Independente.

Presidente: O art.º 11.º e 12.º não têm propostas de alteração, posso colocá-los à votação em conjunto!?

Estão à votação o art.º 11.º e 12.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos colocados a votação foram aprovado, com 23 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 2 votos de abstenção do BE e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação, efetuada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao art.º 13.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação colocada a votação foi rejeitada, com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 23 votos a favor do PS e 1 do PPM e 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Está à votação o art.º 13.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O art.º 13.º colocado a votação foi aprovado, com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1

do PAN, 23 votos de abstenção do PS, 2 do BE, 1 do PPM e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Está à votação o art.º 14.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O art.º 14.º colocado a votação foi aprovado, com 23 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 2 votos de abstenção do BE e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração, apresentada pela Iniciativa Liberal, ao art.º 15.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada a votação foi aprovada, com 23 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 1 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Coloco à votação a proposta de aditamento do n.º 2 ao art.º 15.º apresentada pela Iniciativa Liberal.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada a votação foi aprovada, com 23 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 1 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Votamos agora o art.º 15.º do diploma com as propostas de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O art.º 15.º colocado a votação foi aprovado, com 23 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 1 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 74/XII foi aprovado, em votação final global, com 23 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 1 voto contra do PPM, 2 votos de abstenção do BE e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Furtado para uma declaração de voto, tem a palavra faz favor.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Embora tivesse anunciado, no início desse debate, que iria votar contra essa iniciativa, no decorrer do mesmo, entendi por bem, e, na minha leitura, interpretar aquilo que deve ser o entendimento de quem poderá beneficiar e da aprovação deste diploma e o entendimento de quem poderá beneficiar da aprovação deste diploma e o entendimento que tenho relativamente a esses players do setor do transporte marítimo, é que os mesmos vão-se abster de fazer investimentos até que o modelo de transportes esteja definido, portanto, abster-se de fazer investimentos, (impercetível 00:50:10) mais avisado, uma vez que o tal estudo ainda não está concluído.

Portanto, ao abster-me em todos os artigos deste diploma e nas votações na generalidade e na votação final global, entendo que é a forma mais correta de refletir aquilo que será o pensamento das pessoas que poderão beneficiar deste modelo, não por ser contra o

facto de ser aqui apresentado um modelo que possa ajudar os players do setor em levar por diante as suas atividades, até porque eu tenho consciência de que a vida dessas empresas tem andado suspensa há muitos anos pelo facto de não estar definido um verdadeiro modelo de transportes marítimos para a Região a nível de tráfego local e por essa razão, é que entendo que a consequência da aprovação desta medida estará sempre dependente da interpretação daquilo que vier a ser o modelo de transportes marítimos que vier a ser definido a partir do estudo, que supostamente, estará pronto no próximo mês. Esta foi a forma que encontrei para refletir o pensamento das pessoas que poderão beneficiar do modelo. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado José Ávila.

(*) Deputado José Ávila (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou favoravelmente esta iniciativa porque viu aprovadas algumas alterações que apresentou na especialidade, e, que não podíamos abdicar.

Estas alterações melhoraram a proposta e garantem o que achamos ser fundamental, ou seja, que fique bem explícito que o abastecimento e as exportações das ilhas se faça também a partir de Lisboa, Leixões e Madeira.

Também fica garantido uma das necessidades que nós já tínhamos visto aprovado no passado, mais propriamente em 2020, ou seja, o apoio às empresas de tráfego local, que muito precisam.

Também entendemos que qualquer alteração ao atual modelo da cabotagem insular, que, como se sabe, não tem custos para a Região, terá de ser comprovadamente melhor e não pretensamente melhor.

O alto interesse das pessoas das ilhas não se compadece com experiências nem com o mudar, apenas porque sim, muito obrigado.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do PSD votou favoravelmente o diploma, votou favoravelmente as alterações apresentadas pela Iniciativa Liberal e votou contra as alterações apresentadas pelo Partido Socialista, o que importa da aprovação deste diploma é um instrumento que fica disponível para as empresas de tráfego local, sejam as existentes, sejam outras que eventualmente queiram operar no mercado da Região, sendo certo que, todas as implicações das alterações aqui efetuadas não alteram o modelo de obrigações de serviço público, aprovado por Decreto-Lei e que só terá qualquer alteração na

sequência do estudo que venha a ser entregue ao Governo e do qual o Governo concorde, depois da necessária discussão e que implica alterações que sejam benéficas para aquilo que são os objetivos da melhoria do sistema de transporte de mercadorias.

E, portanto, nesse sentido, houve uma alteração apresentada e que foi aprovada, mas que, na prática, a alínea a) do n.º 2, na prática não tem qualquer implicação, porque ela já está contemplada num Decreto-Lei e só através de outro Decreto-Lei é que poderia ser alterada, de qualquer maneira, importa-nos aqui, sobretudo um novo instrumento que está ao serviço das empresas de tráfego local e que terão agora a possibilidade de um apoio que não será totalmente em 2023, mas que será a partir de 2023, com a verba que já está inscrita e que possa, de facto, permitir a renovação da frota de tráfego local, melhorando o mercado interno e corrigindo assimetrias e desigualdades que já existiam há muitos anos e que nunca foram contempladas pelos Governos anteriores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos das bancadas da Coligação e de alguns Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto. Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Foram feitas alterações, que foram aqui aprovadas, com o voto favorável do PPM, que garantem que o modelo centralista não irá vingar.

Também, esta é a oportunidade de recordar aqui aquilo que eu escrevi há 13 anos, ...

Deputado Berto Messias (PS): Mas isso não é fiável, tendo em conta as suas declarações 3 dias antes das eleições.

O Orador: ...no âmbito de uma interpelação parlamentar que fiz na altura.

Mas a racionalidade económica, a vocação estratégica, ou simples Lei do mercado, o que ditou a identidade e a localização das plataformas comerciais hegemónicas, foi a vontade e a capacidade de impor um paradigma de centralidade, repito, ...

Deputado Berto Messias (PS): Você e os seus artigos!

O Orador: ... o que impôs foi a vontade e a capacidade de impor um paradigma de centralidade, uma centralidade que prosperou graças à dominação das periferias dominadas, uma centralidade que reforçou as suas valências tecnológicas em detrimento dos portos secundários nos territórios polarizados.

Depois disse, no entanto, nenhuma das circunstâncias que implique, explique o recurso a plataformas logísticas se verifica nos Açores nem a vontade do mercado, nem os operadores, nem as distâncias, nem o custo dos fretes, e muito menos a saturação lojista.

Por isso, Srs. Deputados, a coerência do PPM nesta matéria é total, não mudei a minha opinião, sou contra a centralidade.

Esta proposta, que a Iniciativa Liberal aqui nos apresentou, tinha esse pecado original, eu sou incapaz de deixar essa porta aberta e votar a favor de uma iniciativa que tinha esse propósito, um propósito confessado, por isso votei contra e mantive essa votação, apesar das alterações que já me sossegam muito mais que foram introduzidas e de outras, que foram pura e simplesmente eliminadas e até algumas alterações no âmbito do preâmbulo que foram efetuados pelo proponente.

Mas, seja como for, eu quero que fique aqui bem vincada por parte do Grupo Parlamentar do PPM, a oposição a qualquer modelo que imponha uma centralidade artificial nos Açores.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Talvez fosse útil reler o que escreveu há 2 anos atrás!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto. Não havendo damos por encerrado este ponto e vamos fazer um intervalo, regressamos às 18h15.

Intervalo às 17h55

Os trabalhos recomeçaram às 18h20

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Vamos entrar no ponto 4. da nossa agenda - **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 44/XII – “Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2010/A, de 23 de fevereiro, que estabelece o sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis da Região Autónoma dos Açores – PROENERGIA”**, é uma iniciativa apresentada pelo Governo Regional dos Açores, para apresentar a iniciativa tem a palavra a Sra. Secretária do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Presidente, o Governo apresenta a esta Câmara uma Proposta de Decreto Legislativo Regional, que, procede à alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2010/A de 23 de fevereiro, que estabelece um sistema de incentivos à produção de energia designado por PROENERGIA.

Esta alteração consiste no aditamento de um novo artigo, o art.º 8.ºA, que introduz um aumento na comparticipação dos sistemas de armazenamento quando estes forem adquiridos com o objetivo de complementar os sistemas solares fotovoltaicos incentivados no âmbito do SOLENERGE.

Propõe-se que este incentivo revista a forma de subsídio não reembolsável, correspondente a 85% das despesas elegíveis até ao máximo de 4 mil euros por fogo ou estabelecimento, não havendo lugar a majorações.

Gostava de recordar que quando aqui discutimos o diploma que instituiu o SOLENERGE, que criou o sistema incentivos SOLENERGE, se debateu a situação de dever ou não participar igualmente, para além dos sistemas

de fotovoltaicos, sistemas de armazenamento, vulgarmente designados por baterias, nessa altura foi explicado por nós que sendo o SOLENERGE participado pelo PRR, ou seja, criado ao abrigo do PRR, tínhamos metas muito rigorosas a cumprir e essas metas tinham a ver com a produção, um aumento de produção de 12.6 megawatts e essa meta teria que ser atingida até 2025.

Se desviássemos verbas para além do SOLENERGE, ou seja, do PRR para as baterias, podíamos correr o risco de não atingir a meta do aumento de potência contratada, ou seja, assumida perante a entidade de gestão do PRR. Também nessa altura ficou o compromisso do Governo de fazer uma alteração ao PROENERGIA para considerar uma majoração das baterias associadas aos investimentos participados pelo SOLENERGE.

É isso que estamos aqui a fazer e nesse sentido, estamos a cumprir a palavra dada nessa altura de fazer uma majoração de 85% para as

baterias que vierem a ser adquiridas pelos mesmos investidores que concorrerem ao SOLENERGE.

Basicamente é isto, Sr. Presidente, este art.º 8.ºA, que é proposto pelo Governo ser aditado ao diploma do PROENERGIA.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra., Secretária Regional. Estão abertas as inscrições. Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

(*) Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Todo o trabalho que foi feito anteriormente por Governos do Partido Socialista foram enquadrados na sua política energética, vejamos, a própria criação do PROENERGIA 2010, assim como, as alterações e as revisões feitas posteriormente, que levaram a um aumento de produção de energia com recurso a recursos renováveis, a partir deles, e, também assim com a redução de consumos de combustíveis fósseis, contribuindo assim para que a Região alcançasse os patamares invejáveis que estavam previstos.

Foi também nos Governos do Partido Socialista que foram feitas várias promoções de eficiência energética, vejamos a Freguesia mais Eficiente, Programa Integrado de Eficiência Energética das IPSS's, Programa de Eficiência Energética na Administração Pública e os Programas de Eficiência Energética nas Escolas, ainda mais todo o

investimento que foi feito em várias ilhas dos Açores na área das energias renováveis.

Na apresentação do SOLENERGE pelo Governo Regional, no valor de 19 milhões de euros, proposta que foi melhorada pelo Partido Socialista nesta Casa, foi realçada a necessidade dos sistemas de armazenamento para o excedente da energia, pela qual os equipamentos adquiridos depois teriam um desperdício e seria também um desperdício do investimento que será feito nesta área da energia.

Assim, surge, realmente como compromisso esta adaptação da PROENERGIA.

Em declarações do Governo Regional, em abril de 2022, podemos ler, com a aprovação do SOLENERGE, o atual e vou passar a citar, *o atual Governo dá largos passos no âmbito da redução de dependência energética ao mesmo tempo que promove a diminuição de custos com a fatura energética das famílias e empresas.*

No entanto, a 5 de março de 2023, e, através do Diário dos Açores, ficámos a saber o aumento do consumo de energia em 2022, em relação ao mesmo período transato e com o aumento da produção, com destaque para a térmica, também para a geotérmica, mas com diminuição de todas as outras fontes de energia, ainda em declarações do Governo Regional e quando a disponibilização do incentivo SOLENERGE em setembro de 2022, foi destacado o caráter

ambicioso e apelativo do sistema de incentivo para persecução da tão desejada e inadiável transição energética dos Açores.

Pois então vejamos, infelizmente, é o próprio atual Governo Regional que atrasa a tão desejada transição, seja no atraso da análise das candidaturas do SOLENERGE, e, já várias vezes indicado, dificultando que o processo, mais do que a própria Lei implica, pedindo até atualização de certidões permanentes, uma vez que quando pegam na análise as certidões permanentes já passaram da validade, com candidaturas que deram entrada em setembro e certidões permanentes pedidas em fevereiro de 2023, porque já passaram da validade ou então nos atrasos das próprias candidaturas da PROENERGIA, com, vejamos, prazos de análise de 11 meses, existem candidaturas que entraram em março de 2022 e foram aprovadas em fevereiro de 2023.

Assim, Sra. Secretária, não conseguimos alcançar nada.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

A Oradora: Também não conseguimos alcançar metas na área de energias renováveis, quando tem taxas de execução de 2022 da eficiência energética em 1.6%, sim, não me enganei, são 1.6, temos execuções de 627 mil euros em quase 40 milhões de euros em Orçamento, 600 mil para quase 40 milhões.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

A Oradora: Assim e atendendo à conjuntura atual e todos esses atrasos consecutivos, as famílias e as empresas açorianas têm sido penalizadas em muitos meses considerando assim, o Partido Socialista, ser necessário reduzir as taxas de esforço...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Também!

A Oradora: ... nos investimentos a desenvolver com aproveitamento destes fundos que estão disponíveis e, assim, reduzir também a sua fatura mensal, contribuindo para mais verba para o dia a dia e para os bens essenciais.

Esta proposta de alteração, que depois deu entrada pelo Partido Socialista é o que traduz o que o Partido Socialista faria se fosse Governo, ou seja, aumenta em 10 pontos percentuais os incentivos do PROENERGIA até 31 de agosto de 2025 e depois com as respetivas majorações que existem atualmente no PROENERGIA, considerando-se que este aumento poderia ser superior, claro que sim, mas apresentámos o que consideramos ser uma proposta responsável.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: Num caso prático, vejamos, o que é que esta diferença fará, uma bomba de calor de 300 litros que dá para uma família de 6 pessoas em Santa Maria ronda, com IVA incluído, 2 mil e 900 euros, esta proposta faz com que este aumento de 10 pontos percentuais, fará com que, nesse período indicado, uma família possa ter uma boa poupança de 300 euros daquilo que seria o atual PROENERGIA, se

formos somar depois estamos a incentivar a aquisição destes sistemas e, que depois levará também à poupança do consumo de gás, que teria e que será poupado.

Mas ainda mais, consideramos que na conjuntura atual, que as famílias tenham acesso ao incentivo antes de poder fazer a aquisição dos sistemas, isto porquê? Cada vez mais, e, agora consideramos que este valor que é necessário ter para o investimento poderá não ser possível para qualquer família e por isso, consideramos que o ponto que é apresentado pelo Governo Regional e restringido apenas ao novo art.º 8.ºA, que apresentam para sistemas de armazenamento possa ser transversal e ser a todo o PROENERGIA, isto porquê?

Vamos novamente a um exemplo básico, o que uma família para uma bomba de calor de 300 litros que seria 2 mil e 900 euros no PROENERGIA atual, aplicar os 2 mil e 900 euros, atualmente e com esta proposta que apresentámos pagaria apenas 1305 euros...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso ainda é muito!

A Oradora: ... O que consideramos uma maior acessibilidade das famílias, assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, considera esta mais uma ajuda para as famílias açorianas que poderá diminuir o seu consumo em combustíveis fósseis, mas acima de tudo, aumentar a sua poupança para que possa ter disponível toda a possibilidade para os bens essenciais, mas também para alcançar as metas energéticas para a Região Autónoma dos Açores. Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Freitas.

(*) Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Primeiro, nesta minha intervenção, gostava de congratular a Sra. Secretária por mais uma vez, palavra dada, palavra honrada, um valor que muito se deve prezar na nossa sociedade pelo compromisso assumido.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Segundo, também congratular pela excelente medida que o Governo traz hoje a esta Assembleia, que vem em linha de conta também com o Programa do Governo para esta legislatura, neste caso concreto, mais uma medida que visa contribuir para o aumento da independência energética da nossa Região e, com isso, também reduzir as emissões com gases de efeito de estufa, como forma também de combater as alterações climáticas, promovendo deste modo a transição energética.

De um modo geral com esta proposta de alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2010/A e, como disse a Sra. Secretária,

muito bem, referente ao PROENERGIA, o Governo Regional pretende uma complementaridade ao Decreto Legislativo Regional referente ao SOLENERGE, como forma de aumentar a comparticipação dos sistemas de armazenamento, neste caso as baterias, para 85%, o que é muito significativo, das despesas elegíveis até um máximo de 4 mil euros para pessoas singulares, coletivas, que tenham adquirido os sistemas solares fotovoltaicos no âmbito do SOLNERGE.

Deste modo a alteração que agora se pretende implementar, para além de otimizar o sistema de incentivos à produção de energia na nossa Região, introduz também um aumento da comparticipação do armazenamento da mesma e é com satisfação que vamos sentindo que da parte da população, a população está cada vez mais consciencializada com esta matéria em termos de transição energética, ...

Deputado Tiago Branco (PS): Esse programa também já está rasgado!

O Orador: ... como prova a quantidade de candidaturas feitas ao SOLNERGE nos últimos meses, em todas as ilhas, tanto por famílias como também por empresas.

Importa referir também que aquando da apresentação do DLR referente ao SOLNERGE alguns partidos aqui representados faziam questão de querer incorporar no mesmo diploma a aquisição de

baterias, na altura, o PSD alertou que não fazia sentido e até desvirtuava o próprio diploma, uma vez que podia-se correr o risco de não cumprir as metas exigidas do PRR e, exemplo disso são as mais de 2 mil intenções de investimento até ao momento, com incentivo aprovado de mais de 2,5 milhões de euros na nossa Região, representando uma potência aprovada de mais de 2000 quilowatts.

E, a verdade então que, deste modo, acho que este é que é o caminho, com esta proposta de alteração, fica, mais uma vez vincada a grande aposta deste Governo em termos de sustentabilidade energética em prol das famílias, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... das empresas e também do ambiente. Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Esta proposta de Decreto Legislativo Regional altera o PROENERGIA no sentido de permitir a aquisição de sistemas de baterias para efetivamente, como já foi referido, para poderem ser

integrados nos sistemas de painéis solares, por exemplo, que são financiados através do programa SOLENERGE aqui aprovado nesta Casa.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Só para gente rica!...

O Orador: E efetivamente esta questão do SOLENERGE e a sua execução neste momento também importa, exige que se faça não só uma reflexão sobre os dados que já existem, mas também algumas questões que, na nossa opinião, devem ser respondidas pelo Governo. Em primeiro lugar, como é óbvio sobre a proposta em si, não há muito a apontar.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Oh!

O Orador: Ela faz sentido, como é óbvio, embora considerássemos, como consideramos na altura, a questão do financiamento das baterias poderia ter sido acautelado no próprio SOLENERGE, isto porque não o fazendo, nós estamos, por um lado, a desperdiçar recursos, nesse caso, painéis solares que muitas vezes ou que em muitas instalações estarão a receber luz solar, mas, cuja energia será totalmente desperdiçada e, isso significa que parte do investimento que a Região faz é efetivamente desperdiçada, mas não é suficiente, não são essas apenas as questões que devem ser respondidas.

O último relatório do SOLENERGE, de fevereiro, o relatório de execução, refere que apenas 0,7% das candidaturas estão concluídas, 14 das 1108, são os dados que estão no relatório.

O SOLENERGE tem como objetivo a redução da dependência energética do arquipélago, diminuição de custos com a fatura energética das famílias e a mitigação da pobreza energética e, faço referência muito clara a esta questão, mitigação da pobreza energética, assim como a melhoria da qualidade ambiental e o reforço da posição dos Açores como destino sustentável, embora esta questão seja um pouco utópica.

No entanto, há, como é evidente, com o relatório de execução, atrasos na análise dos processos, na emissão de parecer pela Direção Regional de Energia, que tem contribuído para os constrangimentos na execução destes objetivos, em particular naquele que referi há pouco a resposta à pobreza energética e na diminuição de custos com a fatura energética.

Eu recordo que o art.º 2.º do SOLENERGE estabelece como princípio geral o acesso universal em condições de igualdade, porém, a interpretação que é feita da legislação, assim como a sua regulamentação, que já foi da responsabilidade do Governo, coloca na mão das empresas instaladoras a possibilidade desse princípio não ser cumprido, uma vez que o pagamento do incentivo é feito após a instalação do sistema fotovoltaico e é assim que as empresas estão a comunicar aos seus clientes.

Apesar de ter sido aprovada uma proposta de alteração, aliás, havia várias, o Bloco de Esquerda tinha uma, foi aprovada uma da Iniciativa

Liberal que previa a consignação e, Sr. Deputado Nuno Barata poderá corrigir-me, se eu estiver a cometer alguma incorreção, mas tinha o objetivo exatamente de evitar esta situação, de que as pessoas tivessem que adiantar o valor ou parte dele ou a totalidade até para conseguirem aceder ao apoio, e é isto que está a acontecer.

Este adiantamento não é um adiantamento de algumas centenas de euros, que para muitas famílias já seria difícil, estamos a falar de adiantamento de vários milhares de euros, que até prova da instalação, para que depois tenham o reembolso por parte da Direção Regional da Energia.

Esta situação como não é difícil de perceber e como nós alertamos no debate sobre o SOLENERGE, gera uma enorme desigualdade social e uma enorme desigualdade no acesso a este apoio, que tem como princípio o acesso universal em condições de igualdade e tem como objetivo a redução da pobreza energética.

Se as pessoas com menores rendimentos não podem aceder a este apoio, como é que esse objetivo é cumprido? Nós não estamos a ver Sra. Secretária, e a forma como o Governo regulamentou e a forma como está a permitir que as empresas interpretem a legislação e a regulamentação levam a que este apoio seja para quem tem recursos e já pode adiantar 4, 5, 6 mil euros de uma vez só. E, eu pergunto, quantos açorianos e açorianas é que têm, ainda por cima neste momento, 4 mil euros para adiantar? Quantos? Haverá quem tenha,

mas não são aqueles que sofrem com a pobreza energética e aquilo que se está a fazer é efetivamente criar desigualdades em cima de desigualdades, porque quem tem mais rendimentos terá menor fatura elétrica, quem tem menos rendimentos continuará a pagar a fatura que já paga e é cada vez mais alta.

E, neste sentido, eu gostaria que o Governo esclarecesse algumas questões, em primeiro lugar, se existe alguma exigência por parte da Comissão Europeia, entidade, obviamente, que gere o PRR, que impossibilite o pagamento do incentivo antes da prova de instalação ou se essa é uma opção do Governo?

Por outro lado, gostaria de perguntar se é possível a existência da divisão por tranches do pagamento do incentivo? Que poderia contornar esses problemas que há pouco referi.

E, mais a finalmente, tendo em conta que há cerca de 75 desistências, o que é relevante, quais são os motivos mais invocados por essas desistências, se é que o Governo tem esses dados? Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Governo Regional apresenta-nos aqui uma proposta de alteração ao diploma do PROENERGIA, cumprindo com um compromisso que foi firmado nesta Assembleia.

E, portanto, compromisso assumido, compromisso executado.

Trata-se daquilo que foi assumido na altura que é pagar através do PROENERGIA a aquisição das baterias complementares aos sistemas fotovoltaicos adquiridos através do sistema do SOLENERGE.

E, portanto, a alteração é uma alteração simples, não tem problema nenhum de interpretação e, portanto, é uma proposta que nos parece que não terá grandes dúvidas ou não levantará grandes dúvidas à Câmara, no entanto, as intervenções que me precederam essas merecem alguns reparos, nomeadamente a intervenção do Sr. Deputado António Lima, quando refere que, não se compreende, porque é que esta aquisição, o apoio à aquisição das baterias é feito a partir deste diploma ou deste sistema de incentivos e não diretamente do SOLENERGE, bom, na altura em que o SOLENERGE esteve aqui, foi apresentado aqui pelo Governo, foi bem explicitado e repetido inúmeras vezes que o valor atribuído a cada candidatura resultava de uma fórmula matemática muito simples que era dividir a dotação orçamental pelo compromisso que estava assumido de produção de 12,6 megawatts de energia e, portanto, de uma regra de três simples, a 12,6 megawatts correspondem muitos milhões de euros que dividindo por cada quilowatt, dá o valor que está definido no SOLENERGE e, portanto, não percebemos porque é que o Bloco de Esquerda continua a insistir na argumentação de que as baterias deviam ser pagas pelo SOLENERGE em vez de serem pagas por aqui.

Depois, o Bloco de Esquerda também, porque gosta, gosta de insistir neste tipo de argumentação, traz-nos aqui outra vez, o discurso dos coitadinhos e dos pobres e dos excluídos, porque esses depois não vão ter capacidades de chegar a estes incentivos, porque depois eles adquirem os sistemas fotovoltaicos a custo zero através do SOLENERGE, mas têm que pagar 15% do custo das baterias...

Deputado António Lima (BE): Não é só 15%.

O Orador: ...ora, no SOLENERGE estão definidas normas que balizam a potência que cada promotor pode instalar, eu sei que o Sr. Deputado António Lima não lhe interessa que isto seja dito porque vai estragar, vai estragar...

Deputada Vera Pires (BE): O que está estragado é o seu raciocínio!

O Orador: ... a sua argumentação, mas temos pena, Sr. Deputado, temos muita pena, o SOLENERGE estabelece regras quanto ao limite que cada promotor pode instalar, essa regra é muito simples, a potência da instalação deve estar adequada àquele que é o consumo nominal que esse promotor já tem em termos de energia elétrica, permitindo-se ali uma margem, uma margem de segurança e, portanto, a haver acumulação de energia ou excesso de produção de energia para acumular em baterias será exatamente nessa faixa da margem.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E, portanto, não é necessária, aliás, como ficou bem demonstrado no debate do SOLENERGE, não é necessário o sistema de baterias, porque o sistema do SOLENERGE está desenhado para a produção de energia...

Deputada Vera Pires (BE): Assim não faria sentido!

O Orador: ... e o seu imediato consumo nos eletrodomésticos, que na maioria das nossas casas, consomem energia durante todo o dia e, portanto, o SOLENERGE não permitindo uma produção de energia que exceda em muito a capacidade de gasto, não faz muito sentido a aquisição e a adição de baterias a este sistema

No entanto, o Governo acedeu aos argumentos aduzidos aqui na Assembleia, comprometeu-se em arranjar um sistema de incentivos, introduziu esse sistema de incentivos, tal como já tinha nesse debate assumido no diploma do PROENERGIA e aqui está, portanto, a proposta parece-nos que não há dúvidas a colocar relativamente àquilo com que o Governo se comprometeu e agora materializa, o que também vem contra aquele que tem sido o argumento aduzido pelo Partido Socialista nos últimos dias ou nas últimas semanas de que este Governo é só um Governo de trapalhadas,...

Deputado Berto Messias (PS): O PS não precisa de dizer nada.

O Orador: ... é só um Governo de incapacidades, pois bem, está aqui provado que não há a trapalhada nenhuma, não há incapacidade nenhuma, portanto, o Governo é perfeitamente capaz de governar e de

cumprir os seus compromissos, está aqui por muito que isso incomode à esquerda. Relativamente às propostas de alteração feitas pelo Partido Socialista, Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, eu gostaria que me esclarecesse o seguinte, ao retirar o ponto 2 da proposta do Governo do art.º 8.ºA e fazendo um artigo novo com esse ponto, está o Partido Socialista a prever que este processo de pagamento se aplique a todos os incentivos que estão plasmados no PROENERGIA ou apenas e tão só ao sistema de baterias, porque eu percebi que há aqui uma preocupação de logística, mas para além da logística, temos que definir se foi apenas e só logística, e nesse caso, é preciso corrigir a redação do artigo ou se também foi uma intenção deliberada do Partido Socialista de estender este método de pagamento ou de reembolso a todos os incentivos que o PROENERGIA contempla.

E de momento são estas as considerações iniciais...

Deputado João Vasco Costa (PS): Iniciais?!

O Orador: ... para este debate. Muito obrigado.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e de alguns Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sra. Secretária Berta Cabral nunca desilude, V. Exa. nunca desilude.

A questão é que temos o Governo Regional, a coligação, tem uma estratégia nesta área e a estratégia é aumentar a independência energética da Região.

E a estratégia é diminuir a redução da emissão de gases de efeito de estufa.

E a estratégia é aumentar, também, a capacidade, aquilo que temos vindo a fazer, aquilo que temos vindo a fazer nos grandes sistemas de produção que temos vindo a implementar nas diversas ilhas, com um investimento nunca visto.

Deputado Berto Messias (PS): Oh Srs. Secretários ânimo, os senhores estão aí tristes!

O Orador: Investimento nunca visto na Região Autónoma dos Açores. Aquilo que temos vindo, olhe inclusivamente, não posso falar nesta matéria sem lhe dizer a alteração...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Pode, ou não pode?

O Orador: ... que foi para a ilha do Corvo finalmente ser contemplada também nesta matéria ou também, por exemplo, o aumento tão substancial de produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis no conjunto das nossas ilhas, com um investimento absolutamente colossal...

Deputado Berto Messias (PS): É um disparate, basta ver o relatório de execução. Até me vêm as lágrimas aos olhos!

O Orador: ... do ponto de vista do ponto de vista do esforço que vai ser feito pela Região e pela EDA.

Bem, o que quero aqui dizer, vejo muita agitação nas bancadas do Partido Socialista, ...

Deputado Berto Messias (PS): Um disparate!

O Orador: ... tiveram uma satisfação momentânea, mas agora são as agruras da política e, portanto, V. Exas. pensavam que tinham o rebuçado, mas agora é preciso retirar o papel, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Deputada Joana Pombo (PS): Não se engasgue!

O Orador: ... por isso, como é evidente... engasguei-me, porque realmente o Sr. Deputado teve um aparte com muito sentido de humor, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): O que é que foi?

O Orador: ..., mas que eu não posso aqui replicar no discurso que estava a fazer.

Mas a questão fundamental é que isto são reformas muito consideráveis, agora também na área do autoconsumo e na área do autoconsumo, é necessário também que as propostas que estão a ser implementadas pelo Governo tenham a racionalidade que é necessária e que sejam feitas de forma absolutamente lógica, foi o que foi feito, num primeiro momento, através da aquisição de equipamentos de produção e neste segundo momento, através do armazenamento da

produção, portanto, capacidade de produção, temos que incrementar, e, isso está a ser feito por parte do Governo Regional, incrementar a capacidade de produção a nível do autoconsumo e agora também que exista a capacidade de armazenamento que nos permita chegar mais longe, ser mais ambiciosos.

E, por isso, este conjunto de reformas que estão a ser implementadas em apenas dois anos, que são muito ambiciosas, que são de carácter sistémico, mas também que chegam às nossas famílias...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... de forma concreta, é algo que está a mudar, completamente, o paradigma nesta matéria.

E, estamos corretos naquilo que estamos a fazer, porque o se que se tem vindo a demonstrar é que, neste contexto tão difícil do ponto de vista energético, com as dificuldades causadas pela guerra, pela instabilidade dos mercados energéticos, termos o aumento da nossa capacidade de autossuficiência nesta matéria, de aumentar as nossas capacidades, nós que vivemos numa periferia, nos tornar-nos menos dependentes do ponto de vista energético e também nouro conjunto de matérias em que é necessário aumentar a autossuficiência do nosso arquipélago, é o caminho correto e, portanto, temos aqui, já não como tínhamos anteriormente, um conjunto de afirmações, de exclamações, o que temos aqui é a concretização de políticas que têm um efeito concreto nas famílias...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e é por isso que considero que esta iniciativa é muito meritória e que com certeza, terá o apoio mais ou menos relutante de V. Exas.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e de alguns Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(* Deputado José Pacheco (CH): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

De forma rápida, simples e clara, este foi um compromisso assumido perante aqui, os açorianos e o Parlamento, ao Parlamento e aos açorianos, como queiram, está a ser cumprido, muito bem, é isto que nós precisamos, é andar para a frente, obviamente, cada um depois há de fazer as continhas, se vale a pena vender à rede ou se vale a pena acumular, enfim, isto é a vida de cada um, cada um vai, eu, enfim, tenho estudado um pouco isso, como curioso, às vezes chego à conclusão que se calhar mais vale mesmo é vender à rede, há também uma coisa que se fala muito pouco, que é a energia eólica que também os sistemas podem ser mistos, já estão a preços bastante convidativos, já nos permite ter em casa também alguma coisa disto, obviamente,

quem acha que deve ter uma bateria, pois há de ter uma, uma não, vai ter que ter muito mais que uma.

Pois está bem, da parte do CHEGA, sim, Sra., Sra. Secretária, muito obrigado por ter cumprido este compromisso e é isto, como já se dizia hoje, é isto, em cada medida vamos analisando o que é bom para os açorianos, é bom para todos nós. Está dito!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Pedro Pinto, deixe de chamar coitadinhos aos açorianos e açorianas, porque é isso que o Sr. fez, mais uma vez nesta Casa, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não, não, isso é o que V. Exa. faz em cada uma das suas intervenções

O Orador: ... que é dizer que há açorianos que são coitadinhos, não são coitadinhos, são açorianos e têm o mesmo direito a aceder a este apoio, aqueles que ganham o salário mínimo do que aqueles que ganham 4 ou 5 mil euros, têm exatamente o mesmo direito.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ninguém lhe está a tirar o acesso ao apoio.

O Orador: E é isso que esse que esse apoio e a forma como está a ser implementado está-lhes a ser vedado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O senhor está a mentir deliberadamente! Repetir a mentira não a transformará em verdade!

O Orador: E, Sr. Deputado, acha que adiantar 50% de um apoio é pouco?

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): São 85%, pelo menos aprenda a ler a proposta!

O Orador: Sabe qual é o valor, o que é que representa esses 50%, pode representar 4 mil euros ou mais, o Sr. tem 4 mil euros para adiantar? Provavelmente tem, há muita gente que não tem nem sonha ter, nem sonha ter.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Solenerge, a fundo perdido, qualquer cidadão se pode candidatar, Sr. Deputado!

O Orador: Por isso, Sr. Deputado, não é um apoio de modo algum justo...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Não é verdade!

O Orador: ... a forma como o Governo está a implementá-lo e se o Sr. acha que isso é combater a pobreza energética, estamos conversados, vamos combater a pobreza energética, atribuindo um apoio a quem não sofre pobreza energética, é isso que o Sr. quer?

Este apoio tem como princípio, o acesso universal em condições de igualdade, o SOLENERGE tem como princípio o acesso universal em condições de igualdade, qual é a igualdade quando pedem a alguém para adiantar 4 mil euros? Para quem não tem, não é igualdade, como

é óbvio, e há muita gente que está a desistir do apoio, está a desistir da candidatura porque não consegue de modo algum garantir estes adiantamentos.

Ora, não foi, muitas vezes fala-se do espírito do legislador, ora o legislador está aqui, foram estes mesmos Deputados que aprovaram aquele Decreto Legislativo Regional, e, julgo eu que ninguém me poderá desmentir, se o objetivo que foi introduzido com propostas de alteração, não era evitar estes adiantamentos, era evitar, sim, Sr., era evitar que quem não tem o dinheiro para adiantar ficasse de fora do apoio e, se soubéssemos que era para executar desta forma, naturalmente, o nosso sentido de voto, não teria sido aquele que foi. Mas já percebemos que confiar no Governo é coisa impossível...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: ... é que nem cumprir o que os Decretos Legislativos Regionais dizem, o Governo faz, é que já nem sequer a Lei e a letra da Lei e já nem falo do espírito, o Governo cumpre, e, isso é lamentável, muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado António Lima, como eu estava dizendo aqui em aparte, não é por V. Exa. reiterar uma mentira sistematicamente que vai transformar isso numa verdade, acabou de dizer que o SOLENERGE tem uma percentagem de 85% e, portanto, por causa dessa percentagem, exclui as pessoas.

Sr. Deputado, se V. Exa. se dessem ao trabalho de ler as iniciativas, já teria percebido há muitos meses que o SOLENERGE é a fundo perdido, 100%. Os promotores não têm que entrar com dinheiro, é aqui, neste diploma que está hoje em debate, esta alteração que o Governo apresenta ao PROENERGIA, aqui é que tem uma percentagem, 85% e, a percentagem é para as baterias, para os sistemas fotovoltaicos é no SOLENERGE e é a 100%, pare de mentir!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Tem que pagar para receber o reembolso!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Finalmente vem o apoio às baterias, o apoio às baterias ou as baterias serem elegíveis nos sistemas fotovoltaicos, que foi uma luta desde a primeira hora, desde a entrada desse diploma, quando ele entrou aqui o ano passado com um pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, foi desde a primeira hora e eu fui o primeiro a apresentar propostas de alteração no sentido de incluir baterias.

Levou 1 ano, quase um ano, mas cá está, é pena que levasse tanto tempo, e, é pena que levasse tanto tempo e por falar em tanto tempo, é com bastante tristeza quando vi recentemente o relatório de execução da aprovação das candidaturas, vejo que a aprovação das candidaturas tem sido, permitam-me o termo, “lastimável”, porque o tempo passa e desde a aprovação dessa iniciativa até ao momento, o tempo que já se passou e as candidaturas que estão pendentes é um assunto de tal forma trágico, permitam-me, que leva-me a crer que ao fim dos 4 anos, a execução vai ser baixíssima.

A taxa de aprovação de candidaturas, das que já entraram, mesmo que não entrasse mais nenhuma, as que já entraram era mais do que suficiente para os 4 anos, ao ritmo que se tem aprovado, isto é bastante grave, Sra. Secretária, eu vou-lhe dar um conselho, a Sra. permita, isso é uma graçola agora, a Sra. permita-me, as ingerências que existem nesse Governo que também sejam da sua Secretaria, para que funcione melhor, portanto, com mais ingerência, pode ser que haja mais alguém que se disponibilize, não para destruir, mas para construir, para

aprovar mais candidaturas, para que mais pessoas possam aceder aos equipamentos, independentemente de terem acesso direto dos 4 mil euros próprios ou não, para sinalizarem o negócio, será sempre uma iniciativa injusta, eu disse isso na altura, quando tentaram introduzir elementos que pudessem permitir o acesso a todos, eu sempre disse que isso ia ser um modelo injusto, porque há casas que tem sombreamentos em que os painéis fotovoltaicos não são passíveis de serem instalados, há casas que têm telhados de difícil instalação de painéis, há instaladores que vão sempre preferir instalar na casa “x” onde tem uma laje plana, onde facilmente se instala painéis em detrimento de outra candidatura que tem trabalhos de telhado complicados para fazer, portanto, será sempre um sistema injusto.

Mas dentro da injustiça, que vai sempre existir, que haja pelo menos a justiça, Sra. Secretária, isso é um apelo, que procure a todo o custo aligeirar a aprovação das candidaturas, para que as pessoas tenham acesso a isso, porque senão os 19 milhões, creio que é essa a verba adstrita para os 4 anos, os 19 milhões vão-se perder, a oportunidade de criar mais autonomia energética nas famílias e nas empresas e nas instituições, vai-se perder por falta de capacidade de aprovação das candidaturas.

Sra. Secretária, permita-me que lhe faça essa observação ao ritmo que tem sido aprovado candidaturas e já tem candidaturas até se calhar para 12 anos e são só 4, é observação que faço, ...

Deputado Carlos Silva (PS): É o novo paradigma!

O Orador: ... de resto, esperemos que os 85% que faça face às necessidades das baterias, pelo aquilo que eu entendo em termos do custo médio comercial, poderá ser uma solução que se enquadra naquilo que é a produção de energia a nível doméstico, agora, sinceramente, a falha mesmo Sra. Secretária, a falha mesmo é a taxa de aprovação das candidaturas. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Julgo eu que o Sr. Deputado Pedro Pinto não deve estar a perceber bem o que é que eu estava a dizer e vou repetir.

Deputado João Bruto da Costa: Vai repetir ou tentar explicar?

O Orador: Os 4 mil euros de que falava, vou repetir, porque às vezes para algumas pessoas é preciso repetir, ...

Deputado João Bruto da Costa: Talvez se fosse menos arrogante!

O Orador: ... os 4 mil euros que falava são adiantamentos que o SOLENERGE está a exigir, e, já agora, com o apoio das baterias, as pessoas terão que adiantar, terão que avançar com uma parte do valor, que é muito considerável, juntando 4 mil euros de adiantamento, que naturalmente esses 4 mil euros serão ressarcidos, mas é preciso tê-los

em dinheiro vivo para adiantar, talvez não tenha percebido essa parte e há muita gente que não tem, não tem para comer, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não tem para comer, mas tem para pagar... Uma demagogia barata!

O Orador: ... essa é a parte que o Sr. talvez não esteja a perceber que há pessoas que não têm.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): A gente já vai falar de quem não tem!

O Orador: E as baterias, um sistema de baterias, tenho aqui um orçamento pode custar 11 mil euros, a parte que cabe ao beneficiário, serão cerca de 2 mil euros, juntando os 15% mais o IVA, não é coisa pouca, ou seja, nós estamos a falar aqui de valores muito consideráveis, porque as pessoas na mesma têm que avançar, uma parte que têm que avançar e não terão a devolução e na parte do SOLENERGE têm que adiantar naturalmente, porquê? Porque as empresas estão a interpretar com o aval do Governo a legislação de uma forma que é contrária àquilo que foi aprovado nesta Casa e eu peço à Sra. Secretária que nos dê esclarecimentos, que julgo eu são devidos perante estas questões, muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Sra. Secretária Regional do Turismo, faça o favor.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas

(Berta Cabral): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Foram aqui colocadas algumas questões que eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para esclarecer e começava pela leitura do último relatório do SOLENERGE, em que se vê, e, está publicado que até agora houve já 2108 candidaturas, que corresponde a uma potencia aprovada de 2.1 megawatts, que já foram aprovados e contratados e, portanto, estão já em fase de conclusão 243 candidaturas, 12% das candidaturas apresentadas, que isto praticamente foi a partir de janeiro.

Deputado Carlos Silva (PS): Porquê?

A Oradora: E só no mês de março, porque este relatório é de fevereiro, só no mês de março, nestes dias, já há 254 contratados, ou seja, mais 11 candidaturas aprovadas e contratadas relativamente ao mês de fevereiro.

Deputada Joana Pombo (PS): De setembro a fevereiro.

A Oradora: O que eu quero dizer com isto é de que, efetivamente e foi reconhecido pelo Governo, quando se abriu as candidaturas, houve logo um conjunto imenso de intenções de investimento, aliás, quase 1700 candidaturas logo no início e depois têm vindo a aumentar, por isso já apresentaram 2108.

Numa plataforma que teve algumas dificuldades, mas também as próprias pessoas tiveram muitas dificuldades na submissão das suas

candidaturas, candidaturas mal elaboradas, candidaturas duplicadas e houve todo um trabalho, todo um trabalho de triagem de todas essas candidaturas, de todos esses formulários submetidos.

Esse trabalho foi realizado com os técnicos existentes na Direção Regional da Energia, que, entretanto, a equipa já foi reforçada, neste momento já estão três engenheiros, três financeiros e um administrativo na equipa da apreciação destes projetos e, portanto, a partir de janeiro, o ritmo tem sido outro completamente diferente e praticamente todas estas candidaturas concluídas, 254 contratados e 14 pagos porque estão concluídos do lado do fornecedor e do investidor. Todos os outros já estão contratados a aguardar o termo de aceitação e a assinatura do contrato e, portanto, já estão do lado do Governo, do lado da administração pública, a aguardar elementos e assinatura do contrato por parte de quem concorreu.

Isto para dizer que o ritmo agora é outro, completamente diferente, completamente diferente, mas também gostava de dizer que o Fundo Ambiental está a levar oito meses para analisar as candidaturas a nível nacional.

Deputada Joana Pombo (PS): Com uma taxa de 85%, Sra. Secretária. Eu esperava mais tempo. Para 85%, Sra. Secretária Aí, eu também esperaria! Não sei o que é que é melhor.

A Oradora: E, portanto, isto só para termos um termo de comparação, porque dizer que três meses é muito ou quatro meses é muito, temos

que ter um termo de comparação, a nível nacional, oito meses, oito meses é o que estão a levar para analisar as respetivas candidaturas. Portanto, do ponto de vista do ponto de vista da apreciação do relatório, gostava de deixar esta nota que aqui acabei de referir.

Em relação às questões concretas que aqui foram colocadas, o diploma foi aprovado com uma norma que previa que poderia haver a consignação do incentivo ao fornecedor, pode haver, nós não podemos obrigar, Sr. Deputado, ninguém pode obrigar os fornecedores a aderirem a um determinado procedimento, pode haver consignação ao fornecedor, isso é o que nós podemos disponibilizar do nosso lado, do lado do privado, ele faz como bem entende, há empresas que estão a aceitar essa norma e a aceitar essa consignação, há empresas que não estão!

Deputado António Lima (BE): Não há. Não há uma

Deputado Carlos Freitas (PSD): Há, sim, senhor.

A Oradora: Pode estar certo disso! Há empresas que estão a aceitar e há empresas que não estão a aceitar, eu não quero falar no nome das empresas, mas o que eu estou a dizer é absolutamente verdade e o Sr. Deputado Carlos Silva, estava-lhe a dizer que é verdade, porque é verdade mesmo, não é porque o Sr.....

Deputado Carlos Freitas (PSD): É verdade, sim, senhor

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... diz que é mentira, que passa a ser mentira, é verdade. Há empresas que estão a aceitar a consignação, há empresas que não estão a aceitar pronto, não há nada a fazer em relação a isso.

Segunda questão...

Deputado Carlos Freitas (PSD): É verdade!

A Oradora: que me colocou, pode haver adiantamentos? Não pode! A Comissão Europeia não permite, não pode haver adiantamentos.

Terceira questão que colocou, pode dividir em tranches? Só se houver candidaturas faseadas, se não houver candidaturas faseadas, tem que instalar o equipamento que estiver previsto no formulário de candidatura.

75% das desistências foram candidaturas mal instruídas e, portanto, estão respondidas ponto a ponto aquilo que me referi.

Este diploma, Sr. Deputado, é equitativo...

Deputado Carlos Silva (PS): É responsabilidade do engenheiro, Sra. Secretária.

A Oradora: ... e está disponível a toda a gente, e, a igualdade é isso.

Deputado António Lima (BE): Não é igualdade!

A Oradora: A igualdade é estar disponível a todos nas mesmas condições, depois cada um concorre, aceita, não aceita, dá-lhe jeito, não lhe dá jeito, compra, não compra, adere ou não adere aos incentivos.

É um problema de cada um, ...

Deputada Vera Pires (BE): Tem dinheiro, não tem.

Deputado António Lima (BE): Tem que ter as mesmas condições!

Deputada Vera Pires (BE): Tem que dar igualdade de oportunidades!

A Oradora: ... o Sr. não pode mandar na vontade individual de cada um, não pode! O Bloco de Esquerda gostaria de fazer isso, mas não pode fazer, não pode fazer.

Nós vivemos numa sociedade livre, de cidadãos livres com a iniciativa privada e património privado, isto não é aqui como a gente quer, é como os cidadãos bem entendem e são eles que tomam as suas decisões de investimento.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: O incentivo está aqui igual para todos e é isso que conta.

Deputado António Lima (BE): Não é igual para todos!

A Oradora: Em relação aos objetivos deste incentivo, ...

Deputado Carlos Silva (PS): E os pagamentos?

A Oradora: ... ele está a produzir e está a corresponder aos seus objetivos, aumento da produção a nível regional e aumento da autoprodução para cada um, isto leva à redução da fatura energética, que é aquilo que interessa e é um grande objetivo para as famílias.

A propósito de famílias destas 2108 candidaturas 1802 são de famílias. Portanto, já está a ver que a esmagadora maioria das candidaturas são de famílias individuais.

Em relação às baterias, obviamente que aumenta a eficiência, porque a armazenagem durante o dia para consumir à noite, quando não há sol, isto é óbvio, por outro lado, também há menos energia que entra na rede, provocando menor desestabilização da rede da EDA, como toda a gente sabe, em sistemas finitos de transporte de energia pode criar dificuldades.

E assim, nós com este diploma, cumprimos vários objetivos, desde logo a autoprodução, redução da fatura energética para as famílias, aumento da eficiência energética com o armazenamento das baterias e também redução de qualquer perturbação na rede elétrica regional. Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado António Lima, faça favor

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Secretária, eu julgo que o Governo deveria propor a alteração do SOLENERGE, deveria retirar todas as referências a pobreza energética, ao princípio da igualdade, porque não combate a pobreza energética e muito menos cumpre o princípio da igualdade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor não quer ouvir!

O Orador: Este apoio da forma como está o SOLENERGE é para quem tem capacidade financeira para aceder.

Não é de modo algum um apoio que cumpra o objetivo para o qual foi proposto.

E, Sra. Secretária, mesmo as empresas que estão a aceitar a consignação estão a pedir adiantamentos, ou seja, na prática, ficamos na mesma, fica tudo igual, como se não existisse consignação, não há igualdade de oportunidades, não há combate à pobreza energética, e, Sra. Secretária, o Governo, ao menos fosse frontal e não escrevesse aquilo que não tinha qualquer intenção de cumprir.

Também tenho que dizer que eu perguntei sobre os motivos das desistências, desistências não significa não aprovações, significa que o beneficiário, o potencial beneficiário desistiu, por algum motivo, e, foi isso que solicitei que nos transmitisse.

E já agora, a Sra. Secretária, fala em números de contratados, de candidaturas contratadas, mas esquece de dizer quantas estão concluídas, 14, ...

Deputado Carlos Silva (PS): E pagas!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): A Sra. Secretária disse!

O Orador: ... e pagas, 14 está aqui no relatório da execução, 14, o que é praticamente nada, 0,7% das candidaturas, o que é efetivamente miserável, mas, efetivamente aquilo que nós assistimos e que nós

percebemos é que este apoio como está, não cumpre os princípios que se propõe, aquilo que foi aprovado aqui é letra morta, não serve de nada e o Governo acha que cabe às empresas decidir o que fazem e que a legislação é efetivamente para ser interpretada conforme der mais jeito e, neste caso, conforme dá mais jeito às empresas, muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Dias Faria.

(*) Deputada Sandra Dias Faria (PS): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Aquando da discussão do diploma, SOLENERGE foi identificado por parte do Partido Socialista a lacuna relativamente aos sistemas de armazenamento de energia, ...

(risos alguns Deputados do Grupo Parlamentar do PSD)

A Oradora: ... e, nesta altura deixamos a preocupação de que, efetivamente o benefício que traria a instalação dos painéis fotovoltaicos, ficava comprometido sem que estes sistemas de armazenamento pudessem ser também apoiados.

É verdade que nesta altura foi assumido o compromisso de que, a partir do PROENERGIA seriam apoiados, relembro que o SOLENERGE, entrou em execução em setembro de 2022, nesta altura deu entrada na Comissão, a 12 de setembro, mais precisamente, esta medida de apoio para a alteração ao PROENERGIA, para poder incluir estes sistemas

de armazenamento e, a Sra. Secretária, ouvida no dia 7 de outubro pediu celeridade no tratamento deste processo em sede de Comissão para que pudesse efetivamente este apoio e o complemento para que o SOLENERGE possa ser efetivo nos seus objetivos, para poder ser rápido, o que é certo é que, embora pedida essa celeridade em outubro e em novembro, como todos sabemos, o mês em que é discutido o Plano e Orçamento nesta Casa, com tudo isto, a Comissão relatou e este processo ficou fechado a 17 de novembro, ou seja, poderia ter subido a Plenário, pelo menos desde dezembro passado, chegou a estar na agenda, foi retirado, portanto, foi atrasado pelo Governo.

Portanto, aqui, já se disse hoje, palavra dada, palavra honrada, mas honrada com atraso, porque há três meses...

Deputado Carlos Silva (PS): É verdade!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): 3 meses?

Deputado Carlos Silva (PS): Era urgente...

A Oradora: ... que esta medida já poderia ter sido aqui discutida, desde dezembro.

Afinal, esta urgência, a urgência era só para a Comissão relatar, quando passou a estar sob a responsabilidade do Governo, perdeu-se a dita urgência. Com o decorrer do tempo, a verdade é que também as dificuldades sentidas quer por famílias, quer por empresas, têm-se acentuado, nomeadamente no que diz respeito à fatura energética, que quer famílias, quer empresas estão hoje a confrontar-se.

E, no seguimento daquela que tem sido a ação do Partido Socialista de apresentar propostas para que possam, efetivamente, fazer a diferença na vida das pessoas, relembro que em janeiro passado foi aprovado nesta Casa um Projeto de Resolução com o propósito de criar um plano regional de poupança de energia e medidas de apoio às famílias e empresas para a estabilização dos preços de bens e serviços que esperamos não seja uma Resolução aprovada nesta Casa e esquecida pelo Governo, portanto, aguardemos que seja efetivamente colocada em prática, e, no seguimento desta nossa propositura, entendemos nós que nesta proposta de alteração apresentada a esta Casa pelo Governo Regional, refiro-me ao PROENERGIA, entendemos aumentar em 10 pontos percentuais cada uma das naturezas de incentivo do PROENERGIA, portanto, aumentando a comparticipação do Governo e, com isso, reduzindo o esforço quer das famílias, quer das empresas, mas fazemo-lo de uma forma que também nos cabe assegurar, de uma forma responsável, ou seja, acabamos por definir um término que coincide com o final do SOLENERGE, portanto, estou a falar de 31 de agosto de 2025.

Para além disso, o acesso ao valor do incentivo, também prevemos que seja possível antes da aquisição, ou seja, mediante a apresentação de fatura e não de recibo.

Respondendo ao Sr. Deputado Pedro Pinto, o objetivo não é que sejam abrangidas apenas os sistemas de armazenamento de energia, mas sim todos aqueles que são identificados no PROENERGIA.

Portanto, face à atual conjuntura e as alterações aqui apresentadas por nós, entendemos que faz sentido que neste momento apoiemos as famílias a confrontarem-se com as dificuldades que sentem no seu dia a dia, nomeadamente naquilo que diz respeito aos custos energéticos, mas também contribuir para a execução de metas naquilo que diz respeito à transição energética, que nos últimos anos tem sido deveras paupérrima...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Paupérrima?

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Está admitindo que os outros anos foram maus?

A Oradora: ... e é tempo de chegar mais longe, como dizia o Sr. Deputado Paulo Estêvão e ser mais ambicioso, para isto, é necessário efetivamente aplicar e executar, coisa que não temos assistido. Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não apoiado!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP)**: Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Muito obrigado, Sra. Deputada Sandra Dias Faria, pelo esclarecimento que me transmitiu, relativamente então, à intenção do Partido Socialista sobre a proposta de aditamento do art.º 12.ºA e, portanto, a intenção do Partido Socialista que, este método de reembolso seja aplicável a todas as tipologias de incentivo que estão previstas aqui no diploma do PROENERGIA.

Relativamente à norma transitória que o Partido Socialista propõe, que é a tal, aumento de 10 pontos percentuais para bonificar algumas candidaturas, temos que concluir que, e, uma vez que, o n.º 2 dessa norma, refere e passo a citar: *os encargos decorrentes da aplicação do número anterior têm por limite as dotações anuais previstas no Orçamento da Região Autónoma dos Açores*, podemos concluir, então, que o Partido Socialista, fala em pobreza energética, preocupa-se com a pobreza energética, mas quer dar mais a poucos do que dar a mais beneficiários, porque é isto que resulta da norma do n.º 1 deste artigo que, ao aumentar a percentagem, mas não aumentando a dotação orçamental, significa que o número de beneficiários vai ser fatalmente menor e, portanto, estamos esclarecidos quanto à bondade do Partido Socialista relativamente às suas preocupações com o acesso das famílias aos sistemas de incentivo. Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sr. Deputado. Grande nível, como sempre!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Sandra Dias Faria.

(*) Deputada Sandra Dias Faria (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Em relação à questão que foi agora colocada pelo Sr. Deputado Pedro Pinto, do aumento dos 10 pontos percentuais para cada um dos níveis de apoio, tenho a dizer que mediante o nível de execução do último ano, de 1.6% em 40 milhões de euros, ...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Onde é que estão esses 40 milhões?! A senhora não sabe o que está dizendo!

A Oradora: ... não vejo qual é dos dificuldade de se aumentar 10 pontos percentuais no apoio às famílias, portanto, nós estamos aqui a falar em aumentar a capacidade de apoiar, quer famílias, quer empresas, naqueles que são os limites já previstos.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Pedro Pinto tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Ficamos a saber através da Sra. Deputada

Sandra Dias Faria que o PROENERGIA tem uma dotação de 40 milhões de euros...

Deputado Carlos Silva (PS): Não disse isso!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Continua a dizer...

Deputadas Sandra Dias Faria e Joana Pombo Tavares: Não foi nada disso!

O Orador: ... Sra. Secretária, eu gostaria que nos esclarecesse, uma vez que a proposta de alteração, que o Partido Socialista apresenta é ao diploma do SOLENERGE e, portanto, se nos diz que tem uma dotação de 40 milhões e que a execução foi tão baixa que permite o aumento das percentagens, eu gostaria de perceber efetivamente se temos assim esses milhões todos no SOLENERGE. Muito obrigado.

Deputado Carlos Silva (PS): Estamos a alterar o Proenergia!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eu começava um pouco atrás para fazer um esclarecimento à leitura do relatório do SOLENERGE ao Sr. Deputado Pedro Lima, porque efetivamente candidaturas consideradas aprovado, é preciso ler? o que significa...

Deputado António Lima (BE): Concluir, foi o que eu disse. Eu disse concluir.

A Oradora: ... candidaturas aprovadas, o que significa contratado, o que significa cada uma daquelas... aprovado candidaturas que foram consideradas elegíveis e que aguardam submissão do termo de aceitação, já foram analisadas, estão prontas da nossa parte, ...

Deputado António Lima (BE): E o dinheirinho

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não depende do Governo!

Deputado Carlos Silva (PS): Nada depende do Governo!

A Oradora: ... aguardam o termo de aceitação, o termo de aceitação ainda. O promotor tem que aceitar as condições, isso não é como o Sr. pensa que é, são dinheiros públicos, são apoios a 100%, 100%, é preciso não esquecer 100% ...

Vozes da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: ...é preciso, é preciso segurança nos processos. Termo de aceitação é indispensável em qualquer sistema de incentivos...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... e há muita gente nessa bancada que sabe o que isso significa. O sistema de incentivos é atribuído, tem que haver um termo de aceitação, tem que haver um contrato, aqui chama-se termo de aceitação, portanto, os aprovados, nesta designação, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é a novidade, Sra. Secretária?

A Oradora: ... significa os elegíveis aprovados e a aguardar termo de aceitação e os contratados são aqueles que já têm o termo de aceitação assinado, tem que somar os dois para perceber que são os dois que estão concluídos do lado da administração.

Em relação às questões que aqui foram colocadas, Sr. Deputado Pedro Pinto já referiu a questão dos 10%, é óbvio que, tendo um limite orçamental, dar uma majoração de 10% a alguns significa não dar a outros, ...

Deputado Berto Messias (PS): Chama-se rateio, Sra. Secretária!

A Oradora: ..., mas tudo bem, a Assembleia é soberana, decidirá se quer majorar dá a menos, se não quer majorar poderá dar a mais.

Em relação à dotação orçamental dos 40 milhões da Direção Regional da Energia, é o valor do PRR...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... para transferir para os investimentos feitos pela EDA, pelos investimentos feitos diretamente pela Secretaria Regional em termos de SOLENERGE e de PROENERGIA...

Deputado Berto Messias: Resumindo, a culpa é de todos menos do Governo.

A Oradora: ..., mas, o grosso desse valor é para transferir para os investimentos em energias renováveis feitos pela EDA que se

candidatou ao PRR e esse PRR está inscrito na dotação orçamental da Direção Regional da Energia. Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Pergunto se há mais inscrições. Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, faça favor.

(* Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo. Realmente o que eu queria esclarecer era que a taxa de execução era de 1.6, era da taxa de execução relativamente a 2022 deste Governo e voltamos a realçar, mesmo com as suas devidas justificações, 600 mil euros para 40 milhões.

De qualquer maneira, continuamos a chamar a atenção que o que está em causa são as famílias açorianas, é o atraso que estas candidaturas tiveram para as famílias açorianas.

São 14 candidaturas concluídas e não pagas ...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): São 254! 12%!

A Oradora: Foi realçado várias vezes aqui que os processos não estavam corretos, mas, no entanto, processos devidamente instruídos, corretos e com toda a documentação entregues em setembro, sem qualquer falha, em fevereiro, foram solicitados documentações por

estarem fora da validade e, aí não é um erro do cliente, não é um erro da família que o submeteu, é um erro da análise e que consideramos que isto não pode ser em causa e poderia ser muito bem solicitado à semelhança de outros sistemas de incentivo apenas no ato de pagamento e não fazer com que este processo atrase com que haja esse pedido de certidão novamente atualizada apenas para atrasar...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é para atrasar!

A Oradora: ... este incentivo para as famílias, incentivo este que irá reduzir a fatura das famílias, deixando livre este valor para poder ser adquirido para os seus bens essenciais no seu dia a dia, isto continuamos a não compreender.

Também realçar que e, isto também consultamos os fornecedores e as empresas que auxiliam, é urgente e realçamos, que este pagamento seja feito a tempo e horas às empresas, correndo o risco, e, isto foi-nos ressalvado várias vezes, correndo o risco de muitas empresas fecharem as portas, caso este pagamento, à semelhança de outros pagamentos que têm sido atrasados por parte deste Governo Regional, que haja depois este fecho de portas. Estamos passando por muitas dificuldades, as empresas açorianas estão a passar por imensas dificuldades e para nós, Partido Socialista, é impensável que um atraso no pagamento, mais um atraso de pagamento como vários que têm sido feitos, leve a fecho de portas por este sistema de incentivo e colocando em causa mais empresas e mais famílias. Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Carlos Freitas, tem a palavra.

(*) Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Não era para intervir mais neste debate, ...

Deputado Berto Messias (PS): Todos dizem isso!

Deputado Carlos Silva (PS): Ainda estás a tempo!

O Orador: ..., mas acho que de uma forma muito prática, tem que se clarificar duas ou três situações, delas que já foram faladas, e, acho que não pode ficar dúvidas de forma alguma.

E, a verdade é que quando foi elaborado este documento, partindo sempre de um princípio que era para chegar ao máximo número de famílias possíveis e a verdade, é que indo a um ponto que não se tocou aqui na discussão deste diploma, é o facto de até conseguir-se abranger situações que não tem histórico em termos de energia elétrica, é para se ter em conta que a ideia passa mesmo por querermos chegar ao máximo número de famílias e empresas e mesmo aquelas que ainda não tem histórico em termos de produção de eletricidade, gastos de eletricidade em termos de faturação, e, a verdade também, que, já se falou também no tempo de demora e a Sra. Secretária disse e muito bem, também das dificuldades que houve no início, todo este processo,

que é uma coisa perfeitamente normal, mas a verdade também que os açorianos têm bem na memória...

Deputado Carlos Silva (PS): Há aí qualquer coisa...

O Orador: ...o tempo de demora que demorava os apoios quando o Governo Socialista estava no poder.

As pessoas não têm memória curta e sabem perfeitamente, o tempo que demorava os apoios a chegar das várias direções regionais, nas mais diversas ordens da administração pública regional

Também dizer que, e fala por si, quando se diz...

Deputado Carlos Silva (PS): Já fiz mais um post!

O Orador: ... que da igualdade de oportunidades, do Sr. Deputado António Lima, a verdade é que, e como já foi dito imensas vezes e a verdade é mesmo esta, isto é um apoio a 100% e por ser e a 100% é que temos em tão poucos meses tantas candidaturas submetidas é mesmo pelo apoio ser a 100% que é único na nossa Região até os dias de hoje. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Indep.*): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sra. Secretária Regional de Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, gostei da informação que nos transmitiu há pouco que o ritmo de aprovação de candidaturas melhorou bastante, mas fica ainda a pergunta, e se tiver essa informação, se conseguir-nos adiantar, era importante saber que ao novo ritmo de aprovação de candidaturas, quando é que acha previsível que se estabeleça um compromisso entre o ritmo de entrada e o ritmo de aprovação de candidaturas, porque eu acho que isso é fundamental, o tempo está a passar e é preciso agilizar todo esse procedimento no sentido por toda a mecânica a funcionar, começar a ver as empresas a instalar painéis e baterias neste caso e também, conforme disse a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, perceber a disponibilidade financeira da Região, para no imediato resolver o problema dos fornecedores dos equipamentos, porque, todo o sucesso desta iniciativa depende da capacidade do Governo de aprovar projetos e da capacidade do Governo de executar os pagamentos.

Portanto, se possível, transmita-nos essa informação. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Secretária Regional, faça favor.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas

(Berta Cabral): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Começo pelo fim, Sr. Deputado Carlos Furtado, o ritmo efetivamente, a partir de janeiro foi bastante significativo e só em março, como eu já lhe disse nestes poucos dias do início de março, as candidaturas passaram de 243 para 254.

Não lhe posso obviamente, dizer que este ritmo, na minha opinião, vai crescer, porque a equipa começa a estar mais agilizada e a ter mais experiência na própria análise dos processos, a equipa foi reforçada, como eu já disse, três engenheiros, três financeiros e um administrativo, dedicados a estas candidaturas e, portanto, tudo indica que entraram e vão entrar cada vez mais em velocidade de cruzeiro.

Agora há candidaturas mais complexas, há candidaturas menos complexas, nós nunca poderemos dizer quando é que vai acontecer isto ou aquilo, tem o seu ritmo e vamos continuar neste ritmo.

Agora, o que lhe posso dizer também é que tudo isto exige rigor, exige tempo, exige pedido de elementos que nem sempre estão bem instruídos, quando se termina a análise das candidaturas, tem que se pedir os termos de aceitação, os termos de aceitação têm que vir um conjunto de elementos que, como sabe, os pagamentos só se podem fazer com um conjunto de certidões, etc., etc. Tudo isto, tem as suas obrigações legais a cumprir e portanto, não lhe posso dizer se são trinta

dias se são 60 dias, nós gostaríamos o mínimo tempo possível, mas há, como lhe disse, o cuidado enorme na apreciação e no cumprimento de todas as regras, porque isto é um sistema de incentivos...

Deputado Carlos Silva (PS): Tem que ser mais rápido, Sra. Secretária!

A Oradora: ... são dinheiros públicos e, além do mais, é um sistema de incentivos a 100%, que tem que se dar contas à União Europeia e tem que estar tudo devidamente escrutinável, e, portanto, sobre isso, nós temos que dizer, e não é por acaso, também volto a relembrar que o fundo ambiental está a levar oito meses para fazer as apreciações a nível nacional, portanto, isto não é por estarmos cá, ou por estarmos lá, que as coisas são mais simples ou menos simples, há regras para cumprir e há candidaturas que entraram em grande número, pelo facto de isto ser um incentivo a 100%, como disse aqui o Sr. Deputado Carlos Freitas, e, é verdade, como é um incentivo a 100% há muita afluência e quiseram ir logo a ver se quem ia à frente podia ter alguma vantagem nisso do ponto de vista orçamental.

Do ponto de vista orçamental, e, aqui passa à segunda parte da resposta, obviamente que tudo isto e o próprio Partido Socialista, quando faz as intervenções, tem o cuidado de dizer sujeito ao limite orçamentado para o ano de 2023, porque isto é a lei travão e é assim que tem que ser, portanto, há limites orçamentais e todo o ritmo está no limite, sujeito a essa orçamentação.

Aquilo que está orçamentado e está aprovado no Orçamento por esta Casa é para executar, obviamente, portanto, até esse limite não há de facto constrangimentos e, portanto, nesse aspeto está respondido.

Só uma pequena observação, porque me pareceu útil, a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares disse que é preciso fazer pagamentos às empresas, porque as empresas adiantaram, porque as empresas precisam de receber, estou 100% de acordo, 100% de acordo, eu só peguei nisso para dar resposta ao Sr. Deputado António Lima, é que há empresas a fornecer e a receber, a ter o dinheiro a receber da Região. Muito obrigada.

Deputados João Bruto da Costa e Carlos Freitas (PSD): Muito bem! Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Há atrasos, Sra. Secretária!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Pergunto se há mais inscrições. Vamos então votar este diploma, vamos começar por votar na generalidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 44/XII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 44/XII, foi aprovada por unanimidade na votação na generalidade.

Presidente: Votamos o art.º 1.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º 1.º, colocado, a votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao art.º 2.º, a primeira proposta de alteração do Partido Socialista é a proposta de eliminação do n.º 2 ao art.º 8.ºA que é aditado.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor se sentar.

Secretário: A proposta de alteração, colocada à votação foi rejeitada, com 20 votos contra do PSD, 3 CDS, 1 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente, 23 votos a favor do PS e 2 do BE.

Presidente: Coloco à votação a proposta de aditamento de um art.º 12A, proposto pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento, colocada à votação foi rejeitada, com 20 votos contra do PSD, 3 CDS, 1 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente, 23 votos a favor do PS e 2 do BE.

Presidente: Votamos agora o art.º 2.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O art.º 2.º, colocado, a votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de aditamento de um art.º 2.ºA, proposto pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento, colocada à votação foi rejeitada, com 20 votos contra do PSD, 3 CDS, 1 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente, 23 votos a favor do PS e 2 do BE.

Presidente: O art.º 3.º e o art.º 4.º não têm propostas de alteração, podemos votá-los em conjunto.

Estão à votação os art.º 3.º e o art.º 4.º do diploma

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 44/XII, foi aprovada por unanimidade em votação final global.

Presidente: Pergunto se há inscrições para declarações de voto. Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, faça favor.

(*) Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Consideramos que a alteração aqui proposta do PROENERGIA em relação aos sistemas de armazenamento é positiva, referimos isto quando o SOLENERGE, e, tendo sido este um alerta colocado pelo Partido Socialista para aumentar a capacidade de produção do autoconsumo.

No entanto, mais uma vez lamentamos o atraso nesta discussão deste diploma em Plenário, com um atraso, consideramos ter um atraso de três meses, dada a celeridade que foi-nos pedida e que foi cumprida.

Mas acima de tudo lamentamos que as alterações propostas pelo Partido Socialista, consideramos que auxiliavam as famílias açorianas na aquisição dos sistemas, na diminuição da sua taxa de esforço, o que permitia que as famílias não tivessem, desde logo, a necessidade de ter toda a totalidade do valor a investir.

Lamentamos mais uma vez que isso não tenha sido aprovado, mas, no entanto, fiquei esclarecida por elementos da bancada oposta que isto não se faria por questões financeiras.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não pode interpelar diretamente!

A Oradora: Tivemos responsabilidade nesta proposta de alteração, tivemos responsabilidade de a fazer de uma forma controlada, limitada no tempo de apenas 10 pontos percentuais.

Mesmo assim, todos os restantes elementos, este Governo de coligação, as restantes bancadas, mesmo assim, viraram costas às famílias açorianas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ó Sr. Presidente, não é uma declaração de voto!

A Oradora: Mas mais uma vez, consideramos que as famílias tenham sido deixadas para trás, numa altura em que as famílias mais necessitam do apoio de todos nós. Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eram 98%, agora são 98,2%. as propostas do Governo que foram aprovadas neste Parlamento.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O que mostra até que ponto são artificiais alguns jogos florais que sucederam durante a manhã e que são absolutamente artificiais...

Presidente: Sr. Deputado, uma declaração de voto faz favor.

O Orador: ...claro, Sr. Presidente, ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: ... está na mesma linha que a da Sra. Deputada Joana...

Presidente: Não está, não está...

Deputada Ana Luís (PS): Não está não. Ela está falando de coisas que aconteceram agora, não de coisas que aconteceram de manhã!

O Orador: Está, está!

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

O Orador: Sra. Deputada Ana Luís, não é V. Exa. que decide agora. É a opinião do Sr. Presidente e eu vou respeitar com certeza não vou voltar a referenciar nenhuma percentagem...

Deputada Ana Luís (PS): Tenho pena. Comigo não fazia metade daquilo que faz!

O Orador: ... de aprovação dos diplomas, garanto-lhe, Sr. Presidente, só quero dizer que foram muitos, quase todos, mas, Sr. Presidente, o

que eu quero referenciar é que este apoio unânime do Parlamento em relação a esta proposta mostra algo que é fundamental, é que a proposta é positiva, porque se não fosse uma proposta que fosse considerada de forma favorável, não teria o apoio unânime do Parlamento dos Açores, isso só por si demonstra que é uma proposta que merece acolhimento na generalidade dos Grupos Parlamentares e do Sr. Deputado, também integra este Parlamento...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Este não é um caminho muito sensato!

O Orador: ..., portanto, o que eu quero aqui reafirmar é que em apenas dois anos, Sr. Presidente, em apenas dois anos, estamos a caminhar na execução de políticas que são políticas diferentes, que aquelas que o Partido Socialista tinha implementado.

Estas políticas de apoio ao autoconsumo do ponto de vista...

Deputado Tiago Branco (PS): Isso é falso!

O Orador: ... da produção de energia a partir de fontes renováveis, são propostas, são iniciativas que não existiam, que não tinham sido concretizadas há apenas dois anos e não me digam que as tecnologias não o permitiam, permitiam! Mas não tinha sido feito.

Deputado Tiago Branco (PS): Falso

O Orador: E finalmente, Sr. Presidente, também nesta questão fundamental do armazenamento...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não existia!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ah, existia, existia!

O Orador: ... da energia, também já existiam as baterias não foram inventadas agora, o que foi feito agora, é que há agora vontade política e foi concretizado por este Governo Regional e não tinha sido anteriormente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O CDS votou convictamente a favor desta proposta do Governo no sentido de podermos ajudar mais famílias, podermos ajudar mais empresas a poderem beneficiar dos apoios de produção de energia a partir de fontes renováveis.

Estamos dando mais um passo, é o passo possível, se jorrasse dinheiro do céu, poderíamos dar tudo a todos a custo zero, mas essa não é a nossa realidade e, portanto, dentro daquilo que é possível, este é o compromisso que foi assumido pelo Governo e é o compromisso que está sendo cumprido muito bem. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto. Não havendo, vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje, regressamos amanhã às 10h00, boa noite a todos e um bom jantar.

Os trabalhos terminaram às 19h50

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

José Gabriel Freitas Eduardo

Partido Social Democrata (PSD)

Ricardo Beato Gomes Vieira

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

A redatora, *Sónia Furtado*